



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA–MESTRADO PROFISSIONAL

FLÁVIO BENIGNO DE BARROS FREIRE NETO

OS INTELLECTUAIS AUTORITÁRIOS E O CONCEITO DE DEMOCRACIA
NA DÉCADA DE 1930 E 1940

RECIFE

2020

FLÁVIO BENIGNO DE BARROS FREIRE NETO

**OS INTELECTUAIS AUTORITÁRIOS E O CONCEITO DE DEMOCRACIA
NA DÉCADA DE 1930 E 1940**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial de desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha

**Recife
2020**

F866i Freire Neto, Flávio Benigno de Barros
Os intelectuais autoritários e o conceito de
democracia na década de 1930 e 1940 / Flávio
Benigno de Barros Freire Neto, 2020.
155 f.

Orientador: Diogo Arruda Carneiro da Cunha
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2020.

1. Brasil – História – 1930-1945. 2. Intelectuais -
Brasil – História. 3. Brasil – Política e governo.
4. Democracia. I. Título.

CDU 981.08

Luciana Vidal - CRB-4/1338

FLÁVIO BENIGNO DE BARROS FREIRE NETO

**OS INTELECTUAIS AUTORITÁRIOS E O CONCEITO DE DEMOCRACIA
NA DÉCADA DE 1930 E 1940**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História –
Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em História.

Data de Aprovação - 26/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Diogo A. C. C.

Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha (Orientador e Presidente da Banca)

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Pablo Francisco

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (Titular Externo)

Colégio de Aplicação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco

Helder Remígio

Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim (Titular Interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

**RECIFE
2020**

AGRADECIMENTOS

Acredito que o historiador não consiga de maneira alguma se distanciar de seu ofício, tudo é História. Se ainda não é, nos empenhamos em fazê-la. Sempre tive um enorme apresso pela leitura, porém, nunca havia achado forma que pudesse defini-la o que representava para mim, principalmente nesse caminho solitário que a escrita da História. Em seu livro *As Palavras* (1964) o escritor e filósofo francês Jean-Paul Sartre não poderia ter melhor definido, o universo em que vivi durante esses longos três anos como mestrando, ao escrever que *“a biblioteca era o mundo colhido no espelho; tinha sua espessura infinita, a sua variedade e sua imprevisibilidade.”* e foi justamente a variedade e imprevisibilidade que me trouxe até aqui.

Gostaria nesse momento de conclusão agradecer aqueles que estiverem juntos, fortalecendo e construindo o conhecimento nesse período tão frágil em que vivemos, sendo assim, gostaria de agradecer muitíssimo ao meu orientador Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha por ter me dado de presente esse tema do qual eu hoje compartilho a minha humilde contribuição sobre, agradeço também a paciência, a amizade, o apoio e a todos os livros emprestados.

Agradeço aos professores Drs. Hélder Remígio e Pablo Porfírio por terem aceitado participar de minha banca de qualificação, me incentivando a seguir em frente e dando as coordenadas para avanço no mundo acadêmico.

Agradeço também ao Prof. Dr. Tiago César coordenador de nosso curso, pela paciência, compreensão e conversas sobre a vida nos corredores da UNICAP, mas em especial gostaria de agradecer pela experiência de acolhimento, atenção e respeito com nós alunos. Deixo claro o enorme carinho que tenho por meus professores e pelo curso que me ajudaram a evoluir como pessoa e academicamente me dando a oportunidade de conhecer novos textos, livros e autores e por ter me levado para uma pesquisa na qual eu nunca havia pensado que poderia fazer. O Mestrado em História me trouxe de volta a paixão pelo estudo da História. Mais uma vez meu muito obrigado.

Aos meus pais Dione e Flávio, terei que viver outras várias vidas para poder conseguir agradecer o que vocês sempre fizeram por mim durante toda minha vida e pelo o que os dois representam. Como sempre digo, repito e deixo aqui registrado que, quantas vidas eu tiver escolherei vocês como pais. Junto aos dois, agradeço a minhas vós Maria do Carmo (in memoriam) e Marias José por se orgulhar de cada passo meu e por me ensinar o valor da garra e otimismo.

A Amanda minha namorada e companheira de vida que está ao meu lado dando força para que eu siga em frente e acreditando no que eu faço. Aos meus amigos e colegas do mestrado: Ana Cristina, André Nascimento, Cássia Teixeira, Eliza Brito, Fábio Monsão (In Memoriam), Fábio Salvari, Gertrudes Gomes, Jairo Cabral, João Paulo Santos, Paulino Paiva, Renata Victor e Sonielson Juvino (In Memoriam) e em especial para meu grande amigo Braz Pereira, companheiro de orientação, conversas, caronas e caminhadas.

Um agradecimento mais que afetuoso aos amigos que a vida me presenteou: André Luiz, Marcos Túlio, Paulo Gilberto, Fernanda, Marcella, Giuliana, Rafael e Natália que estiveram juntos nessa caminhada compartilhando sempre o melhor da vida.

Muito obrigado!

Os livros foram meus passarinhos e meus
ninhos, meus animais domésticos, meu
estábulo e meu campo; a biblioteca era o
mundo colhido no espelho.

(Jean-Paul Sartre).

RESUMO

Este trabalho de dissertação tem como objetivo discutir a contribuição dos intelectuais conservadores brasileiros na construção de ideologias e projetos políticos durante as décadas de 1930-1940, são eles: Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Oliveira Vianna e dos Integralistas Plínio Salgado e Miguel Reale.

Através de uma análise historiográfica pretende-se desmistificar a visão simplista construída a respeito desses intelectuais, uma vez que as ideias que produziam na época convergiam para o fortalecimento de um discurso nacionalista, preconceituoso, conservador e corporativista em suas estruturas.

A capacidade de interpretar a construção cultural das mentalidades das épocas propostas pela pesquisa, permite a historiografia compreender e visualizar as influências desses pensamentos na política brasileira, bem como a sua influência na construção da ideia/conceito de democracia. Tendo em vista que permeia na discussão desses autores durante essas duas décadas a necessidade de um modelo político genuinamente nacional, com respeito à realidade, tradição e História do país, almejando pôr um fim às cópias aos modelos estrangeiros utilizados pelo Estado, modelos vistos como, nada eficientes e desconformes com o contexto Brasileiro.

Palavras chaves: História das intelectualidades; História Política, História dos Conceitos, Cultura e Democracia.

ABSTRAT

This dissertation aims to discuss the contribution of Brazilian conservative intellectuals in the construction of ideologies and political projects during the 1930-1940s, they are: Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Oliveira Vianna and Integralists Plínio Salgado and Miguel Reale.

Through a historiographic analysis, it is intended to demystify the simplistic view constructed about these intellectuals, since the ideas they produced at the time converged to the strengthening of a nationalist, prejudiced, conservative and corporatist discourse in their structures.

The ability to interpret the cultural construction of the mentalities of the proposed timeframe in this research, allows historiography to understand and visualize the influences of these thoughts in Brazilian politics, as well as their influence in the construction of the idea/concept of democracy. Bearing in mind that it permeates in the discussion of these authors over these two decades the need for a genuinely national political model, concerning the reality, tradition, and History of the country, aiming to put an end the copies of foreign models used by the State, models seen as, not efficient and not compliant with the Brazilian context.

Keywords: History of intellectuals; Political History, History of Concepts, Culture, and Democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

AIB – Ação Integralista Brasileira

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PPB – Pensamento Político Brasileiro

PRP – Partido Republicano Paulista

RCP – Revista Cultura Política

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 – Introdução à história política e dos intelectuais no século XX, um breve percurso.	18
1.1– A história política: da marginalização ao retorno	18
1.2 – Sobre o retorno dos intelectuais.....	28
1.3 – A história das mentalidades e dos intelectuais sob o olhar de Roger Chartier	34
1.4 – A Escola de Cambridge e as contribuições de Quentin Skinner no processo de renovação da história política.....	42
Capítulo 2 – As matrizes do pensamento autoritário de 1930: o sonho de uma nação democrática à brasileira.....	64
2.1 – Introdução ao capítulo.	64
2.2 – Os conceitos e os intelectuais: os percursos sinuosos da construção de um Estado pensado para a realidade brasileira.	64
2.3 – A defesa do Estado autoritário e o sentido da democracia em Azevedo Amaral.	72
2.4 – Almir de Andrade e a Democracia de Hoje.	91
Capítulo 3 - Democracia, centralização e corporativismo: um projeto de Estado.....	103
3.1 – O conservadorismo e autoritarismo do pensamento de Oliveira Viana: um projeto de centralização e corporativização do Estado brasileiro	105
3.3 – “O despertar de uma nação”: o autoritarismo e o fascismo tupiniquim da Ação Integralista Brasileira	125
3.4 – Considerações finais.....	144
FONTES	147
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

A ideia desta dissertação surgiu, inicialmente, do interesse em pesquisar sobre a participação dos trabalhadores operários brasileiros durante o período da Ditadura Militar vivida no Brasil (1964-1985) e como estes trabalhadores contribuíram para a formação e fortalecimento da Democracia no país. No decorrer da pesquisa essa ideia foi amadurecendo e transformou-se neste estudo sobre os intelectuais brasileiros de direita que socializaram suas ideias entre as décadas de 1930 a 1940. E de como estes intelectuais pensaram no conceito de Democracia que melhor se adaptasse a experiência e a realidade brasileira.

A escolha deste recorte temporal se deu justamente por ser um período de grande efervescência da construção dos ideários políticos brasileiros e da chegada de outras ideias “modernas” de se pensar a democracia por um caminho que não fosse através da experiência liberal.

É durante essas duas décadas que a Democracia brasileira ganha significativo destaque nos espaços de sociabilidade da política brasileira, deixando o plano das letras para tornar-se agora uma experiência real. Sendo ela, amplamente pensada para o povo, no sentido de emancipá-lo economicamente e culturalmente, servindo ainda, como organização das estruturas de funcionamento eficiente do Estado.

O conceito de Democracia idealizado durante o decurso destas duas décadas é marcado por questões que versam sobre: a formação da cultura brasileira, o desejo de erudição do povo (visto a sua deficiência nos assuntos políticos) e a criação de um modelo político genuinamente brasileiro, combinando com a realidade, tradição e História do país, na perspectiva de pôr um fim às mazelas impostas pelos modelos “alienígenas”, estrangeiros, nada eficientes que eram copiados pelo Estado.

A criação desta Democracia à brasileira é cheia de idas e vindas, erros e acertos, e alinhamentos no mínimo estranhos para a compreensão atual que se tem deste, porém, alinhadas as principais correntes do pensamento político da época como: a crescente defesa da necessária edificação de um projeto de Estado forte, conservador e repressor, fazendo então com que o Estado assumia, nesse período, o papel de guiar o povo rumo à consolidação desse novo Estado, totalmente ressignificado, tornando o exercício do olhar sobre aquele tempo possível nos dias de hoje. Caracterizando o que os historiadores da Escola de Cambridge chamam de uma “interpretação escrupulosa” das ideias.

Haja vista tais questões, esse estudo objetiva realizar uma revisão bibliográfica que possibilite pensar a importância da discussão sobre a construção e as ressignificações que o conceito de Democracia ganhou através das produções desses intelectuais.

A pesquisa então está dividida em três capítulos. No primeiro: *Introdução à história política e dos intelectuais no século XX, um breve percurso*, tem-se como objetivo principal discutir a importância da História dos Intelectuais escolhidos e da História Política e seu processo de renovação ocorrido durante o início do século XX. Principalmente, com a chegada da Escola dos Annales que introduziu a interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a História, o que permitiu uma significativa revolução dos conceitos e ideias utilizadas pela disciplina, tirando-a do desprestígio da qual havia sido lançada durante a crise das ciências sociais na passagem do século XIX para o XX.

A discussão proposta, nesse primeiro capítulo, será guiada através das contribuições da História Intelectual, com ênfase na Escola de Cambridge e das reflexões de Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock (não necessariamente nesta ordem). Onde juntos produziram um método de interpretação da História Política que se situa num cruzamento dos estudos da Filosofia, da História, da Política e da Linguística dispondo para a história intelectual um método onde é dado um papel proeminente ao contexto. Assim como, prestando uma extrema atenção à singularidade das situações históricas onde se busca renovar e realizar as problematizações, proporcionando a realização de uma abordagem e uma restituição mais escrupulosa possível do contexto intelectual utilizando-se dos teóricos ou intelectuais que serão trabalhados nos capítulos seguintes, como: Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Oliveira Vianna e de dois importantes intelectuais que participaram da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado e Miguel Reale.

Recorrer-se-á ainda neste primeiro capítulo, aos pressupostos metodológicos da História Conceitual do Político, tal como vem sendo desenvolvida na França pelos historiadores René Rémond e Pierre Rosanvallon. Dando ao estudo aporte necessário para a compreensão da formação e evolução da racionalidade política, no caso em questão, os intelectuais das décadas de 1930-1940. Juntam-se também como apoio referencial: as pesquisas de Reinhart Koselleck a respeito da História dos Conceitos (tal como ele a teorizou), ou seja, associada com a História Social; as produções de Roger Chartier em seus estudos também alinhados a História Social e Cultural visando

justamente entender as práticas e representações culturais entorno da construção do conceito de Democracia brasileiro; e por fim, os estudos do historiador inglês Peter Burke a respeito da retomada e da importância de valorizar os estudos que versam sobre a História dos Intelectuais e da História política.

No segundo capítulo, intitulado: *As matrizes do pensamento autoritário de 1930: o sonho de uma nação democrática à brasileira*, serão discutidas as contribuições dos intelectuais brasileiros na construção do conceito de Democracia a partir de uma análise historiográfica das principais obras produzidas por eles. Justifica-se a necessidade dessa discussão a partir da ideia construída pelo cientista político brasileiro Bolívar Lamounier, onde o mesmo defende que analisar criticamente a intelectualidade conservadora é fundamental para uma melhor compreensão do processo político e das ideologias em voga a partir dos anos 1920.

Para uma melhor compreensão do discurso desses intelectuais brasileiros, é necessário visitar alguns conceitos importantes para que se possa entender o sentido, mais escrupuloso possível, do discurso construindo a respeito da democracia por esses intelectuais. Para isso, busca-se a contribuição de outros importantes espaços de sociabilidade como o jornal *A Manhã* e mais profundamente a *Revista Cultura Política*. Esses espaços revelam como os intelectuais se valeram de suas posições sociais e intelectuais (nesse caso ressalta-se o nível de erudição cultural e política dos mesmos) para assim tomar a frente e a responsabilidade da criação de uma cultura política no meio social brasileiro, preparando assim o povo para a consciência e a responsabilidade que essa nova democracia traria.

As produções dos intelectuais Azevedo Amaral e Almir de Andrade, que são revisados ainda no segundo capítulo, deram impulso para a construção de uma ciência social e da história institucionalizada nos moldes da academia cientificista cobrada (constituindo uma história do pensamento político brasileiro), que por sua vez, utiliza-se bastante da linguagem conceitual para ressignificar e consolidar suas ideias e projetos políticos baseados em conceitos como o de “democracia”, loco principal deste trabalho.

A fim de discutir as contribuições realizadas por Azevedo Amaral, nos debruçaremos principalmente na análise de sua obra mais conhecida: *O Estado autoritário e a realidade nacional (1938)*, bem como, suas contribuições ao importante espaço de sociabilidade criado pelo intelectual brasileiro Almir de Andrade (a *Revista Cultura Política* circulada entre março de 1941 até outubro de 1945).

A Revista Cultura Política tinha o intuito de definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o país. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, a revista funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre o então presidente Getúlio Vargas¹ e o Estado Novo². Por isso, servirá como fonte primordial para construção da ideia de democracia idealizada pelo próprio Almir de Andrade, que se caracteriza pela forte tendência autoritária, centralizadora, vide as íntimas aproximações e relações ideológicas com os governos totalitaristas europeus, porém, repudiando o uso da violência por parte do Estado.

Em contra partida, Almir de Andrade é bastante enfático ao responsabilizar a Nova Democracia brasileira por discutir e buscar soluções para questões como: justiça

¹ *Getúlio Dornelles Vargas* nasceu em São Borja (RS) no dia 19 de abril de 1882, filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas. Getúlio Vargas fez os estudos primários na sua cidade natal. Em 1897, seguiu para a Escola de Ouro Preto (MG), onde já se encontravam seus irmãos mais velhos, matriculando-se no curso de humanidades. No ano seguinte, porém, os três regressaram a São Borja devido a um conflito entre estudantes gaúchos e paulistas que resultou na morte de um rapaz de São Paulo. Viriato chegou a ser pronunciado pelo promotor público, fato que mais tarde viria comprometer os Vargas na política gaúcha. Vargas começou a trilhar o caminho da política gaúcha em 1906, ao ser escolhido orador dos estudantes na homenagem prestada ao presidente eleito Afonso Pena, quando de sua visita a Porto Alegre. Em 1907, ingressou efetivamente na política partidária republicana, juntamente com toda uma geração de estudantes gaúchos que se notabilizaria na política nacional e que seria chamada por Joseph Love de a “geração de 1907”. Nesse ano, o Partido Federalista desencadeou uma grande campanha para suplantar o domínio do PRR, lançando a candidatura de Fernando Abbot, um republicano dissidente, às eleições de novembro para o governo do estado. Borges de Medeiros, que terminava seu segundo mandato no Executivo gaúcho, decidiu não concorrer à reeleição, indicando a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves. Ocupou os cargos de deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1923-1926), Ministro da Fazenda (1926-1927), Presidente do Rio Grande do Sul (1928-1930), Presidente da República (1930-1945), Senador pelo Rio Grande do Sul (1946-1949) e mais uma vez Presidente da República (1951-1954), quando veio a falecer.

² Último período do governo do então presidente Getúlio Vargas que se estendeu entre os anos de 1937-1945. Tem como características principal o alinhamento ideológico e político com onda de transformações e veiculações do Fascismo e dos Governos Totalitários do Continente europeu, vide a ascensão de Mussolini na Itália (1922), Salazar em Portugal (1932) e Hitler na Alemanha (1933). Essas ideias serviram de aporte para reforçar as fraquezas da experiência democrática liberal. É no Estado Novo, onde Vargas assume um posicionamento centralizador e autoritário baseado nas tradições do passado político brasileiro, mas assume também outros posicionamentos mais modernos a fim de fazer propaganda e educar e adaptar o homem a nova realidade social. A doutrina estadonovista propunha a concentração do poder no Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem comum. Desenvolvia, também, a crença no homem excepcional, portador de virtú, que seria capaz de expressar e construir a nova ordem. Havia muitas semelhanças com a doutrina fascista, e foi a partir dos aspectos comuns que muitas vezes o Estado Novo foi identificado com o fascismo. Dentre esses pontos comuns, pode-se destacar a valorização da missão histórica da nação representada pelo Estado; o reconhecimento dos direitos individuais, mas apenas daqueles que não entravam em conflito com as necessidades do Estado soberano; a ênfase no significado da elite como corporificação do gênio do povo; a solidariedade entre o capital e o trabalho assegurada pela estrutura corporativa; o antiliberalismo, e o antiparlamentarismo. Ambas as doutrinas apresentavam traços totalizadores, já que seu campo de ação não se atinha somente à ordem política, mas envolvia também outros aspectos da vida social: cultura, religião, filosofia. (Texto criado a partir do texto disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos3745/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascis> mo Acesso em: 22 jan. 2020.)

social, liberdade, nacionalismo, industrialização e estimulou o Estado a pensar no bem estar coletivo e compreensão do homem a partir da coletividade, o alcance do bem comum. Outro traço forte nas ideias analisadas tanto em Andrade quanto em Amaral é a construção de um discurso que “demonizava” e “caçava” o pensamento da política liberal em território brasileiro, sendo ela, a política responsável por todos os problemas do país, culpando-a de criar uma falsa democracia, uma ilusão perversa.

Serão utilizados ainda, como referência bibliográfica do capítulo, importantes estudos de historiadores brasileiros como Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lippi Oliveira e Mônica Pimenta Velloso.

No terceiro e último capítulo: *Democracia, centralização e corporativismo: um projeto de Estado*, a fim de completar a ideia de democracia nos anos 1930-1940 encera a discussão a partir da análise de um discurso pautado ao viés autoritário, corporativista e centralizador do Estado brasileiro idealizado por importantes intelectuais como Oliveira Vianna, nome esse de grande influência para todos os intelectuais de sua geração e posteriores, a partir de obras como: *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e *Populações Meridionais do Brasil* (1920), duas obras de extrema relevância para o estudo do qual se propôs este trabalho de dissertação.

Na primeira obra, o autor traz uma reflexão sobre suas ideias, onde o mesmo ratifica e discute com mais profundidade e propriedade suas ideias, reconhecendo então, seus erros e acertos, assim como, os do Estado brasileiro durante os anos 1930-1940. A segunda marca um momento anterior, um momento de organização das ideias que seriam implantadas, traz inclusive um tom muito mais duro e direto sobre a política brasileira, principalmente ao tratar da experiência promovida pela democracia liberal.

Com a análise do discurso de Amaral, a respeito da construção do Novo Estado democrático brasileiro, é possível identificar os assuntos em comum com a sua geração, porém, chama bastante atenção a sua intensa preocupação em discutir e estimular a reflexão sobre temas importantes a democracia brasileira (como a questão do voto, por exemplo). Trouxe para a discussão também a ideia do corporativismo como uma solução para o problema democrático, servindo como um instrumento eficaz para a centralização do Estado, garantindo maior controle para os avanços das políticas de integração e progresso econômico. E por último, a sua visão a respeito da industrialização brasileira como meio de ascensão da Nação, consolidando então o que chamava de “A Democracia Autoritária”.

Finalizando o terceiro capítulo, ressalta-se a visão construída a partir dos intelectuais brasileiros que formaram a Ação Integralista Brasileira (AIB) tendo como foco principal as contribuições de Plínio Salgado e Miguel Reale. Comum a geração, os Integralistas, como eram conhecidos, também se apropriavam das ideias de: rechaço à política liberal, o corporativismo, o nacionalismo, a defesa da centralização do Estado e das medidas autoritárias. Todavia, a AIB sendo um movimento idealizado por Plínio Salgado, é deveras influenciada pela segunda fase de sua obra, que se pode entender como a fase “política” (1926-1930). Onde o discurso de militarização do Estado como meio de alcance da verdadeira Democracia ganha força e passa a ser a característica primordial do movimento. Isso junto com uma grande carga, corporativista, fascista e religiosa, fazendo com que, já na época, fosse classificada como um dos primeiros movimentos representantes da extrema direita brasileira, escancarando, apesar da negação de seus idealizadores, o anseio totalitário fascista, disfarçado por uma frágil ideia de democracia.

Tais questões são analisadas também através das obras dos integralistas: Gustavo Barroso: *O Integralismo em Marcha (1936)*, onde o intelectual define o que seria o movimento integralista, a quem o movimento se dirigia, sua filosofia e estrutura política e Miguel Reale com sua obra *O Estado Moderno (1934)*, tendo como proposta através de uma série de ensaios sobre o mundo moderno, discutir questões como a democracia, liberalismo, política e o papel do homem em sua compreensão mais complexa de ser transformador do Estado e da sociedade em que está inserido e, lógico, retificando o discurso nacionalista, autoritário em que o Estado alcançaria a tão sonhada experiência democrática.

Capítulo 1 – Introdução à história política e dos intelectuais no século XX, um breve percurso.

Investigando, de alguma forma, os momentos da vingança divina, o historiador é aquele que, graças ao seu saber, pode reunir e desvendar as duas extremidades da cadeia. (HARTOG, 2014, p. 17)

1.1– A história política: da marginalização ao retorno

Nas últimas décadas do século XX, o campo da História que se dedica ao estudo do pensamento político, da política, dos intelectuais e dos conceitos ganhou importantes contribuições que a consolidaram e renovaram no meio acadêmico. A responsabilidade a renovação desse campo tornou-se realidade a partir dos estudos desenvolvidos por três “escolas”: a Escola de Cambridge, a história dos conceitos alemã e a Escola Francesa do Político (CUNHA, 2018. p. 89). No presente trabalho, realizaremos uma revisão bibliográfica dos principais representantes de cada uma dessas escolas, destacando suas contribuições para a renovação do campo estudado. Nesse primeiro momento, para tratarmos da marginalização e do retorno da história política, escolhemos três nomes essenciais da Escola Francesa do Político: René Rémond, Jean-François Sirinelli e Roger Chartier.

Em seu livro *Por uma História Política*, e mais especificamente no texto que o abre, *Uma história do presente*, o historiador francês René Rémond discorre com maestria sobre as transformações que a história do “político” e da “política” atravessa ao longo do tempo. Inicialmente, Rémond apresenta questões cruciais, como a importância de nos situarmos no tempo, na obra e no autor que a produziu para que possamos analisar e tratar da história política de maneira mais honesta e coerente possível, possibilitando uma melhor compreensão do que ele conceitua como “oscilações do movimento das ideias”, elemento essencial para entendimento da história política. Sendo assim, ele escreve que:

A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe, portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias. (RÉMOND, 2013. p. 13).

Para o historiador francês, o curso da História no tempo movimenta-se através das curiosidades, inclinações e pressupostos que, juntos, formam a “ideologia

dominante”. Na realização dessa tarefa, o historiador torna-se elemento crucial na concepção das ideologias políticas e no entendimento das oscilações das ideias. Com isso, frisa que “as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem” (2013. p. 13). Apesar das “modas intelectuais” que configuram o esteio de produção e orientação dos intelectuais com o tempo, é relevante assegurar que os trabalhos elaborados não ficam presos à época de sua produção. Essas ideias atravessam o tempo e servem de fonte para a gênese de outras novas, podem também receber novos significados linguísticos e, conseqüentemente, novas compreensões.

A fim de compreender as mudanças linguísticas e de significados, recorreremos, em um capítulo específico, às contribuições da Escola de Cambridge, particularmente à do historiador Quentin Skinner. Skinner (2000. p. 150) reconhece que o historiador comprometido com os estudos da História Política e dos intelectuais tem por obrigação a familiarização com a leitura dos clássicos, reconhecendo-os como “el objeto autossuficiente de investigación y comprensión”, ampliando dessa forma o campo de estudo.

A filosofia torna-se essencialmente importante nesse campo de estudo, uma vez que os problemas mais amplos investigados por ela acabam resultando numa maior quantidade de questionamentos. O comprometimento desses historiadores contribui para o resgate das “preguntas y respuestas intemporales” e também das “ideas universales” que permanecem na história das ideias, renovando sua realidade.

Sobre as movimentações da História, Rémond discute como a renovação da história das ideias no tempo é recepcionada em dois momentos cruciais da História mundial, onde uma significativa quantidade de conceitos foram ressignificados, inclusive o da própria História, passando a valorar seus estudos sob os novos valores científicos da época. O primeiro momento foi sugerido a partir do pós Revolução Francesa. Já o segundo é iniciado no pós Primeira Guerra Mundial, período esse que faz-se vital para o entendimento da desvalorização da história política, uma vez que os acontecimentos da época elevavam a discussão a um âmbito de especificidades econômicas e sociais, caminho esse substancialmente oposto ao da história política.

A renovação da história política em meados do século XX se dá sobre um intenso e caloroso debate entre as diferentes gerações que se cruzam naquele momento. Durante o processo de reestruturação, existe uma radicalidade singular que marca essa operação. Para Rémond, essa rejeição ao passado seria uma espécie de ritual que marca de uma vez a chegada do novo, *“como se todo avanço devesse ser pago com algum*

abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior”. (2003. p. 13-14)

As oscilações da História apontadas por Rémond nos levam a entender que os elementos que desclassificam e “rejeitam” a história política tornam-se, mais adiante, os elementos que despertam a curiosidade, dando o “pontapé inicial” de sua renovação e reconquistando sua relevância como campo de estudo.

Como sempre acontece com a história, a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo. E isso tanto para ontem como para hoje, para os períodos prósperos da história política como para seus tempos de desgraça e retraimento. (RÉMOND, 2003. p. 14).

Durante séculos, a história política e a do Estado mantinham-se comandando a maior parte das discussões históricas, uma vez que ocupavam, em sua maioria, postos estratégicos, mantendo uma relação de poder enorme com o Estado e vice-versa. É justamente por essa estreita aproximação que acabou desfrutando de lugar privilegiado durante bom tempo, *“se refletia nesse tipo de história o brilho que emanava do Estado”* (RÉMOND, 2003. p. 15). Para exemplificar essa realidade de “ouro” da história política, o historiador francês nos reporta ao período do Antigo Regime, onde *“a história era naturalmente ordenada em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia.”* (RÉMOND, 2003. p. 15). É com a queda dos regimes monárquicos que temos o início do enfraquecimento da história política, já que mudam a sua realidade e as estruturas históricas, com seu objeto de estudo deixando de ser o Estado e a figura do rei e voltando-se para o Estado-Nação.

Essa nova realidade quebra com a hegemonia da História dos grandes acontecimentos, a era das revoluções impulsionada com a queda do Antigo Regime abre espaço para o fortalecimento do debate sobre conceitos como democracia, lutas partidárias e ideologias políticas (RÉMOND, 2003. p. 15). Trata-se de um período de *“reaproximação das humanidades”*, como escreve o historiador francês François Dosse (2003 p. 36) em seu livro *A História em migalhas: dos Annales à nova história*.

Foi contra esse Estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse. A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política. Tudo a destinava a esse papel de inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas de que toda nova escola necessita. (RÉMOND, 2003. p. 16).

Superada a revolução que dá fim ao Antigo Regime, o cenário pós-Primeira Guerra impulsiona o surgimento de novas ideias, a exemplo da Escola dos Annales³. A nova “escola” articula-se naquele momento na intenção de romper sistematicamente com boa parte das estruturas estabelecidas, representadas pela história dos grandes nomes e, assim, abrir as portas para o novo. As rupturas provocadas estão ligadas ao exercício de repensar a História em múltiplos aspectos, porém, dois desses acabam por ser primordiais para a renovação proposta, como: a negação da história factual positivista e a mudança significativa no papel do historiador.

Para os “novos” pensadores, o historiador em seu ofício deve exercer o papel de agente problematizador da História em detrimento do exercício narrativo e linear, que segundo Rémond, se aproximava mais de um trabalho literário do que com História. Reitera ainda o historiador francês que a insistência na narrativa linear asseverava ainda mais o cunho medíocre alcançado pela história política (RÉMOND, 2003. p. 17).

Malvista, malquista e mal-olhada, a história política é jogada à cova dos leões. Representava em si o arquétipo de tudo que deveria ser abandonado. Aos auspícios da nova geração que ali chegava, negava-se a História tradicional, almejando sua substituição por uma visão mais profunda e adequada às verdadeiras realidades sociais, segundo Rémond (2003. p. 16).

Diante do desencadeamento de tais mudanças provocadas pela Escola dos Annales, o destino da história política encontrava-se numa difícil encruzilhada, pois, ao mesmo tempo, possuía nas mãos a chance de brilhar novamente e de trilhar seu declínio como campo de estudo. A chegada dos novos objetos de estudo propostos pela nova geração de intelectuais modifica tal realidade, abrindo espaço para a modernização/reinvenção da história política. A lacuna deixada pelo desaparecimento das monarquias seria o momento dos novos direcionamentos, porém, não é o que

³ Fundada pelos historiadores franceses Marc Bloch (1886 - 1944) e Lucien Febvre (1878 - 1956), em 1929, a Escola dos Annales constituiu-se como um dos mais importantes e bem sucedidos movimentos historiográficos do século XX, trazendo uma abordagem mais ampla e moderna da História, quebrando em pouco tempo a hegemonia do pensamento positivista. A Escola dos Annales permitiu a renovação do pensamento e das pesquisas históricas, pois, ampliou e reconheceu outros campos de estudo das chamadas ciências humanas e sociais como importantes aliados da pesquisa histórica, apropriando-se de conceitos da sociologia, psicologia, geografia, economia, antropologia e tantas outras que podiam contribuir de maneira positiva para essa renovação. Esse intercâmbio entre as disciplinas ficou conhecido como “interdisciplinaridade”. O Historiador francês François Dosse em seu livro *A História em Migalhas: Dos Annales À Nova História* (2003), adjetiva a Escola dos Annales como “uma revolução do pensamento científico”, sobre sua importância diz ainda que: “A definição de história, no momento da criação dos Annales, não havia conhecido modificação substancial desde Tucídides.”

acontece. A figura dos reis cede espaço para os chefes de Estado eleitos, nada havia mudado.

Ao persistir em atribuir aos protagonistas, tão bem chamados de figuras de proa, um papel que acreditavam determinante, os paladinos da história política tardaram em fazer sua revolução: perpetuaram os reflexos adquiridos no Antigo Regime. Uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia. (RÉMOND, 2003. p. 18)

Não há dúvidas de que a história política era movida por um âmago de valores tradicionais, como a elaboração de uma História elitista e aristocrática, bem como a resistência de atribuir valor aos “protagonistas” da História. Essa história política limitava a atuação do historiador e o guiava em direção à cegueira. “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência.” (RÉMOND, 2003. p. 18). Sobre os historiadores que por ora ainda insistiam na história política, a “história superada”, fariam o “papel de retardatários”, estariam condenados à extinção. (RÉMOND, 2003. p. 18).

Ao citar o historiador e cientista político Jean Touchard, Dosse nos diz que os grandes temas dos anos 30 são os “temas anti” (DOSSE, 2003. p. 38) e que os discursos de fixação da Escola dos Annales originam-se no que ele descreve como a oposição sistemática, na rejeição total da historiografia dominante da época, ou seja, a positivista⁴. O segundo traço marcante do fenômeno iniciado nos anos 30 pelos Annales foi sem dúvidas a rejeição da política, além disso, essa época propôs uma reflexão sobre o declínio, decadência e a ineficácia das ideologias. (DOSSE, 2003. p. 38).

Nesse âmbito, Dosse discorre que:

O jogo político, a vida parlamentar, os partidos políticos são postos de lado por esses intelectuais. O Estado é suspeito e rejeitado como exterior à sociedade, como corpo alógeno, e suscita um fenômeno de rejeição violenta: ‘Sejam eles moderados, radicais, socialistas ou comunistas, todos os tenores da política, cujos nomes brilharam no sucesso das tribunas ou nas manchetes dos jornais, carregam a marca da infâmia: uma espécie de cumplicidade sórdida, de conveniência imunda, bem evidente nos corredores e nos bares.(DOSSE, 2003, p. 39 - ROPS, 1933, apud TOUCHARD, op. cit., p. 102.).

⁴ O Positivismo pode ser definido como uma corrente filosófica surgida na França entre o final do século XVII e início do século XIX tendo como principais idealizadores e pensadores os nomes de Auguste Comte (1798 - 1857) e John Stuart Mill (1806 – 1873). Essa corrente pode ser definida como uma doutrina filosófica, sociológica e política desenvolvida a partir da observação das crises sociais que marcaram o período final da Idade Média e sua transição para a Idade Moderna. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é única e verdadeira forma de se construir o conhecimento verdadeiro, desprezando assim, quase todos os outros estudos que não obedecessem os critérios oriundos dos métodos científicos concretos.

Desse conflito entre a história política tradicional que não valorizava a realidade e as novas ideias em vigor, que, por sua vez, traduziam as inquietações das grandes massas, a História passa a objetivar uma nova interpretação da história política. Na tentativa de resgatar o tempo perdido, os intelectuais da história política começam a demonstrar que não estavam alheios ao debate de seu tempo, seguindo adiante e impulsionando seu processo renovação e harmonização aos novos postulados e metodologias que orientavam a história da nova geração, recuperando seu valor acadêmico.

Sobre as novas orientações, escreve Rémond:

As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas. A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos “esquecidos da história” inspiravam um vivo desejo de reparar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar a que tinham direito. (2003. p. 19)

Para Rémond, o conflito travado entre as gerações de intelectuais a respeito da história política não versava apenas sobre a oposição de pontos de vista, estando ligado a algo de maior profundidade, o que classifica como problema de “raiz fundamental”. Essa raiz fundamental traduzir-se-ia então sobre a “natureza da realidade”, objeto crucial do conhecimento histórico (RÉMOND, 2003. p. 19). O descrédito da história política é, para Rémond (2003. p. 21), consequência de uma convergência de diversos fatores causada pela “evolução das realidades e a revolução dos espíritos”.

Logo, a realidade proposta pela nova geração estava ligada a tudo e a todo movimento que colocasse em evidência os verdadeiros protagonistas da História, o povo. O abandono do Estado como objeto principal traduz-se no fato de ele não representar o povo, exercendo o papel de “instrumento da classe dominante”. As contribuições dos estudos realizados por Marx e Freud, em suas particularidades, vieram denunciar as atitudes excludentes do Estado, inserindo o povo e as massas como objeto de movimentação dessa nova História – o primeiro evidenciando as lutas de classe e, o segundo, ao associar os impulsos sexuais ao comportamento dos indivíduos (RÉMOND, 2003. p. 20).

Essa convergência de fatores que leva ao descrédito da história política acaba sendo, no futuro, o elemento que impulsiona a retomada de seu estudo e sua ressignificação como matéria de pesquisa. Ao analisar o retorno da história política, Rémond nos indica que esse movimento torna-se notório a partir do surgimento da

complexa questão de como teria se desenvolvido *a vida política da França, na Alemanha Federal e na Grã Bretanha de 1945 a 1969*, afirmando que: “Era sem dúvida uma das primeiras vezes que um recorte estritamente orientado para o político era elevado a tal dignidade pedagógica: uma homenagem de peso à volta às boas graças da história política” (2003. p. 21).

Tal questionamento, segundo Rémond, reverbera não somente sobre a retomada da história política, dando também início ao campo de estudo de elevado prestígio da “história do presente” ou “história do tempo presente”. A proposta trazida pela história do presente seria a de reconhecer o status e rigor científico dos estudos sobre um período que ainda não caiu num passado definitivamente encerrado (2003. p. 21). Com seu advento, a história do presente traz consigo o que Koselleck descreve como a experiência de aceleração do tempo, sendo essa a nossa experiência cotidiana ditada por fatores como a explosão demográfica e pelas alterações dos regimes políticos, por exemplo (KOSELLECK, 2006, p. 69).

Sendo a História um fruto de seu tempo, é importante que levemos em conta os “modismos” e “tendências” da época, em sua maior parte conservadores, pelos quais os historiadores acabam por se orientar. Observada essa questão, torna-se crucial, durante esse processo em que os intelectuais estão repensando e quebrando os paradigmas da história política, o exercício de distinção e discussão a respeito das causas que levam tanto ao seu esquecimento quanto ao seu ressurgimento. Dentro dessa perspectiva, o autor nos situa a respeito da importância e da influência dos períodos de crise econômica ou de Estado para as reestruturações das mais variadas ordens, sejam elas públicas, econômicas ou ideológicas.

Para além dessas reestruturações, Rémond aponta, como atributo relevante no processo de reintegração da política como campo de pesquisa instigante da História, “a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado” (RÉMOND, 2003. p. 23). Tal acontecimento acaba por ampliar as fronteiras que delimitam o campo do político, uma vez que, esse universo está sempre em expansão, segundo o historiador. Para ele, a ampliação das fronteiras atravessadas pela História permite, de forma espontânea, que a opinião pública retome seu papel de “cobradora” e fiscalizadora do Estado. Logo, a história política passa a se preocupar com problemas outrora nunca associados à sua responsabilidade (RÉMOND, 2003. p. 24).

Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo de como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica. (RÉMOND, 2003. p. 26).

Ainda sobre a renovação da história política, Rémond defende que:

Á medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. (RÉMOND, 2003. p. 24).

O desencadeamento da reestruturação da história política permite trazer para discussão histórica elementos essenciais à sua compreensão, dentre eles a atuação e a importância dos intelectuais e de suas ideias. A participação dos intelectuais sela a união entre os campos da história política e a história das ideias, ampliando, então, nesse aspecto, a interação com as outras ciências iniciada pela Escola dos Annales.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade proposta pela Escola dos Annales foi primordial para a renovação da história política, uma vez que a interação e união dessas ciências permitiam a realização de questionamentos que a História somente não seria capaz de abarcar independentemente.

Por meio do estabelecimento do diálogo entre as diferentes matérias, podemos destacar as ciências sociais como as de maior contribuição para a História. Por meio de seus questionamentos e discussões acerca do evolucionismo e da ideia de progresso, permitem que tanto a História quanto a historiografia tomem intenso fôlego. No rol das contribuições realizadas pelas ciências sociais, podemos destacar, por exemplo, a sociologia, com a escola criada por Émile Durkheim, que tem como ambição, segundo Dosse, unificar todas as ciências sociais por meio do conceito de casualidade social (DOSSE, 2003, p. 40-41).

Apesar de a escola durkheimiana refutar a contribuição de matérias como a geografia – a qual acusa de pensar de forma regionalista e individualista em detrimento de uma forma social e ampla, como defendiam –, foi por influência da geografia, com seu estudo humanizado da relação entre o homem e a natureza, que a História saiu dos arquivos como fonte única de pesquisa, abrindo suas portas e, conseqüentemente, as da própria história política para pensar no tempo atual, ou seja, no presente. (DOSSE, 2003, p. 47-51).

De outras ciências do homem em sociedade, a história política tomou de empréstimo noções e interrogações. Foi em contato com o que se chama de ciência política que ela se interessou por fenômenos sociais que até então negligenciara [...] (RÉMOND, 2003, p. 30).

Ainda no aspecto das renovações e interações com as outras matérias, Rémond discorre:

A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado. (RÉMOND, 2003, p. 30).

O movimento de humanização trazido pelas ciências sociais fez com que mais outro grupo, a história política, desenvolvesse maior atração pelos agrupamentos e associações, ou seja, pelo lado da coletividade. A partir de então, a história política não pôde mais ser ignorada (RÉMOND, 2003, p. 25). Tudo estava ligado à política. Tudo é política. Mostrava-se, então, o vigor com que a história política se articulava no meio acadêmico e também na população. Para Rémond, o nível de informação e compreensão do político sofre um grande aumento nos últimos 25 anos, justificado pela aparição de elementos como “*o desenvolvimento de um jornalismo político próximo da ciência política, o surgimento de um gênero novo, o livro político*” (2003. p. 25). Esse fenômeno constitui-se, para o historiador, como de intensa relevância, pelo fato de fazer com que os cidadãos sintam-se mais integrados ao corpo político e instigados a participar das decisões que afetam a coletividade (2003. p. 25).

“*A história política não é mais a mesma*”, afirma Rémond. O êxito alcançado por ela se dá em função da reflexão crítica movimentada por sua transformação/renovação, provocada, segundo o historiador francês, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais (2003. p. 26).

É no passado renegado da história política que os intelectuais irão encontrar os fatos e espaço para sua renovação. Nesse sentido, Rémond fala sobre os precursores do redescobrimto da história política, citando nomes como Charles Seignobos, André Siegfried, François Goguel, Alain Lancelot, Albert Thibaudet, dentre outros. É relevante estarmos atentos ao fato de que as escolhas de tais nomes para ocupar o loco de “precursores da história política” justifica-se com base em dois objetivos comuns. O primeiro deles é o fato de esses nomes estarem ligados aos variados segmentos de estudo das ciências sociais, ou seja, à interdisciplinaridade, sendo esta “*o ar que ela (a história política) precisa para respirar*” (RÉMOND, 2003, p. 29). O segundo objetivo seria o de “fazer justiça” ao papel fundamental dos intelectuais, derrubando a visão simplista construída acerca da história política.

Essa reunião de nomes, por mais limitada que seja, tem outro interesse: manifesta um traço característico que foi um fator decisivo da renovação da história política – a diversidade de procedências, a variedade das formações, numa palavra, a pluridisciplinaridade. Dois historiadores da academia, dois

professores de direito público e dois “amadores”, um formado na escola de geografia e outro vindo da crítica de livros. (RÉMOND, 2003, p. 29)

Vital para sua renovação, o encontro com as outras ciências refletiu-se de maneira desigual em suas contribuições para a história política, como indica Rémond: “*A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática*” (2003. p. 29). Da matemática, a história política toma emprestado os procedimentos estatísticos e o raciocínio; da psicologia social, os procedimentos que permitem uma aproximação ao entendimento dos comportamentos humanos; da ciência política, herda o interesse pelo estudo dos movimentos e comportamentos sociais ligados à política.

No âmbito das contribuições que foram tomadas emprestadas pela história política, talvez a disciplina que mais tenha contribuído, não desmerecendo as outras, foi a linguística, campo esse que trataremos de forma específica mais à frente deste capítulo, por meio das reflexões desenvolvidas pelo historiador Quentin Skinner, da Escola de Cambridge. A linguística desperta na história política o interesse pela análise do discurso, o que, por sua vez, “*redobrou o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos*”, ofertando também “*novos métodos de tratamento e interpretação*” (RÉMOND, 2003. p. 30).

Por meio da análise do discurso, a linguística concedeu à história política o afastamento da última característica que a manteve no descrédito por tanto tempo: a efemeridade dos rastros deixados pelos fatos políticos – quando comparada aos rastros deixados pela história tradicional, que possuíam efeitos mais duradouros. Com isso, passa-se a se reconhecer na história política a existência de uma “pluralidade de ritmos”, apresentando então, rastros de longas, médias e curtas durações (RÉMOND, 2003, p. 34-35).

A linguística concede à história política o acesso a peças-chave para o avanço em direção ao comprometimento com a realidade cobrada pela História em relação à interpretação dos fatos e fenômenos vivenciados. Por meio da Escola de Cambridge, a linguística permitiu de maneira especial que a história política pudesse dar um papel proeminente à contribuição dos intelectuais e, assim, uma interpretação mais escrupulosa possível do contexto e obras produzidas por eles.

1.2 – Sobre o retorno dos intelectuais

Para o historiador francês especialista em história política e cultural do século XX Jean-François Sirinelli, o estudo dos intelectuais e o retorno da história política é um fenômeno bastante recente da História, sendo iniciado no final da década de 1950 e início de 1960, sendo o segundo ainda mais tarde, ganhando força somente em meados da década de 1980.

Seguindo essa ideia, as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen nos dizem que os indícios sobre os estudos dos intelectuais surgem na França por volta dos anos 1898-1899 no manifesto proposto pelo escritor francês Émile Zola em defesa ao chamado Caso Dreyfus. Tomando grande repercussão naquele momento, dá-se ao intelectual um poder simbólico e uma identidade que o define como uma categoria socioprofissional marcada tanto pela vocação científica quanto pela sua especialização (GOMES, 2016, p. 10). Ainda nesse sentido, as autoras classificam os intelectuais:

Na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicações de ideias, direta ou indiretamente à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas de cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social. (GOMES, 2016, p. 10).

Para Sirinelli, o retorno dos intelectuais no campo de pesquisa em História se inicia mais exatamente em junho de 1957 com a organização de uma mesa-redonda sobre os “intelectuais na sociedade francesa contemporânea”, onde ele indica, apesar da resistência de alguns historiadores em aceitar a história política, que René Rémond a defendia ferrenhamente e dizia que “o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo” (SIRINELLI, 2003, p. 231):

Após estudar as causas que durante tanto tempo deixaram os intelectuais no ângulo morto da pesquisa – pois, na verdade, era muito mais uma questão de ausência do olhar que de descrédito – será portanto necessário apresentar em seguida uma história nascente, mais que renascente. Sua juventude não a impediu contudo de ganhar vigor, testando problemáticas novas, desobstruindo pistas inéditas e aafiando para tanto instrumentos específicos. A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Após nos situar no tempo e no espaço com respeito às idas e vindas da importância da contribuição dos intelectuais no estudo da história política, Sirinelli reflete se a “história do intelectual seria um subobjeto da história”. Nesse sentido, elenca múltiplos motivos pelos quais esse campo é rejeitado durante um bom tempo. Esses motivos são também discutidos por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, ao defenderem que a emergência tardia do estudo dos intelectuais está vinculada ao descrédito conferido a eles e à história política pelas novas estruturas de pensamento instituídas pela Escola dos Annales e pelo surgimento da história do tempo presente (GOMES, 2016, p. 10). Esses aspectos são também citados por Rémond, criticando e responsabilizando os intelectuais pelo afastamento dos historiadores, entre outras razões, devido à falta de entusiasmo dos primeiros pelo estudo das massas, ao caráter elitista da intelectualidade e à sua relação com a história factual positivista.

Incontestavelmente, e sem dúvida mais que em outros setores, esta história sofreu do processo de suspeição movido contra o pesquisador do político. A honra perdida da história política – segundo os cânones dominantes – durante muito tempo escondeu dos olhares galhos, no entanto ricos de seiva. (SIRINELLI, 2003, p. 233).

Outro ponto importante que afastava os historiadores da história dos intelectuais, por mais ricos de seiva que fossem os galhos, era que, em muitos casos, as más adjetivações atribuídas aos intelectuais acabavam por recair sobre os historiadores que os estudavam. Algumas dessas negativas eram ligadas ao caráter elitista já discutido aqui e outras, ao fato de muitos trabalhos produzidos ressaltarem as facetas e engajamentos individuais, reforçando ainda mais o preconceito em torno deles (os intelectuais).

Para Sirinelli, o pós-1945 trouxe uma das causas mais específicas para que houvesse uma “marginalização” dos intelectuais, que foi a sua relação com a produção de uma história do passado próximo e, claro, o forte teor ideológico e político assumido pelo intelectual e que, conseqüentemente, poder-se-ia refletir “bem ou mal” no historiador que o pesquisa (SIRINELLI, 2003, p. 234). No que concerne a esse último ponto, ou seja, à imersão do historiador sobre a produção do intelectual e o reflexo que poderia recair sobre ele, o historiador político J. G. A. Pocock, por meio de uma análise minuciosa dos estudos do professor Skinner, “ênfatisa a importância de se resgatar as intenções que um autor teria abrigado ao elaborar um texto”, porém, esse trabalho deveria ser realizado sem torná-lo um prisioneiro de seu discurso (POCOCK, 2003, p. 27). Um enorme desafio, uma vez que, para Skinner, as intenções podem assumir

caráter distinto quando são escritas ou faladas, ou seja, é o caso da *langue* e da *parole* (POCOCK, 2003, p. 28).

Podemos ainda elencar sua relação com a história do passado próximo, que reflete-se também por parte desse descrédito. Além disso, temos o fato de ser um grupo social denominado muitas vezes como “grupo de contornos vagos” e reduzido quantitativamente, o que desencorajava mais ainda o interesse por seus estudos. Baseada num mal-entendido entre a história dos intelectuais, a história das ideias políticas e a história da cultura política, sua relação com o passado próximo juntamente à ação no debate cívico despertava ainda mais desconfiança, haja vista que somente as abordagens de média e longa duração permitiriam “abordagens férteis e as aberturas conceituais” (SIRINELLI, 2003, p. 235-236).

Para Sirinelli, a segunda metade da década de 1970 é um período primordial para discutirmos a saída do estudo sobre a intelectualidade do vazio em que foi jogado. Essa década, segundo ele, trouxe de volta o interesse para o campo da história dos intelectuais mesmo que de forma tímida quando comparada, por exemplo, às pesquisas em história medieval de Jacques Le Goff e Bernard Guenée ou até mesmo às da história moderna de Robert Mandrou, Daniel Roche e Robert Darnton. Nesse sentido, Sirinelli afirma que as causas que deixaram a história dos intelectuais no “ângulo morto da pesquisa” estavam muito mais ligadas à falta de sensibilidade do olhar do historiador para aquele estudo do que ao descrédito propriamente dito, apresentando-se, assim, uma “história nascente, mais que renascente”. “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Os motivos dessa renovação estão relacionados a fatores múltiplos, dos quais o primeiro estaria ligado à própria história dos intelectuais e o segundo, ao avanço do status da história política e da história recente (SIRINELLI, 2003, p. 237). Para estudar os intelectuais, é necessário interrogar-se sobre o peso de suas contribuições – mesmo sendo eles um grupo social limitado quantitativamente, vale frisar – e dar atenção ao jogo que havia entre os historiadores que, em suas escolhas, por tratar dos grandes intelectuais e das grandes produções, acabavam por beneficiar mais a história da cultura política do que a história dos intelectuais (SIRINELLI, 2003, p. 237).

A reabilitação da história recente não corria portanto o risco, definitivamente, de ser freada por essas considerações sobre as relações entre o pesquisador e

seu objeto. E essa reabilitação foi fundamental para o status da história dos intelectuais. Pois a distinção clássica – e preciosa – de Fernand Braudel entre a ampla respiração do social e do mental e o tempo “curto” do acontecimento perdeu a função de exclusão atribuída por alguns discípulos demasiado zelosos. A década volta a ser uma baliza valiosa. E, nessa perspectiva, estudar os intelectuais que se sucederam na França do século XX surge como um objeto de história indiscutível e que ninguém pensaria seriamente em contestar. (SIRINELLI, 2003, p. 239).

Essa limitação é aos poucos quebrada justamente pelo novo foco que é dado a História de maneira geral, que agora realizava uma abordagem mais voltada para o lado coletivo e também pelo reconhecimento e respeito dado à história recente. Essa mudança faz com que o grupo dos intelectuais cresça ao longo das décadas, como aponta o historiador francês. Com esse crescimento, a nova geração de intelectuais é despertada por uma enorme curiosidade de saber justamente o porquê de as gerações mais antigas defenderem ou não certos posicionamentos em vez de outros. Era um verdadeiro campo de provocações e, com isso, desejavam entender como o intelectual ganhava esse título e mantinha suas relações de poder através do tempo.

A questão de um poder intelectual merecia pois daí em diante ser colocada, tanto mais que era formulada pelo próprio meio, desde 1979, através das reflexões de Régis Debray. E se sabemos que a essas agitações e questionamentos internos acrescentou-se logo a curiosidade do “grande público” – através do sucesso, por exemplo, dos *Intellocrates* (1981) ou o do *Spectateur engagé* (1981) e das *Mémoires* (1983) de Raymond Aron –, todas as condições estavam então reunidas, no limiar dos anos 1980, para que a história política dos intelectuais se estabeleça na praça. (SIRINELLI, 2003, p. 241).

Dentro dessa perspectiva, indagamos: quem pode ser um intelectual? E, mais importante: o que faz de alguém um intelectual? Diante desses questionamentos, Sirinelli explica que com frequência a noção do intelectual pode partir de um caráter polissêmico e polimorfo. Essas variáveis nos indicam duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento (SIRINELLI, 2003, p. 242).

No aspecto amplo e sociocultural, o intelectual pode ser um jornalista, um professor secundário, um escritor, uma parte dos estudantes que lideram mediações culturais e até mesmo as classes que são receptoras. De um aspecto estreito, podemos entender como intelectual aquele que legitima seu discurso no âmbito público por ter uma especialização e um notório saber sobre o assunto que cria ou defende, ou seja, é o engajamento na vida da cidade como ator (SIRINELLI, 2003, p. 242). Sendo assim, o intelectual pode ser classificado também como um mediador (GOMES, 2016, p. 16), no

sentido de atuar como um facilitador da disseminação de conhecimento, principalmente ao atingir as massas da sociedade.

Esse meio é de fato polifônico e suscitou autorrepresentações dissonantes, que vão da imagem religiosa dos intelectuais paladinos das grandes causas contemporâneas, até a leitura anti-intelectualista de um século XX francês desestabilizado pela ação perniciosa dos intelectuais, fermentos da dissolução nacional e agentes de preservação social. (SIRINELLI, 2003, p. 244).

Após discutir essas ideias sobre os intelectuais como atores políticos, Sirinelli descreve as principais dificuldades e objeções que permeiam o campo de estudo dos intelectuais, onde podemos elencar, por exemplo, a abundância de documentação disponível. De acordo com o autor, essa abundância leva ao que pode ser definida como “crise do mineiro”, a redução da história dos intelectuais durante muito tempo a um gênero biográfico, ao cruzamento dos percursos ou itinerários que as ideias desses intelectuais realizam e sua influência nas mais diferentes gerações. Outra dificuldade está ligada às abordagens sociológicas, muitas vezes realizadas sob uma visão teleológica da História, ocorrendo o risco de falsear a realidade histórica (SIRINELLI, 2003, p. 247).

Dentro desse aspecto, podemos identificar que a história dos intelectuais vive em núcleo pequeno e estreito, onde os laços de sociabilidade são de extrema importância para a sobrevivência e disseminação das ideias, uma vez que os intelectuais se organizam em torno de suas características ideológicas e culturais em comum. Um bom exemplo que permite a sociabilidade dos intelectuais é a elaboração de uma revista ou do conselho editorial de uma editora, segundo Sirinelli (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Esse espaço de sociabilidade abre lugar para a atuação de agentes como a paixão e a razão. Nesse espaço, podemos identificar, por exemplo, as rivalidades entre os intelectuais e seus campos de atuação. Sirinelli nos alerta para o cuidado essencial que devemos ter ao analisar o campo específico das paixões: ele pode ser de extrema importância para identificarmos elementos importantes da sociabilidade ou, de maneira inversa, pode ser aquilo que nos coloca num grave erro científico, o de supervalorizar os arroubos emocionais dos intelectuais (SIRINELLI, 2003, p. 251-252).

É relevante o exercício da compreensão de como as ideias chegam e são desenvolvidas pelos intelectuais. Dentro dessa perspectiva, Sirinelli nos mostra que a maior parte da intelectualidade está ligada politicamente às ideologias de direita. Logo, podemos compreender, em boa parte dos casos, o viés conservador e tradicional de suas ideias e até mesmo da construção de suas críticas. No caso do intelectual de esquerda, suas ideias surgiriam justamente da elaboração de críticas às ideias engessadas e tradicionais. O historiador ressalta até mesmo a dificuldade que há em lidar com o político e o intelectual de esquerda na França, afirmando que os dois não conseguem estabelecer um acordo em comum, como se o tempo entre um e outro não coincidissem.

Nesse caso, faz-se necessário, como o próprio Sirinelli escreve, que nós, como historiadores, passemos a reconhecer a amplitude das ideias produzidas pela intelectualidade, bem como pela história política, sabendo que as ideias não pertencem a um determinado grupo, o que pode gerar uma série de conflitos já conhecidos. É importante pensarmos principalmente na recepção dessas ideias em outras camadas da sociedade e saber reconhecer que os intelectuais são passíveis de falhas e que nem sempre a razão irá prevalecer nos campos da história política.

A ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez, ela própria alimentada pela Razão. E forçoso é constatar que, nesse engajamento, o sentimento e a afetividade algumas vezes prevalecem sobre a Razão. (SIRINELLI, 2003, p. 260).

Devido à polissemia que o significado conceitual de política pode assumir, e também de suas assimetrias causadas tanto pelo tempo quanto pelas intencionalidades singulares, Koselleck nos alerta sobre três pontos cruciais para não cair nas chamadas mitologias (SKINNER, 2000, p. 153) ou erros básicos de quem estuda a história política. O primeiro é que “se evite o erro de confundir história política com linguagem conceitual” – nesse sentido, diz ainda que a diferença entre a História e seus conceitos é medida pelo método que chama de “semântica histórico-política” (KOSELLECK, 2006, p.194). O segundo ponto seria reconhecer os dualismos conceituais existentes, chamados de “antitéticos” – de caráter rigorosos e que dividem a humanidade em dois grupos diferentes e contrários – e exercitar a tarefa de refutar essa ideia principalmente quando comparada em relação ao tempo passado e o presente. Sendo assim, o historiador alemão afirma que:

Não podemos permitir que a força sugestiva dos conceitos políticos nos prenda a uma leitura dualista das condições históricas antagônicas que ela implica, ou que foram por ela provocadas. Como categorias do conhecimento histórico, as antíteses do passado costumam ser bastante grosseiras. Nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos

conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram. (KOSELLECK, 2006, p. 194).

Nesse sentido, Koselleck complementa a ideia de que:

Os conceitos antitéticos são especialmente apropriados para conformar as múltiplas relações, de fato e de intenções, entre os diversos grupos, de modo que os afetados por eles em parte são violentados, e em parte – na mesma proporção – adquirem capacidade de ação política. O reconhecimento desse dinamismo exige que se questione o uso dos termos no passado. Por isso, aqui se faz distinção entre os termos dos conceitos antitéticos que historicamente pertencem ao passado e as estruturas semânticas e contidas. (KOSELLECK, 2006, p. 194-195).

O terceiro ponto trazido por Koselleck diz respeito à estrutura argumentativa das figuras dualistas que podem ocorrer na linguagem. Nesse sentido, as fontes podem ser lidas de duas maneiras distintas, sendo elas “como autoarticulação histórica dos que atuam conforme dizem as fontes e como articulação linguística de determinadas estruturas de significado” (KOSELLECK, 2006, p. 195). Para o historiador alemão, a eficácia política acontece justamente por ser essencialmente um conceito antitético e assimétrico e, ao mesmo tempo, é o motivo de dificuldade de sua aplicação ao conhecimento científico. É primordial estarmos atentos às mudanças que as palavras sofrem com o tempo, uma vez que podem elas passar a ter novos usos e significados. Essas mudanças podem nos trazer novos horizontes e perspectivas, como diz Koselleck, aumentando as possibilidades linguísticas ou até mesmo o seu desuso (KOSELLECK, 2006, p. 196).

1.3 – A história das mentalidades e dos intelectuais sob o olhar de Roger Chartier

Assim como Sirinelli, outro historiador francês que deu intensa contribuição a respeito da renovação da história intelectual é, sem dúvida, Roger Chartier. A partir de sua interpretação particular dos conceitos de história, cultura e representações, Chartier, procurou investigar minuciosamente o meio pelo qual os indivíduos e os grupos dão sentido e significados à História, comprometendo-se sempre com a retratação da realidade.

Nesses aspectos, para Chartier, as crises e os momentos de rupturas são excelentes exemplos que manifestam a realidade, representando então um importante objeto a ser observado e discutido. Sua preocupação com as crises como objetos da história revela-se durante toda sua trajetória. Seus estudos sobre a história das

mentalidades políticas e dos intelectuais em sua obra *À beira da falésia* (2002) trabalham a “crise da inteligibilidade da história” (p. 8) e os percalços enfrentados pelas ciências sociais durante a década de 1960, período crucial para sua renovação.

Chartier defende que o declínio acadêmico da história política é decorrente de dois fatores de ordem mais generalista. O primeiro é o fato de a história produzida ainda estar ligada aos antigos objetos e metodologias, então distantes dos propostos pela Escola dos Annales. A resistência ao novo fez com a história não se interessasse pelo estudo dos grupos coletivos, da cultura e das mentalidades, não se desligando da interpretação factual, justamente por ser “*um tempo de dúvidas e interrogações*” (2002. p. 8), como destaca o historiador.

O segundo fator estava ligado ao crescimento vertiginoso dos historiadores e de suas publicações, causando um “duplo efeito” para a história como disciplina (2002. p. 8). Esse duplo efeito destacado por Chartier, num primeiro momento, recai sob a história de forma negativa, contribuindo para seu declínio, porém são justamente os efeitos negativos que despertam a necessidade de reflexão e renovação da história política e intelectual, retomando também o interesse de novos historiadores pelo campo de pesquisa.

Dos efeitos negativos, realça Chartier: o crescimento do número de profissionais e do volume de trabalhos então produzidos, provocando na história sua perda de posição de disciplina federalista em meio às ciências sociais, uma vez que a maior parte desses trabalhos eram “*sobre as elites políticas e o funcionamento geral do sistema político*” (ROSANVALLON, 2010. p. 10). Outra negativa apontada é em relação ao “tempo dos questionamentos” que, segundo o autor, foi também o tempo da dispersão, havendo uma fragmentação das tradições historiográficas, por vezes contraditórias. Consequentemente, houve a multiplicação dos objetos e métodos (CHARTIER, 2002, p. 8).

A respeito do declínio do estudo do político, o historiador Pierre Rosanvallon defende que esse abandono deu-se de maneira progressiva, cedendo aos poucos a novos lugares de interesse, como o econômico, o social e o cultural, que serão discutidos mais à frente neste trabalho. Além disso, temos também o desenvolvimento da história das mentalidades políticas e da sociologia política, que provocam profundas e fundamentais mudanças no estudo do político (2010, p. 10).

Citando Maurice Agulhon em *La République au Village*, Rosanvallon nos mostra que a história das mentalidades políticas abre caminho para uma nova

abordagem da história política, agora distante das problemáticas deterministas (2010, p. 10). E, assim, justifica que: *“O desenvolvimento dessa disciplina, além da retomada do interesse pela história das ideias que disso resultou, traduziu-se, sobretudo, pela multiplicação dos trabalhos sobre as forças políticas e o sistema político”*.

Pesada para a história política, a década de 1960, período de sua renovação, extrai dessa experiência negativa o interesse por novos objetos e até mesmo pela retomada de alguns que haviam sido abandonados, a exemplo do desejo de retornar aos arquivos, aos documentos brutos. A retomada aos documentos abre as portas para a história política em direção a um leque de novas possibilidades, captando das outras ciências, como a linguística, a geografia e a sociologia, métodos e objetos coerentes com as novas necessidades determinadas pela nova história que se construía e, claro, para sua própria definição como disciplina.

O retorno dos historiadores ao arquivo situa-se, sem dúvida alguma, em um movimento mais vasto: o interesse renovado pelo texto. Os historiadores perderam muito de sua timidez ou de sua ingenuidade diante dos textos canônicos de seus vizinhos – historiadores da literatura, das ciências ou da filosofia – e isso, no próprio momento em que, nessas outras histórias, as abordagens socio-históricas ou contextualistas encontravam uma nova vivacidade após a dominação sem reservas dos procedimentos estruturalistas e formalista. (CHARTIER, 2002, p. 11).

“Definir a história intelectual não é tarefa fácil” (2002, p. 23), diz Chartier. Talvez ainda mais difícil fosse concluir tal definição sem a contribuição da linguística. A definição atribuída ao seu conceito passa pela análise das singularidades que as palavras podem acolher em seus significados. Estar atento ao momento recortado pelos historiadores e à maneira pela qual eles trabalham com o objeto torna-se um exercício fundamental que permitirá, então, uma melhor observação das “ferramentas conceituais e de sua metodologia” e também das incertezas e dúvidas que marcavam os historiadores daquele momento de renovação e reestruturação (CHARTIER, 2002, p. 25). Para Chartier, as incertezas, no que concerne às definições e conceitos que podem assumir a partir do vocabulário escolhido, precedem a jogo de valores impostos pela interação das outras disciplinas com a história, chamadas de “forças intelectuais”. Já que havia agora uma interação entre as disciplinas, o que deveria ser utilizado ou não cada uma? Precisava-se então chegar numa definição hegemônica do léxico (2002, p. 25).

A fim de resolver as oposições estabelecidas pelos modelos que dividiram a história intelectual francesa a partir do início do século XX, principalmente, com o advento da Escola dos Annales em 1930, onde seus precursores, Lucien Febvre e Marc Bloch, começaram a refletir o que de fato seria a história intelectual, reflexão essa que

se consolidaria ainda neste mesmo período. Chartier ressalta ainda que, “*para Febvre, pensar a história intelectual é primeiramente reagir àquela que se escreve na sua época*” (2002, p. 26). Partindo dessa lógica, podemos entender o sentido de ruptura e reação que Febvre possui em relação à crise das ciências sociais, demonstrando tomar distância do estruturalismo histórico que dominara a história tradicional.

Nadando contra as tradições metodológicas, o movimento dos Annales se esforça, como diz Chartier, para pensar a relação das ideias e a realidade social fora das categorias de cunho determinista, propondo-se a compreendê-las em toda sua complexidade, rompendo com as antigas noções esvaziadas. Sua crítica tornou-se, portanto, um modelo norteador para história das mentalidades (2002, p. 27-28), principalmente no período pós Primeira Guerra Mundial, tornando-se ainda mais incisivo no pós-1945.

Para Febvre, naquele momento, era necessário pensar as diferentes relações estabelecidas pelos agentes históricos nas diferentes épocas, buscando vínculo “*entre a obra e a seu criador, entre a obra e sua época, entre as diferentes obras de uma mesma época*” (CHARTIER, 2002, p. 30), cumprindo as exigências de forjar novos conceitos e hábitos para a “nova” história intelectual, o que, para ele, resultaria em pensar a chamada “aparelhagem mental”. Em seu trabalho publicado no ano de 1942, intitulado de *Rabelais*, Febvre caracteriza a aparelhagem mental como o aprimoramento das técnicas e das ciências de uma civilização de acordo com cada época, podendo, nessa passagem do tempo, essa aparelhagem ser renovada, sofrer retrocessos e mudanças, movimentando-se com as civilizações que as forjam (FEBVRE, 1942 in. CHARTIER, 2002, p. 30).

O reconhecimento dessa aparelhagem, bem como de suas movimentações, fez com que a história e a história política retomassem seu comprometimento com a verdade. Reconhecer a importância dessa aparelhagem fez com que o historiador deixasse a ingenuidade de lado, tomando, então, distância dos moldes ficcionais (CHARTIER, 2002, p. 17). O exercício de reconhecimento da aparelhagem tornou-se, com o tempo, um indispensável aliado metodológico do historiador, principalmente daquele que se dedica à história política, uma vez que é justamente esse aliado que o faz diferenciar as intencionalidades do discurso investigado.

Sobre a investigação proposta por Febvre com sua ideia de “aparelhagem mental” como método de investigação, Chartier considera que:

O que define nessas páginas a aparelhagem mental é o estado da língua, em seu léxico e sua sintaxe, as ferramentas e a linguagem científicas disponíveis, e também este “suporte sensível do pensamento” que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade. (2002, p. 31).

Mais à frente, sobre o ofício do historiador Chartier, assevera que:

A tarefa primeira do historiador, assim como do etnólogo, é então resgatar essas representações, em sua irredutível especificidade, sem descobri-las com categorias anacrônicas, nem medi-las pela aparelhagem mental do século XX, posto implicitamente como o resultado necessário de um progresso contínuo. (2002, p. 31).

As explicações e pensamentos “voluntaristas à totalidade” que movimentavam a antiga tradição da história intelectual e também os processos de transformações sociais ligados ao “marxismo simplificado” estavam tornando-se cada vez mais antiquados. Ao definir a tarefa do historiador por meio da ideia formada pela “aparelhagem mental”, Chartier aponta para o significativo reencontro entre Febvre e o filósofo e sociólogo francês Lévy-Bruhl, onde seus pensamentos sobre a interpretação dos textos antigos convergem para um entendimento semelhante linguisticamente e metodologicamente falando (2002, p.31).

Os dois, em suas particularidades, explicam que a tarefa do historiador consiste em se afastar da ideia de que deveríamos nos colocar no lugar e pensar como pensariam aqueles que estudamos. Para Bruhl (1922), ao colocar-se no lugar do outro, o historiador acaba induzindo o texto aos “*nossos próprios hábitos mentais*”, conduzindo-nos quase irredutivelmente ao erro. O sucesso na realização de tal tarefa viria através da “*análise de suas representações coletivas e das ligações entre essas representações*” (CHARTIER, 2002, p. 31).

Apesar das semelhanças de ideias e divergências conceituais que os dois estudiosos possuíam sobre a noção de aparelhagem mental, seus estudos tornaram-se cruciais para a história política, uma vez que contribuíram para que nós pudéssemos identificar a existência de “*diferentes ‘produtos’ intelectuais de determinado meio, e também pensar as variações entre os grupos como diferenças entre sistemas de percepção e de apreciação*”, o que, por sua vez, abria caminho para pensar a hierarquização dos níveis de língua e dos universos culturais, objetos esses que dão condição para formação do intelectual (CHATIER, 2002, p.33).

Como todo movimento de renovação e reestruturação, a história política e intelectual proposta pela Escola dos Annales deixa para Chartier algumas importantes lacunas a serem preenchidas, como por exemplo a ausência em Febvre de uma análise

central dos mecanismos propostos pelo historiador alemão Erwin Panofsky ao defender a relevância de um estudo minucioso dos mecanismos e categorias de pensamento que se tornaram fundamentais para um determinado grupo de agentes sociais. Essas categorias de pensamento às quais se refere Panofsky são os “*esquemas interiorizados e inconscientes*” que, por sua vez, influenciam a estrutura de todos os pensamentos ou ações particulares.

Chartier qualifica essa lacuna deixada como uma limitação de natureza teórica, porém de extremo valor para repensar a história política durante o que ele chama de primeira geração dos Annales (2002, p.33). Essa primeira geração representa, para a história política, possibilidade concreta de o historiador pensar fora de sua zona de conforto, deslocando para Chartier os seus questionamentos, retirando a ênfase das “audácias do pensamento”, o que seria muito próximo também da ideia trazida por Rémond (1988) quando ele fala sobre a narrativa ou “história dos grandes homens”, voltando-se então para compreender o que chama de “limites do concebível”. Dessa forma, afirma que: “*A uma história intelectual das inteligências sem limites e das ideias sem suporte, é oposta uma história das representações coletivas, das aparelhagens e das categorias intelectuais disponíveis e compartilhadas em uma época dada*” (2002, p. 33).

A respeito das categorias de intelectuais e os pensamentos que são compartilhados, Chartier diz que um bom exemplo de representação das mentalidades era o “gosto particular” (CHARTIER, 2002, p. 34) nutrido por Febvre e outros intelectuais de sua época pelas biografias. A biografia representa, em sua análise, uma forma autêntica de produzir-se a história social, porém esse gênero falhava ao sustentar o modelo tradicional, ao trazer a narrativa dos heróis mesmo como testemunhas, o que impunha algumas limitações em certas ocasiões. Ao percebê-las, Febvre deixa seu gosto particular de lado, abrindo espaço para a formação de uma “*história dos sistemas de crenças, de valores e de representações próprios a uma época ou grupo*” (CHARTIER, 2002, p. 34), posteriormente chamado de maneira vaga e globalizante, segundo o historiador, de história das mentalidades.

Assim como para história política, a década de 1960 foi crucial para a formação da história das mentalidades, gênero que abre as portas para o preenchimento de algumas lacunas metodológicas deixadas pela “nova história política”. Para Chartier, a partir da fatídica década, a noção de mentalidade “[...] *impõe-se na historiografia francesa para qualificar uma história que não estabelece como objeto nem as ideias*

nem os fundamentos socioeconômicos das sociedades” (2002, p. 34). Adiante, o historiador afirma que a história das mentalidades exercida pelos franceses acaba obedecendo a algumas concepções fundamentais.

Ao destacar as duas primeiras concepções seguidas pelos franceses, Chartier recorre ao historiador Jacques Le Goff, que discorre sobre a definição da palavra “mentalidade”:

[...] a mentalidade de um indivíduo, mesmo sendo um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo” ou ainda “o nível da história das mentalidades é aquele cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador de conteúdo do impessoal de seu pensamento. (2002.p. 35).

A partir da visão de “mentalidade” construída por Le Goff, o termo passa a significar algo que compreende a coletividade, em detrimento do termo “ideia”, que, por sua vez, representava a individualidade do pensamento” (CHARTIER, 2002, p. 35). Além das definições relacionadas ao coletivo e ao individual levantadas por Le Goff, Chartier afirma, nesse sentido, que a relação entre “consciência e pensamento” é fundamentada pela Escola Francesa do Político a partir de uma relação próxima com a da tradição durkheimiana, “ênfatisando os esquemas ou os conteúdos de pensamento” de modo individual, explicitando uma dependência entre o individual e o condicionamento imposto pelo inconsciente até que seja compartilhado por um grupo ou sociedade (2002, p. 35).

O compartilhamento de ideias por um grupo ou sociedade está diretamente ligado a uma outra concepção englobada pela noção de mentalidade, como elucidou o historiador Robert Mandrou. Ao citar Mandrou, Roger Chartier destaca a importância do “campo da inteligência e do afetivo” (2002, p. 35). Tal estudo englobado pela história da mentalidade permitiu que a história pudesse pensar em categorias psicológicas essenciais para um projeto de reconstituição dos sentimentos e das sensibilidades dos homens (no sentido coletivo) de uma determinada época, ou até mesmo de variadas épocas históricas (2002, p. 36).

Ao citar Ignace Meyerson (1995), podemos entender em Chartier que a relação entre a história e a psicologia propicia ao historiador uma ampliação da visão do homem em sua multiplicidade e reforça a substancialidade da coletividade (2002, p. 36). Ao trazer o homem e seus grupos de sociabilidade para o centro das discussões na década de 1960, os historiadores comemoram a emergência da história cultural “*como domínio mais frequentado e mais inovador da história*” (CHARTIER, 2002, p. 37), uma vez que

proporcionou a renovação da história, das novas problemáticas e metodologias e o surgimento de outros estudos, em particular o da história socioeconômica, classificada como um sucesso para Chartier (2002, p. 37).

O triunfo da história cultural e da história socioeconômica é crucial para o entendimento dos movimentos tomados pela história política. Outro ponto a ser destacado em meio a esse triunfo é justamente a escolha da história socioeconômica em detrimento da história econômica tradicional. Por meio das palavras do historiador Pierre Chaunu, Chartier atribui o êxito da história socioeconômica ao fato de ela permitir não só uma análise empírica da matemática contida nos documentos. Sendo assim, diz que:

O problema consiste em usar realmente o terceiro nível (ou seja, o afetivo e o mental (R.G.) em benefício das técnicas de uma estatística regressiva, em benefício, pois, da análise matemática das séries e da dupla interrogação do documento, primeiramente em si, depois em relação à sua posição do seio da série homogênea na qual a informação de base está integrada e posta. Trata-se de uma adaptação tão completa quanto possível dos métodos aperfeiçoados há vários anos pelos historiadores da economia, e depois por aqueles da quantidade social. (CHAUNU, 1937. p. 105-125 in. CHARTIER, 2002, p. 37).

A contribuição da história cultural para a renovação da história política vai além da interpretação socioeconômica, proporcionando esteio suficiente para repensar um dos problemas vitais do qual a história política é acusada: a curta duração dos fatos no tempo. Discute-se, então, *“como articular, com efeito, o tempo longo de mentalidades que, no nível do maior número, são pouco móveis e pouco plásticas, com o tempo curto de sensibilidade?”* (CHARTIER, 2002, p. 38). O segundo ponto seria discutir como *“conceber as relações entre os grupos sociais e os níveis culturais”* (CHARTIER, 2002, p. 38), possibilitando, assim, que a história política possuísse um mecanismo eficiente de interpretação dos diferentes grupos e discursos e público-alvo.

Outro ponto levantado por Chartier é o fato de a escola francesa da história social estar frequentemente ligada ao exercício de uma análise social que hierarquiza os níveis de pessoas de acordo com sua inteligibilidade, profissão e condição econômica. No início deste capítulo, tanto em Rémond, quanto em Sirinelli, podemos perceber a preocupação que havia em classificar, por exemplo, o que fazia de alguém um intelectual ou um historiador. Existia naquela época, como podemos constatar, uma forte dependência de uma história categorizante ligada às estruturais sociais do trabalho.

Esse movimento pelo qual a história das mentalidades desenvolveu-se nos últimos 15 anos, tal como Chartier defende, foi primordial para que a historiografia francesa exercesse sua tomada de consciência, haja vista que:

A atenção deslocou-se então para os objetos (os pensamentos e gestos coletivos diante da vida e da morte, as crenças e rituais, os modelos educativos, etc.) até então próprios à investigação etnológica e para novas questões, amplamente estrangeiras à história social, dedicando-se antes de tudo a hierarquizar os grupos construtivos de sociedade. (2002, p. 39).

A tomada de consciência representou para a história e para historiografia a abertura de novas práticas e domínios. Logo, seria necessária uma reformulação no interior do campo da história intelectual (CHARTIER, 2002, p. 40). Ao citar Alphonse Dupront, essa reformulação poderia ser entendida como uma *“desqualificação da maneira antiga de fazer a história das ideias”* (CHARTIER, 2002, p. 40), porém ela representava algo muito maior e de cunho complexo. Para Dupront, então:

A história das ideias, de resto mal distinta e capaz de receber, mais ou menos como um depósito generoso, tudo aquilo de que a história tradicional se ocupava tão pouco, pende demais para a intelectualidade pura, a vida abstrata da ideia, isolada frequentemente além da medida dos meios sociais onde ela se enraíza e que diversamente a exprimem [...]. O que importa, tanto quanto a ideia e talvez mais, é a encarnação das ideias suas significações, o uso que se faz dela. (CHARTIER, 2002, p. 42).

Sobre suas significações e interpretações, Chartier alerta que devemos evitar a redução da história intelectual a apenas uma história de difusão social das ideias, estabelecendo ela, por sua vez, uma relação central entre os textos e as leituras individuais e coletivas (2002, p. 55). E, mais uma vez, o historiador destaca a relevância das leituras e interpretações do texto, ou seja, as ferramentas de interpretação da linguística, orientando que: *“Ler um texto ou decifrar um sistema de pensamento consiste, pois, em manter juntas essas diferentes questões que constituem, em sua articulação, o que se pode considerar como o objeto mesmo da história intelectual”* (CHARTIER, 2002, p. 57).

1.4 – A Escola de Cambridge e as contribuições de Quentin Skinner no processo de renovação da história política

Para discutir os pontos pelos quais o estudo da linguística proposto pela Escola de Cambridge e seu mais ilustre precursor, Quentin Skinner, contribuíram para a renovação do estudo do político, é necessário visitarmos mais uma vez a obra de Chartier (2002).

Na conclusão do primeiro capítulo de *À beira da falésia*, intitulado “*História intelectual e história das mentalidades*”, Chartier comenta a respeito das armadilhas contidas nos conceitos e seus significados que, por sua vez, induziriam o historiador ao erro. Sobre tal questão, Chartier reconhece o trabalho de Michel Foucault como um “divisor de águas” na compreensão dos “objetos intelectuais”, que, a partir de então, já não poderiam ser mais considerados “objetos naturais” (CHARTIER, p. 58).

Fundamentado nesse pensamento de Foucault, Chartier alerta que a “*história intelectual não deve cair na armadilha das palavras que pode dar a ilusão de que os diferentes campos de discursos ou de práticas estão construídos de uma vez por todas...*” (2002, p. 58). Essa é a razão pela qual recorreremos, neste trabalho, à contribuição da Escola de Cambridge e, particularmente, às reflexões de Quentin Skinner.

Sobre essas contribuições, o historiador inglês Peter Burke descreve que, dos três ensaios mais duradouros publicados no decorrer da década de 1960 pelos principais membros dessa escola – *The history of political thought: a methodological inquiry*, de John Pocock; *The identity of the history of ideas*, de John Dunn; e *Meaning and understanding in the history of ideas*, de Quentin Skinner –, foi esse último que provocou mais discussão, devido à sua maior abrangência conceitual, tornando seus objetivos precisos e específicos (BURKE, 1992, p. 273).

Essa escola tem como objetivo pensar intelectualmente as ideias e conceitos, restituindo e dando suporte às condições sociais de sua emergência, à relação entre enunciador /destinatário, como os vestígios deixados pelo sentido enunciado na longa duração até o tempo presente, resolvendo, então, um dos maiores problemas atribuídos à história política: a duração dos fatos.

Situando-se no cruzamento da filosofia, da história, da ciência política e da linguística, a Escola de Cambridge tomou caminhos contrários ao estruturalismo adotado pelos franceses, abraçando reflexões de ordem epistemológicas e inaugurando um método para a história intelectual no qual é dado um papel de extrema relevância ao contexto e à singularidade das situações históricas, renovando e aprimorando os tipos de problematizações da história.

Os autores dessa escola têm por objetivo realizar uma restituição mais escrupulosa possível do contexto intelectual no qual um certo número de teóricos políticos elaborou suas teses. Defensores de um método essencialmente histórico, esses

autores partem das categorias de pensamento da época estudada e da linguagem utilizada, procurando se distanciar de toda forma de projeção a partir do presente.

A pertinência desse distanciamento se dá pelo fato já discutido neste trabalho por meio de Chartier, quando aborda os problemas gerados pela interpretação dos objetos e do discurso a partir de uma lógica e significados atuais (no tempo de quem interpreta), induzindo tanto a história quanto o historiador ao erro.

Sobre os objetivos e métodos, Skinner escreve que:

Atualmente, o historiador que adota tal ponto de vista já está, na verdade, ele próprio comprometido com a questão de como melhor obter uma compreensão de tais ‘textos clássicos’. Pois se o objetivo fundamental de tal estudo é concebido em termos da recuperação das ‘perguntas e respostas atemporais’ colocadas nos ‘grandes livros’, e assim demonstrar sua continuada ‘relevância’, não deve ser apenas possível, mas essencial, que o historiador se concentre simplesmente naquilo que cada um dos escritores clássicos disse a respeito de cada um desses ‘conceitos fundamentais’ e ‘questões permanentes’. O objetivo deve ser, em suma, promover uma ‘reavaliação dos escritos clássicos, deixando de lado o contexto do desenvolvimento histórico, como tentativas perenemente importantes para se estabelecerem proposições universais sobre a realidade política’. Para sugerir, em vez disso, que um conhecimento do contexto social seja uma condição necessária para um entendimento dos textos clássicos é equivalente a negar que eles realmente contêm quaisquer elementos de interesse atemporal e perene, e é por isso equivalente a remover o objetivo fundamental de se estudar o que eles disseram. (1969, p. 30. In. BURKE, 1992, p. 274).

Sobre as complicações apontadas por Skinner no que diz a respeito à maneira adequada de se ler um texto histórico, seria a de encará-lo, segundo Burke, como: *“um produto histórico, em que verdadeiras intenções do autor (à medida que elas podem ser razoavelmente reconstruídas) devem ser nosso principal guia...”* (1992, p. 275). Logo em seguida, o autor nos alerta sobre a possibilidade do fracasso – caso aconteça, é necessário seu reconhecimento e explicação, questões essas também apontadas por John Dunn.

Segundo Burke, Quentin Skinner demonstra reconhecer a importância das ideias construídas por seus contemporâneos de “escola” em seus textos, deixando claro, por exemplo, os momentos em que suas ideias se aproximam das de John Dunn, como a que está citada logo acima, ou quando elas se aproximam do ensaio onde Pocock ao discorrer sobre os “estereótipos e linguagens”, nomeia-os posteriormente de “paradigmas” (1992, p. 275-6) e Skinner, de “mitologias”.

Em seu ensaio *Sygnificado y comprensión em la historia de las ideas*, Skinner realiza um trabalho minucioso a respeito da importância dos cuidados metodológicos que os historiadores que trabalham com a história das ideias e a história das ideias

políticas precisam ter ao se dedicar a tal estudo, evitando que sejam induzidos a confusões:

El intento de ejemplificar esta afirmación debe ser necesariamente un tanto crítico y negativo. Lo emprendo aquí, sin embargo, em la creencia de que puede producir conclusiones mucho más positivas y programáticas, puesto que la naturaleza de la presente confusión en la historia de las ideas no senala meramente la necesidad de un enfoque alternativo, sino que también indica qué tipo de enfoque debe adoptarse obligatoriamente si se pretende evitar dichas confusiones. Creo que esse enfoque alternativo sería más satisfactorio como historia y, por outra parte, que serviría para otorgar a la historia de las ideas su propio sentido filosófico. (SKINNER, 2000, p. 150).

Para que a pesquisa tenha sucesso através de seu método, Skinner apresenta a seguinte questão: “*Quais seriam os procedimentos adequados que devemos adotar para conseguirmos compreender uma obra?*”, respondendo que há duas formas. A primeira delas, classificada por ele como a mais usada, é desenvolvida a partir da insistência de que o contexto dos fatos religiosos, políticos e econômicos determina o sentido do texto, proporcionando assim um marco decisivo para qualquer tentativa de interpretá-lo. A segunda, talvez de maior aceitação, defende a autonomia do texto como a principal chave ou sentido necessário, abandonando, portanto, qualquer tentativa de reconstruir o contexto de forma completa (SKINNER, 1992, p. 150).

Esclarecidos tais pontos, podemos perceber a presença de equívocos ou erros de interpretação e compreensão dos temas por parte das duas propostas. Esses erros, para Skinner, justificam-se em parte pelo caráter empírico presente nas duas propostas e pela carência de um enfoque alternativo que evite as “confusões”, ou seja, os equívocos, e assim, traga também um sentido filosófico próprio para a história das ideias. “*Creo que esse enfoque alternativo sería más satisfactorio como historia y, por otra parte, que serviría para otorgar a la historia de las ideas su próprio filosófico*” (1992, p. 150).

Sobre a relevância do reconhecimento do sentido filosófico abarcado pela história das ideias, Peter Burke, em seu livro, aponta que essa preocupação assumida pelos historiadores da década de 1960 já havia sido levantada pelo historiador britânico R. G. Collingwood 30 anos antes, quando afirmara que: “[...] *se alguém quisesse compreender a história de algo, teria realmente que realizar o relevante trabalho de pesquisar a evidência e elaborar o que as pessoas preocupadas com ela seriam capazes de fazer*” (BURKE, 1992, p. 277).

Os vícios e os erros cometidos pelos historiadores que trabalham com a história das ideias, para Burke, estão ligados à ideia desenvolvida por Gunnell, ao mirar o behaviourismo na ciência política como um fator crucial das confusões que envolvem a

historia das ideias e responsabilizá-lo também pelos ataques direcionados à história do pensamento político, desclassificando-a como campo de estudo (1992, p. 277).

Burke entende behaviourismo como *“uma ampla noção de uma ciência política empírica, marcada por estudos (com frequência quantitativos) de leis gerais, quase científicas, do comportamento humano, e por um divórcio rigoroso entre fatos e valores...”* (1992, p. 278). O tom assumido por esse estudo afasta-se dos métodos propostos por Skinner, tanto para o ofício do historiador quanto para o tratamento de suas fontes. Não podemos esquecer que a proposta da Escola de Cambridge é justamente a de eliminar as interpretações empíricas e substituí-las pelas filosóficas, trazendo um aprofundamento a respeito do objeto estudado.

Em sua visão, Skinner afirma que o historiador que se compromete com esse tipo de estudo (o da história das ideias) deve procurar o melhor meio de compreender e interpretar as obras, principalmente as clássicas. O historiador defende ainda que, obedecendo a essa metodologia, iremos nos deparar com uma melhor compreensão universal sobre a realidade política, identificando, por exemplo, no campo de estudo, os elementos da política que são atemporais e não modificados *“intemporal y perene”* e também os que podem ser ressignificados com o tempo (2000, p. 151).

A intenção de Skinner e dos outros intelectuais que formam a Escola de Cambridge consiste numa tentativa de trazer à tona as mudanças de intenções e convenções com o intuito de entender como incide a influência do estudo histórico atual a respeito das ideias éticas, políticas e religiosas. Discute-se também uma proposta de minimizar ou retirar os vícios do historiador, a exemplo da já discutida ideia equivocada da necessidade de colocar-se no lugar do outro para justificar sua intenção, o que, por sua vez, leva o historiador ao erro, e reafirma a hostilidade ao campo de estudo (2000, p. 151-2).

Ao recorrer mais uma vez às contribuições de Gunnell, Burke reafirma as intenções do movimento iniciado pelos membros da Escola de Cambridge e enfatiza os nomes de Skinner, Dunn e Pocock como intelectuais que adotaram um comportamento contrário à hostilidade imposta pelos pensadores behaviouristas a respeito do pensamento político (1992, p. 279). Apesar da pertinente defesa, o historiador indica que existem dois problemas com o relato apresentado por Gunnell.

O primeiro desses erros ou problemas, segundo Burke, consiste no modo pelo qual Gunnell supôs a ideia de tradição adotada por Skinner e seus outros companheiros de escola. Em sua visão, a ideia de Skinner falhava metodologicamente *“em descobrir o*

objetivo da crítica da modernidade e da ciência política moderna...” (1992, p. 279). O segundo problema apontado diz respeito ao tratamento do behaviourismo por parte do grupo de Skinner. Para ele, o pensamento behaviourista era uma baliza de forte relevância que facultaria um estudo “genuinamente científico da política”. Gunnell não compreendia como, apesar da retaliação/perseguição da tradição antipositivista à época, que para ele parecia “algo sem significado”, esse estudo era encarado como algo oportuno para a escola (BURKE, 1992, p. 279).

Utilizando amplamente os estudos de Easton sobre política e a ideia behaviourista para exemplificar sua crítica à Escola de Cambridge, Burke diz que:

O erro de Gunnell, e aquele cometido por muitos autores que escrevem sobre essas questões, foi o de não levar a sério as reivindicações de “behaviouristas” como Easton de que o estudo da política tinha de envolver, tanto nos fatos quanto nos valores, mas que esses pertencem a dois reinos logicamente distintos – a distinção fato-valor que remonta (em sua forma drástica) a Kant e que é uma base essencial para as ciências humanas modernas. (1992, p. 280).

O interesse de Skinner por algo que estava distante ou contrário a seu campo “ideológico”, vamos assim dizer, dava-se justamente por entender a relevância que esses estudos possuíam e o quão valiosas poderiam ser suas contribuições, dando-o esteio suficiente para que respondesse a muitas questões levantadas em seus ensaios sobre o estudo da história política, reconhecendo então seus valores.

Esse posicionamento adotado por Skinner e seus companheiros não era compreendido pelos intelectuais das ciências humanas do início do século XX, conforme Burke. Para o historiador inglês, a ideia de valores desses cientistas humanistas ilustra algo “*como essencialmente questões do coração, mais que da razão – que não poderia haver uma base sistemática e racional para eles*” (1992, p. 281). Tomar o estudo da história política ou de qualquer outro campo da história como uma “questão do coração”, ou seja, a tomada de um propósito sentimental, pode fazer com que sejamos levados ao abismo ou, como o próprio Skinner chama, “ao absurdo histórico”.

O absurdo histórico ao qual Skinner se refere está ligado ao desenvolvimento das “mitologias”. Podemos compreender as “mitologias” de Skinner como os equívocos tomados pelos historiadores que se propunham a estudar seus objetos a partir de suas inclinações pessoais e emocionais. As confusões ou mitologias mais praticadas entre os historiadores podem estar ligadas a quatro diferentes pontos: a mitologia das doutrinas, a mitologia da coerência, a mitologia do anacronismo e a mitologia do paroquialismo.

O primeiro deles consiste na mitologia das doutrinas, sendo essa, para Skinner, a mais usual entre os historiadores. Compreende-se por mitologia das doutrinas a inclinação tendenciosa do historiador de encontrar as doutrinas de um determinado autor sobre cada um dos assuntos relevantes ao seu objeto de estudo. Sendo assim, diz:

La mitología más persistente se genera cuando el historiador es movido por la expectativa de comprobar que cada autor clásico (en la historia, digamos, de las ideas éticas o políticas) enuncia alguna doctrina sobre cada uno de los tópicos juzgados como constitutivos de su materia. Hay un paso peligrosamente corto entre estar bajo la influencia de un paradigma semejante (aunque sea de manera inconsciente) y encontrar las doctrinas de un autor dado sobre todos los temas obligatorios. El resultado (muy frecuente) es un tipo de discusión que podría calificarse como mitología de las doctrinas. (2000, p. 153).

O problema apontado pelo historiador a respeito dessa mitologia é o fato de ela reforçar a criação de uma narrativa que o autor estudado não havia criado ou, mais importante ainda, reforçando algo que ao menos havia a intenção de realizar (SKINNER, 2000, p. 154). Podermos entender o destaque atribuído a essa primeira mitologia quando comparada às outras pelo fato de ela ser responsável de certa maneira por entusiasmar o historiador a cometer os outros três erros já citados.

O segundo erro, ou “absurdo histórico”, cometido pelos historiadores está ligado à questão da coerência. Para Skinner, o erro da coerência pode acontecer de algumas maneiras, como por exemplo, quando um teórico omite uma doutrina sobre um tema obrigatório ou até mesmo o próprio historiador que o estuda (2000, p. 156), porém, ocorre de forma mais comum quando atribui-se aos teóricos clássicos opiniões não elaboradas por eles, a fim de provar ou conduzir uma discussão específica em benefício próprio ou até mesmo ao contrário, almejando posteriormente provar o fracasso do tema abordado pela teoria clássica (2000, p. 156-7).

Como exemplo, diz Skinner:

Sin embargo, la principal versión de esta forma de la mitología de las doctrinas consiste en atribuir a los teóricos clásicos doctrinas que en la opinión general son adecuadas a su tema, pero que ellos, irresponsablemente, omitieron discutir. En ocasiones, esta actitud asume la forma una extrapolación de lo que dijeron estos grandes hombres para aplicarla a alguna especulación sobre un tópico que no mencionaron. Es posible que Tomás de Aquino no se haya pronunciado sobre el tema de la ‘necia desobediencia civil’, pero con seguridad ‘no la habría aprobado. (2000, p. 158).

Encontrar a coerência do pensamento e das ideias constitui-se numa das atividades mais difíceis para o historiador que trabalha com a história política e a

história das ideias. Ao refletir sobre o problema da coerência, Skinner analisa a questão da “coerência interna”, classificada por ele como a origem desse problema.

La otra creencia metafísica a la que da origen la mitología de la coherencia es que cabe esperar que un autor no simplemente exhiba alguna "coherencia interna" que su intérprete tiene por deber revelar, sino también que toda barrera aparente a esta revelación, constituida por cualquier contradicción aparente que la obra del autor en cuestión parezca contener no puede ser una verdadera barrera, porque no puede ser realmente una contradicción. (2000, p. 163).

Saber separar os elementos dando a ênfase necessária a cada objeto – seja ele um conceito ou uma ideia, não esquecendo que a construção de uma narrativa carrega consigo muito de seu autor e não se deixando dominar pelo coração – permite ao historiador manter-se distante, ou ao menos mais atento, aos dois últimos problemas: o do anacronismo, deslocando a ideia de seu tempo, ou até mesmo trazendo-a para uma discussão em um período em que seu significado já não seja o mesmo do passado e por último: a “mitologia do paroquialismo” ou “localismo conceitual”.

O localismo conceitual caracteriza-se, segundo Skinner, como o mau uso da perspectiva privilegiada do historiador, gerando uma forma inconsciente do sentido de uma obra. O perigo apontado por Skinner a respeito desse erro específico é o do autor impregnar o texto com o seu próprio ponto de vista, crenças políticas ou religiosas, ou seja, com a cultura da qual está familiarizado, comprometendo assim, a interpretação de seu objeto (2000, p. 167).

Não podemos negligenciar o fato de que um texto carrega consigo bastante de seu ator. Porém, o exercício aqui proposto por Skinner é justamente o de distinguir esses elementos, trazendo o sentido mais honesto e escrupuloso possível do conceito e da ideia que vem sendo trabalhada e utilizada (2000, p. 167). A relevância desse tratamento dado por Skinner à literatura política é destacada por Burke quando sustenta que essa literatura “*fosse o caminho para se pensar acerca dos valores políticos*” (1992, p. 285) que se desenvolvem entre as décadas de 1960-70.

Sobre o tratamento adotado por Skinner na análise das obras políticas, é relevante realizarmos uma aproximação dele com o historiador francês Pierre Rosanvallon, uma vez que esse último adota um posicionamento bastante semelhante ao de Skinner. Para Rosanvallon: “*A matéria desta história conceitual do político não pode se limitar à análise e ao comentário das grandes obras, mesmo se aquelas se permitem, em certos casos, serem consideradas como pólos, cristalizando as questões que uma época se coloca e as respostas que tenta apontar*” (2010, p. 17). Ainda a

respeito desse tratamento das obras por parte de Skinner, Burke comenta que o objetivo de Skinner é estabelecer uma correlação metodológica entre a história das ideias e a história de outras atividades humanas:

Foi isso que estava no âmago das repetidas tentativas de Skinner de analisar as afirmações político-teóricas como “atos de discurso” e daí em diante a tratá-las de mesmo modo como mais historiadores mundanos tratavam outros tipos de ‘atos’. A questão mais ampla de como podemos alcançar uma compreensão histórica da atividade humana em geral não foi sua preocupação central. (1992, p. 286).

Podemos observar em Skinner uma enfática preocupação a respeito da interpretação das obras que estão ligadas à mitologia do anacronismo. Qual seria a relação entre o tempo e o historiador? Existiram diferentes discursos do mesmo historiador em diferentes tempos ou simplesmente ele obedeceria a certa linearidade de pensamento durante toda sua obra? Estes questionamentos também são reiterados por Burke em *A escrita da História*, onde exemplifica e define tal questão como o “*famoso coupure épistemologique nas considerações althusserianas de Marx; é o problema de relacionamento entre o Príncipe de Maquiavel e seus Discursos, entre as várias redações da teoria política de Hobbes, entre os primeiros e os últimos escritos de Locke sobre a tolerância, entre a República e as Leis de Platão etc.*” (1992, p. 288).

A respeito desse problema acima, Skinner, de forma mais complexa e detalhada, divide-o em três pontos cruciais a se observar. O primeiro deles (a) seria a proposta de uma observação nunca realizada de forma explícita entre os três principais teóricos clássicos aqui já citados – Hobbes, Maquiavel e Locke. No segundo (b), Skinner faz um crítica ao modo pelo qual Edmund Burke aborda tal discussão:

Burke bien podría haber encontrado todas las doctrinas de Bolingbroke que presuntamente influyeron en él en toda una serie de panfletos de principios del siglo XVIII) De manera similar, Locke podría haber hallado todas las doctrinas que se dicen características de Hobbes en toda una gama de escritos políticos de facto de la década de 1650 que, en efecto, es sabido al menos que él leyó, mentiras que no hay certeza en absoluto de que haya leído obras de Hobbes. (2000, p. 169).

O terceiro e último ponto abordado (c) fecha esse ciclo de observações (especificamente), tendo ele as características mais próximas entre a linha de pensamento de Burke e Skinner a respeito do tratamento das obras e dos autores clássicos citados acima. Nele, Skinner afirma que os estudos sobre as influências na história das ideias é construído por meio da capacidade do observador de condensar o passado e preenchê-lo com suas próprias memórias (2000, p. 169).

Ao tratar desses três pontos, Skinner tem como objetivo esclarecer algumas “dificuldades” enfrentadas pelos historiadores que trabalham com a história das ideias a respeito de uma aproximação perigosa de seus objetos com paradigmas preconcebidos. O exemplo de como Locke fala sobre o “governo pelo consentimento” pode ser considerado uma boa lição sobre as consequências da escolha de argumentos equivocados que podem comprometer o entendimento de sua teoria, expondo então, uma explicação que não representava sua real intenção (2000, p. 170).

Sobre tal questão, Skinner concluiu que:

A esta altura debe ser notório que es precisamente esta consideración la que se ignora com tanta facilidade cada vez que um autor clásico es criticado por um historiador de las ideas por omitir enunciar sus doctrinas de una manera coherente o no lograr exponer una doctrina sobre una de las cuestiones presuntamente perenes. (2000, p. 171).

Ao refletir sobre tais questões já abordadas, Skinner rememora o principal elemento que difere a história da estória e que, por sua vez, afirma o verdadeiro propósito da escrita da História: a busca pela verdade (2000, p. 171). Torna-se importante frisar que a escrita da História, segundo nosso historiador, está ligada à “actividad del pensamiento”. Para Skinner, essa atividade constitui-se numa atividade trabalhosa, exigindo devido esforço e dedicação, uma vez que a escrita da História não se resume a uma atividade que obedece a padrões e intencionalidades previamente estabelecidas. Acreditar nessa ideia reduziria a escrita da História e a história das ideias a uma atividade meramente empírica e incoerente. Sendo assim, afirma:

A esta altura debe ser evidente que es precisamente esra consideración la que se ignora cada vez que un intérprete insite en recoger el pensamiento lamentablemente "disperso" de algún autor clásico y presentarlo de manera sistemática, o en descubrir cierto novel de coherencia en el cual desaparecen los esfuerzos y confusiones que ordinariamente señalan la actividad del pensamiento. (2000, p. 172).

Durante sua bem-sucedida tentativa de compreender os problemas que permeavam as estruturas interpretativas da história das ideias, os trabalhos de Skinner permitiram não só a estruturação de uma nova “escola” do pensamento político, mas também toda uma rearticulação e ressignificação do estudo e compreensão da história das ideias. Para John Pocock, foi a partir desse movimento proposto pela Escola de Cambridge que uma nova visão (bastante própria) da historiografia começava a tomar forma (GOÉS, 2013, p. 153):

Primeiro, sobre a variedade de ‘linguagens’ em que o debate político pode se desdobrar [...] e segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de

contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada de seu debate. (POCOCK, 2003, p. 25 in. GOÉS, C. 2013, p. 253).

A fim de concluir sua ideia sobre a metodologia de interpretação e compreensão apropriadas para o estudo da história das ideias, Skinner defende que esse exercício deve ser feito em razão positiva de que compreender um texto consiste essencialmente em *“entender tanto la intención de ser entendido como la de que esta intención se entienda, que el texto mismo como acto deliberado de comunicación debe al menos encarnar”* (2000, p. 187), resultando assim em seu objetivo indispensável que é o de recuperar a intenção mais complexa do autor trabalhado. Essa metodologia específica do trabalho com a história das ideias, para Skinner, é estabelecida principalmente para delinear uma gama completa de comunicações que poderiam ter sido realizadas e, em seguida, descrever as relações entre o contexto linguístico mais amplo com o intuito de compreender a verdadeira intenção de autor (2000, p. 187-8).

Em sua conclusão, Skinner nos faz perceber que o foco adequado de interpretação e tratamento dos objetos ligados à história das ideias é essencialmente o estudo da linguística. Esse estudo é o meio que permite de forma mais escrupulosa possível extrair a recuperação das intenções, salientando também que o estudo do contexto social do texto pode vir a ter papel significativo no estudo da linguística. Apesar de sua relevância, existe um ponto crucial a ser levado em conta ao trabalhar com o “contexto” que pode conduzir o historiador das ideias ao erro, que é o fato de esse contexto não poder ser reconhecido como um determinante do que é dito (SKINNER, 2000, p. 188).

Ao reportar-se mais uma vez aos textos clássicos, Skinner os traz agora como exemplo para justificar a importância do “contexto” e também da filosofia como aliados essenciais para a compreensão da história das ideias. Para Skinner, o texto clássico “fornece a chave do valor indispensável de estudar a história das ideias” (SKINNER, 2000, p. 189), especialmente aqueles que se propõem a refletir sobre o “pensamento social, ético e político, ajudando então a revelar a variedade de seus pressupostos morais e compromissos políticos viáveis” (SKINNER, p. 189):

El conocimiento de la historia de esas ideas puede servir entonces para mostrar hasta qué punto las características de nuestros dispositivos que talvez estemos dispuestos a aceptar como verdades tradicionales i incluso ‘intemporales’ pueden ser en realidad las más meras contingencias de nuestra historia y estructura social singulares. (SKINNER, 2000, p. 191).

Apesar de pertencerem a duas escolas distintas, o historiador francês Pierre Rosanvallon e Quentin Skinner, representante da Escola de Cambridge, refletem de maneira semelhante a respeito do tratamento que é concedido à história das ideias a partir da perspectiva renovadora trazida pela leitura dos textos clássicos e do reconhecimento do aporte que a filosofia proporciona ao estudo e que “*abriu novos horizontes à compreensão do mundo contemporâneo*” (ROSANVALLON, 2010, p. 11). Porém, os dois expressam certa preocupação a respeito de como essas atribuições serão incorporadas em seu caráter metodológico pelos historiadores que trabalham com a história das ideias. Os dois historiadores convergem na mesma preocupação de que a análise do “contexto” e a inclusão da filosofia poderiam vir a permitir a consolidação de um olhar privilegiado sobre o estudo. Sobre isso, diz Rosanvallon:

Percebo isso tanto melhor porquanto eu mesmo já fui tentado, num certo momento, a pensar nesta perspectiva a renovação do estudo da política (transformando naturalmente a filosofia política na via privilegiada de acesso ao político, supondo realizar, em relação aos sociólogos e aos historiadores das mentalidades uma ruptura equivalente à que os pais fundadores dos Annales tinham provocado a seus predecessores). (2010, p. 11).

Ao comentar sobre tal questão, Skinner também demonstra certa inquietude e defende que há de fato uma tendência às vezes “explicitamente favorecida” em indicar qual seria o melhor ponto de observação para que o historiador possa examinar as ideias do passado. Para ele, o favorecimento desse ponto de vista conduz o historiador a olhar para o passado com o olhar da situação atual, que, por definição, é a mais evoluída, mascarando ou excluindo, então, um fator importantíssimo para o estudo das ideias e também da história política, que é a reflexão sobre as diferenças históricas sobre questões cruciais, alterando valores e desenvolvendo uma percepção de uma ideia “absoluta” (SKINNER, 2000, p. 190-191). Com isso, defende que:

El conocimiento de la historia de esas ideas puede servir entonces para mostrar hasta qué punto las características de nuestros dispositivos que talvez estemos dispuestos a aceptar como verdades tradicionales i incluso "intemporales" pueden ser en realidad las más meras contingencias de nuestra historia y estructura social singulares. (2000, p. 191)

É um fato que o grande desenvolvimento das ciências sociais e sua incorporação aos estudos da História na década de 1960 tornou-se um fenômeno bastante significativo, segundo Rosanvallon. Porém, trouxe consigo um enorme desafio: a necessidade de uma série de reorientações disciplinares (2010, p. 11) para que justamente os historiadores, principalmente aqueles que se dedicam à história das ideias,

não acabem caindo nas armadilhas metodológicas, ou “mitologias”, como bem definiu Skinner.

Para que essas armadilhas pudessem ser neutralizadas, criando uma noção de “lugar comum” ao estudo da história das ideias e também da história política, seria necessário, primeiramente, diferenciar com objetividade e clareza a história conceitual da história tradicional das ideias (ROSANVALLON, 2010, p.10). Assim como Skinner, Rosanvallon identificou, de forma bastante didática, o que ele chamou de “fraquezas metodológicas” que marcam a história das ideias e que, ao que tudo indica, as afasta do seu interesse como campo de estudo. A primeira fraqueza é “a tentação do dicionário”: apesar de reconhecer o valor dos dicionários como valiosos instrumentos de trabalho, como bem fala, alerta que são *“obras que não têm nada de histórico”* (ROSANVALLON, 2010, p. 13), servindo como uma fonte de indicações bibliográficas úteis e que geralmente não são sustentadas por uma problemática global. É pertinente observarmos, a partir da segunda fraqueza apontada por Rosanvallon, uma enorme aproximação com os problemas apontados por Skinner no que ele chama de “mitologia do anacronismo”. Realizada essa observação, daremos continuidade a nossa ideia.

A segunda fraqueza é “a história das doutrinas”: um dos erros crassos de quem se aventura pela história das ideias é, para Skinner, a tentativa de preconceber ideias e intencionalidades de um determinado pensamento, ideia, com algum autor clássico, ou até mesmo, aproximando de maneira irresponsável essas ideias das suas a fim de provar um ponto de vista em benefício próprio. Nesse sentido, diz Rosanvallon: *“O leitor vê desfilar diante dele capítulos nos quais algumas obras só são interrogadas em relação a um ponto de chegada já conhecido”* (2010, p. 13). Algumas linhas à frente, de espírito mais exaltado, diz: *“Na sua forma mais vulgar, tendem inevitavelmente a alargar seu campo, para fazer da doutrina em consideração, o resultado radioso de toda a história filosófica”*. Por último, afirma: *“As doutrinas são como germes, cujo crescimento podemos contemplar em obras que, no fundo, não têm nenhum outro interesse, senão o de refletir o tortuoso percurso. Paradoxalmente uma história como essa não tem nada de histórico”* (2010, p. 13-14).

A terceira fraqueza é “o corporativismo textual”, que, por sua vez, convive, segundo Rosanvallon, bem próximo da história das doutrinas. Para ele, essa fraqueza pode ser entendida como pensar exclusivamente uma obra relacionando-a apenas com aquelas que as sucedem ou precedem, manipulando as questões e as contribuições para que elas obedeçam a um “corporativismo sistemático” e bem ordenado, mas que, no fim

das contas, de história não tem nada. A quarta fraqueza é “o reconstrutivismo”: de maneira bem simples, significa o ato de reescrever uma obra a fim de restituí-la de uma coerência e clareza que faltam ao seu autor. Logo, diz Rosanvallon: “*No fundo, a obra não é levada a sério, é apenas o suporte de uma interpretação que sufoca e a invade, sendo observada a distância*” (2010, p. 15).

Por último, temos o quinto ponto: “o tipologismo”, que se resume ao ato de reduzir as obras a uma espécie de catálogo das escolas de pensamento e das doutrinas, limitando o pensamento e a compreensão a respeito delas, sendo esse, então, o maior defeito das obras tradicionais da história das ideias – “não permitir compreender nada de histórico mesmo quando nos ensinam muitas outras coisas” (ROSANVALLON, 2010, p. 15-16).

Ao defender seu ponto de vista, o historiador francês ressalta a importância de esclarecer conceitualmente as definições de história política e história conceitual separadamente. Rosanvallon define o objeto da história conceitual do político “*como a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro*” (2010, p. 16). Para ele, defender esse significado permite à história identificar e pensar sobre o que chama de “nós históricos”, enxergando então as novas possibilidades, novas racionalidades políticas e sociais e, o mais importante, compreender como essas representações do político modificam-se em relação às instituições, gestões e formas de relações sociais. Essas características, por sua vez, permitem-nos pensar a história política como uma esfera do político, sendo então um lugar da articulação do social e de sua representação e, ao mesmo tempo, conceitual, pois reúne conceitos como igualdade, soberania e democracia, formando um arcabouço necessário para comprovar “a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação”, segundo Rosanvallon. (2010, p. 16).

Pensar a história política dessa forma permite-nos realizar uma observação fundamental a respeito do alcance que a história política pode incorporar em seus objetivos distintos, que “são muitos”, de acordo com Rosanvallon. Em contrapartida, esses objetivos estão sempre relacionados a uma perspectiva central, definida como:

[...] aquela da interrogação sobre o sentido da modernidade política, de seu advento e de seu desenvolvimento; modernidade política ligada à emergência progressiva do indivíduo como figura geradora do social, colocando a questão das relações entre o liberalismo e a democracia no centro da dinâmica da evolução das sociedades. (2010, p. 16-17)

A história conceitual do político, por sua vez, não pode limitar seu campo de análise somente aos comentários das grandes obras, mesmo sendo elas consideradas referências de questões levantadas em suas respectivas épocas (ROSANVALLON, 2010, p. 17). Tal consideração nos permite assim identificar uma interação as ideias estabelecidas por Skinner e Rosanvallon, quando os dois acenam para alguns pontos em comum considerados relevantes durante o processo de assimilação dessa matéria. Um desses pontos é, sem dúvida, os empréstimos feitos entre a história conceitual do político e a história das mentalidades. Dela, tomaria emprestado “*o modo de leitura das grandes obras teóricas, das obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e signos*”. Outro ponto destacado por ambos é o esforço em compreender o que foi dito pelos autores clássicos, evidenciando a proeminência do estudo da história das palavras e do estudo evolutivo da língua (2010, p. 17).

Sobre esses empréstimos, o historiador francês explica que a história conceitual os faz por não possuir matéria própria, justificando, assim, a coleta e apropriação de outras matérias próximas, o que, por sua vez, não reduz sua originalidade como estudo, que é garantida pelo seu método “*interativo e compreensivo*” e não pela presença de uma matéria em si.

Segundo Rosanvallon, o método pode ser compreendido como “interativo” devido ao fato de proporcionar ferramentas suficientes para que através de suas análises como a cultura política, instituições e os fatos podem vir a interagir entre si, “*compondo figuras mais ou menos estáveis*”⁵, permitindo também nesse espectro pensar aquelas podem estar equivocadas ou ambíguas. Por sua vez, é compreensivo, pois o esforço em assimilar uma determinada questão vem com a intenção de restituí-la em condições mais fidedignas possíveis (2010, p. 17), definida em outras palavras por Skinner como a restituição mais escrupulosa possível, o que inclui também a eliminação ou limitação das abordagens “objetivistas” (2010, p. 17-18).

Com o intuito de justificar a eficiência do método “interativo/compreensivo”, Rosanvallon utiliza como exemplo o sentido de entendimento que podemos ter sobre a obra de Marx Weber e sua compreensão no campo histórico:

⁵ “análise dos hábitos, das separações, dos recobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esta interação e assinalando tanto seus equívocos ou ambiguidades como as formas de realização.” ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. 2010, p. 17.

Compreender, no sentido de Max Weber (verstehen), no campo histórico implica em reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações, em detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estrutura implicitamente seu horizonte. Método empático, porque supõe a capacidade de retomar uma questão situando-se no interior de seu trabalho. Mas empatia naturalmente limitada pelo distanciamento que permite pensar as zonas escuras e as contradições dos atores e dos autores. (2010, p. 18)

Podemos afirmar, nesse sentido, que a história conceitual das ideias concede à história um significativo avanço em seu processo de renovação e atuação, substituindo as interpretações e ideias banais – como a da história que estuda o passado tendo um interesse em esclarecer algo que aconteça no presente ou até mesmo no futuro (ROSANVALLON, 2010, p. 18) – por um estudo muito mais complexo e completo em si, elevando o patamar da história e de seus objetos de estudo. Quem também acaba se beneficiando positivamente desse processo de renovação é o campo da história política que, por sua vez, passa a abranger o estudo de uma série de novos conceitos de extrema relevância, a exemplo do conceito de democracia (ROSANVALLON, 2010, p. 19), que passa a ser tratado metodologicamente com muito mais cuidado, levando-se em conta suas particularidades (linguística, política e social), de acordo com a época em que se está sendo investigado.

Ter o cuidado metodológico de não exigir da história do pensamento soluções para os problemas de “hoje” representa, para Skinner, um erro grosseiro, “*una falacia metodológica, sino algo así como un error moral*” (2000, p. 191). Para Rosanvallon, tal erro faz com que o “*passado seja julgado do ponto de um presente que não é, ele mesmo, pensado*”, tornando-se então um verdadeiro obstáculo à compreensão do presente (2010, p. 19).

Apesar de reconhecer as contribuições de Skinner e logicamente das aproximações que as ideias entre os dois autores possuem, Rosanvallon esclarece também a existência de algumas particularidades e críticas a respeito do tratamento e abordagens metodológicas que foram utilizadas na renovação desse estudo pela Escola de Cambridge e, mais especificamente, os trabalhos de Skinner. A crítica tecida por Rosanvallon (2010, p.20) tem como alvo um dos pontos cruciais do método proposto por Skinner, que é o cruzamento dos estudos da História, da história das ideias com a filosofia. Para o historiador francês, o êxito da obra de Skinner está justamente no enfoque dado não somente aos “grandes autores” e às “grandes obras”, buscando ler os

textos como “atos linguísticos”. Porém, essa renovação específica trouxe certa limitação em sua visão, como podemos identificar a seguir:

O texto é lido como um discurso cuja ponta somente pode ser apreendida se restituirmos as intenções do autor em um contexto de convenções. Esta abordagem renovou substancialmente a história das idéias e permitiu estabelecer um diálogo entre o historiador e o filósofo, mas cuja característica inovadora esteve, segundo me parecem limitada pela não distinção da problemática dos “problemas eternos da filosofia” e aquela do trabalho das questões. (ROSANVALLON, p. 20)

Skinner acabou conduzindo seus estudos a uma suspeita sistemática sobre a “filosofia perene” e daqueles que pretendiam articular intelectualmente as leituras do presente com as do passado. Para Rosanvallon, essa escolha fez com que Skinner não conseguisse seguir os passos naturalmente marcados por esse estudo, que seria a afinidade com a história conceitual do político (2010, p. 20).

Para finalizar nossa discussão teórica, utilizaremos novamente como referência os estudos desenvolvidos pelo historiador alemão que consagrou-se na historiografia como um expoente no estudo da história dos conceitos: Reinhart Koselleck (2006). A história dos conceitos, pensada e teorizada por ele, não está dissociada da história social, introduzindo a ideia de que não se trata de um estudo puramente linguístico de termos tomados do contexto social. Para ele, o estudo da semântica (linguística) do discurso político e social deve ser considerado como um pré-requisito para a compreensão dos eventos históricos. Podemos entender então, que a história dos conceitos está sempre atenta às trocas incessantes entre língua e sociedade e aos distanciamentos entre os usos atuais e passados de um mesmo conceito.

Ao citar a conhecida frase do filósofo grego Epiteto – “*não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles*” (Epiteto, Encheridion, c. V. In. KOSSELECK, 2006, p. 97) –, Koselleck dá sentido à sua ideia sobre a história dos conceitos e sua estreita relação com a história social. Para ele, dado o primeiro momento, a relação entre os dois campos/disciplina da história parece ser frouxa e, em certa medida, é difícil associá-las. Koselleck define então a história dos conceitos como a disciplina que se ocupa “*predominantemente, dos textos e vocábulos*”. Já a história social, por sua vez, “*se serve dos textos apenas para deduzir, a partir deles, a existência de fatos e dinâmicas que não estão presentes nos próprios textos*” (2006, p. 97).

A história social, tal como pensada por Koselleck, tem como objeto a investigação das formações das sociedades ou as estruturas constitucionais. Ocupa-se

também em buscar compreender as relações entre os grupos, camadas e classes que compõem a sociedade, preocupando-se em entender a ocorrência, desencadeamento e os impactos dos eventos históricos. A história social abrange ainda, nesse âmbito, a investigação de teoremas econômicos “*por força dos quais se pode questionar os eventos singulares e os desenvolvimentos políticos dos fatos*” (2006, p. 97).

O intuito de definir os objetos específicos de atuação da história social e da história dos conceitos consiste em mostrar que as duas disciplinas estabelecem entre si uma relação de elevada complexidade, o que, por sua vez, demonstra a amplitude que as duas podem assumir no estudo da História, não podendo, então, simplesmente serem reduzidas uma à outra (KOSELLECK, 2006, p.98):

Isso pode ser comprovado pela própria natureza do corpus das duas disciplinas. Sem conceitos comuns não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas políticos sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave. (2006, p. 98).

Um dos problemas mais discutidos sobre a marginalização da história política como disciplina histórica, sem dúvida, o fato de ela ser adjetivada como “curta” em relação à duração dos fatos no tempo. O reconhecimento da importância da história conceitual e da história social, bem como da linguística, constitui um grande passo dado pela historiografia no processo de renovação da história política como disciplina e de seus objetos de estudo, a exemplo da história dos intelectuais e de suas ideias que ganham bastante destaque em meio a essa resignificação das disciplinas e conceitos históricos.

De acordo com Koselleck, a história social e a história intelectual tornam-se relevantes por “*tanto do ponto de vista da história dos conceitos quanto da história social, saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica*” (2006, p. 101). Como exemplo desse emprego rigoroso, o autor cita o período a partir de 1770, quando podemos identificar com considerável frequência a existência de processos de resignificação de termos e a criação de neologismos, que “*acabaram por transformar o campo de experiência política e social, definindo novos horizontes de expectativas*” (2006, p. 101).

A aplicação da linguística no estudo da história dos conceitos é, para Koselleck, uma “batalha” travada desde a Revolução Francesa, quando tivemos mudanças

significativas do entendimento e da dinâmica de grande parte dos conceitos políticos aplicados aos diferentes agrupamentos sociais, a exemplo das ressignificações de conceitos como “conservadorismo, liberalismo e socialismo” (2006, p. 102-103). Para o historiador alemão, o interesse em entender a semântica dos conceitos é um fenômeno surgido a partir do desenvolvimento industrial da sociedade, proporcionando “uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje”. Logo em seguida, dá o exemplo do conceito de revolução e sua ressignificação com o tempo (2006, p. 103). Podemos também incluir como exemplo nessa lógica o conceito de democracia, a respeito do qual discutiremos um pouco mais à frente neste trabalho.

A história dos conceitos pode ser entendida, de acordo com Koselleck, como:

Em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística. (2006, p. 103).

Um fato muito interessante esclarecido por Koselleck sobre o estudo da semântica diz respeito à sua perda de prestígio ou “marginalização” em meio às ciências das linguagens. À medida que se aproximava da história social, fazia com que seus estudos ultrapassassem várias vezes a dimensão linguística, como bem podemos perceber na citação acima (2006, p. 103-104). O estudo das linguagens permitiu à história dos conceitos a condução de investigações muito mais precisas metodologicamente falando, uma vez que abre as portas para a possibilidade de “*se tratar conjuntamente espaço e tempo, com a perspectiva sincrônica de análise*” (KOSELLECK, 2006, p. 104), que é dada de forma diacrônica, ou seja, é o estudo da evolução histórica da linguística, tendo ela em vista entender as ressignificações que os conceitos podem passar ao longo do tempo.

Koselleck indica que os procedimentos de tratamento dos conceitos por meio desse método “diacrônico” permitiram a ampliação do rendimento social e histórico da investigação. Para ele, ao dar ênfase à duração ou à transformação dos conceitos rigorosamente pelo método diacrônico, teremos como consequência o aumento da relevância histórica e social do resultado (2006, p. 105):

É apenas por meio da perspectiva diacrônica que se pode avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político, assim como das suas respectivas estruturas. As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas

designado. Assim, o homônimo “burguês” [Bürger] é vazio de significado, se não for examinado pela perspectiva da mudança de sentido do conceito: de cidadão ou habitante da cidade [(Stadt-)Bürger] por volta de 1700, para cidadão do Estado [(Staats-)Bürger] por volta de 1800 e, por fim, para burguês [Biirger], no sentido de não proletário, por volta de 1900. (2006, p. 105).

Levando em consideração a importância da relação entre os conceitos e suas modificações com tempo, Koselleck considera que “*os conceitos políticos e sociais encontram-se organizados em três grupos*”: o primeiro engloba os conceitos tradicionais da doutrina constitucional aristotélica; o segundo é formado pelos conceitos cujos conteúdos modificaram-se de maneira decisiva – logo, seu conteúdo só poderia ser revisto historicamente –; por último, temos os “neologismos” surgidos em “certos momentos” e com o intuito de reagir a determinadas situações sociais ou políticas ainda inéditas – logo, atuam com a função de registrá-las ou provocá-las (2006, p. 107).

De acordo com essa lógica estabelecida por Koselleck, a história do conceito “democracia” pode ser compreendida sob a perspectiva desses três aspectos organizados por ele. Originalmente, o conceito de democracia surgido durante a Antiguidade grega possuía forma constitucional, determinando “procedimentos ou regularidades” que organizavam a “polis”. Apesar das mudanças impostas pelo tempo, ainda hoje existe, no conceito de democracia, algo desse sentido. Durante as transformações que ocorreram durante o século XVIII, o conceito de democracia passa por uma ressignificação crucial, representando agora as novas formas de organização dos Estados Modernos, abrangendo aspectos do contexto social, político, econômico, por exemplo. Por fim, o conceito de “democracia” passa a ser entendido como um “arquilexema”, “*um conceito generalizante*”, passando a ser compreendido como uma forma de governo de amplos significados no universo político, a exemplo da democracia popular representativa, cristã, social (2006, p. 107) e até mesmo a “democracia autoritária”, definição bastante utilizada no Brasil pelos intelectuais da década de 1930, como Azevedo Amaral, Miguel Reale, Plínio Salgado e Almir de Andrade, numa tentativa de significar um sistema sociopolítico genuinamente brasileiro.

Os conceitos são, para Koselleck, “*vocábulos nos quais se concentram uma multiplicidade de significados*” (2006, p. 109), reunindo uma grande diversidade de significados de cunho histórico, ou seja, a “polissemia”. Portanto, o conceito pode ser definido como algo “*que reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas e uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio*

desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Essa definição só foi possível graças ao auxílio do método utilizado pela história dos conceitos, sendo ele considerado “*uma condição sine qua non*” (KOSELLECK, 2006, p. 114), juntamente com a história social e os estudos linguísticos, que, em seus fundamentos universais, permite constatar que os significados lexicais podem ultrapassar as singularidades atribuídas ao acontecimento histórico (KOSELLECK, 2006, p. 115).

Nesse ponto do estudo de Koselleck sobre a história dos conceitos, é crucial que possamos perceber que a historiografia movimenta-se em dois níveis de articulação linguística. No primeiro nível, será levado em conta o exame de fatos que estão articulados linguisticamente; no segundo, temos uma reconstrução dos fatos não articulados no passado, mas que, com o auxílio de métodos específicos e da coleta de indícios, podem vir a ser recuperados (2006, p.116). Esses níveis de articulação propostos acabam por evidenciar uma questão essencial para a história dos conceitos, que é a relação entre o núcleo passado e contemporâneo de um conceito, o que, por sua vez, nos permite compreender ainda as convergências e divergências de seus significados (KOSELLECK, 2006, p. 116-117).

O método proposto por Koselleck para interpretar os conceitos através da linguagem (semântica) leva em consideração que eles (os conceitos) podem mudar de acordo com os diferentes períodos históricos e com as diversas maneiras com que a sociedade pode encarar as experiências sociais. Nota-se que, nessas diferentes experiências sociais, as unidades históricas podem adaptar os conceitos universais a conceitos singulares (2006, p. 192), implicando na abertura de espaço para uma interpretação pertencente à representação de uma pessoa ou grupo específico. Sendo assim, explica: “*Nesses casos, um grupo concreto reclama o direito exclusivo à universalidade, aplicando um conceito linguístico apenas a si próprio e rejeitando qualquer comparação. As autodenominações desse tipo produzem conceitos opostos que discriminam os excluídos*” (2006, p. 192). A história, no que lhe concerne, enxerga os “conceitos opostos” como aqueles que, ao serem aplicados, não são reconhecidos mutuamente, gerando uma desigualdade em seus significados – nesses casos, passam a ser chamados de “conceitos assimétricos”, modo pelo qual podemos entender a própria política e sua linguagem (2006, p. 193).

Entender a história dos conceitos e sua relação com a linguagem política tal como idealizada por Koselleck torna-se essencial para que possamos compreender o significado construído a respeito do conceito de democracia edificado pelos intelectuais

brasileiros da década de 1930. Koselleck nos dá, nesse sentido, um rico embasamento teórico a respeito das diferentes percepções que o conteúdo histórico dos conceitos e estudos políticos pode conter em seus diálogos e discussões. Embora os conceitos da linguagem política estejam ligados às “*unidades de ação, instituições e grupos*” sociais, eles não se resumem a isso (2006, p. 193-194). Sobre essas particularidades, Koselleck afirma: “*O que importa, pois, é que se evite o erro de confundir história política com linguagem conceitual. Esta diferença entre a história e seus conceitos é medida com o método da semântica histórico-política*” (2006, p. 194).

O estudo dos conceitos políticos é marcado muitas vezes por um forte dualismo histórico, oriundo dos grupos que dominaram tanto os estudos quanto a sua narrativa, criando então uma história dominada por poucos e glorificando apenas a história dos vencedores e negando a os vencidos. Ao que diz Koselleck, adotar esse tipo de história que nos prende a uma leitura dualista das condições históricas antagônicas seria um erro bastante grosseiro. Na verdade, devemos estar atentos sim às condições que as estruturas dos conceitos e as palavras de um modo geral podem assumir com o tempo (2006, p. 194-195) e também a quem e quais grupos estão atuantes nesse processo de ressignificação, levando-se em conta, lógico, o seu contexto:

Com o passar do tempo, evidentemente, os pares concretos de conceitos modificam sua qualidade e seus efeitos. Os espaços da experiência se deslocam, revelando novos horizontes de expectativas. As possibilidades linguísticas aumentam ou caem em desuso, os velhos significados empalidecem ou são enriquecidos, de modo que, no emprego dos conceitos antitéticos, a sequência cronológica é irreversível. (KOSELLECK, 2006, p. 196)

Com esse aporte teórico, analisaremos a partir do nosso próximo capítulo a construção e os sentidos atribuídos ao conceito de democracia, num período que julgamos crucial no século XX brasileiro: os anos 1930, quando o conceito de democracia ganha um substancial significado dado pelos intelectuais que protagonizaram o debate político, ao discutir a possibilidade da formação de um Estado criador e garantidor da nacionalidade (GOMES, 1996, p.18) e que estivesse atento às díspares realidades sociais, econômicas, culturais e históricas brasileiras, constituindo-se então num trabalho fortemente marcado pelo combate ao modelo liberalista e na necessidade de justificar o a edificação de um governo autoritário como o caminho para o progresso e modernização do Estado brasileiro.

Capítulo 2 – As matrizes do pensamento autoritário de 1930: o sonho de uma nação democrática à brasileira.

“A democracia é o que nos faz construir uma sociedade na qual esperamos nosso bem. Na democracia, desejamos ter e ser mais. (JANINE RIBEIRO, 2001.)”⁶

2.1 – Introdução ao capítulo.

Neste capítulo temos como proposta analisar como se deu o surgimento da valorização da produção intelectual no Brasil, como se organizavam em seus espaços de sociabilidade e também como as suas produções contribuíram para a formação e fortalecimento do conceito autoritário de democracia que perdurou em nosso Estado a partir da década de 1930, a fim de legitimar a autoridade sobre o povo, o nacionalismo e o conservadorismo como meio de alcançar a ordem e o progresso, colocando fim aos problemas trazidos pela democracia liberal, fazendo com que a Nação caminhasse em direção a modernização em seu sentido mais amplo. Neste capítulo nos dedicaremos à análise da produção dos intelectuais brasileiros Azevedo Amaral e Almir de Andrade.

2.2 – Os conceitos e os intelectuais: os percursos sinuosos da construção de um Estado pensado para a realidade brasileira.

O surgimento da valorização da produção intelectual brasileira e da contribuição dos intelectuais, bem como de suas influências na construção da história do Brasil, está atrelado aos conceitos de “nação” e “nacionalismo” durante o final do século XVIII. Esse fenômeno, segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, tem início no ano de 1838 quando foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aos “auspícios do imperador D. Pedro II e a inspiração de Francisco Adolfo Varnhagen”⁷, tendo o objetivo

⁶ Paginação irregular.

⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, nasceu em São João de Ipanema, SP, a 17 de fevereiro de 1816. Filho de Frederico Luís Guilherme de Varnhagen e de Maria Flávia de Sá Magalhães estudou no Real Colégio da Luz em Lisboa, de 1825 a 1832 e, a seguir, ingressou na Academia de Marinha, cujo curso frequentou em 1832 e 1833. Faleceu em Viena, Áustria, a 26 de junho de 1878. É o patrono da cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Oliveira Lima. Tenente de artilharia do exército português aperfeiçoou-se em assuntos de natureza militar e de engenharia. Publicou em 1838 um ensaio intitulado *Notícia do Brasil*. Colaborou em *O Panorama*, dirigido pelo grande historiador português Alexandre Herculano. Divulgou, fruto das primeiras notáveis pesquisas sobre a época do descobrimento do Brasil, o *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa*. Já licenciado do exército português tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (18 de julho de 1840). Nomeado adido à legação do Brasil em Lisboa, em 1841, foi incumbido de pesquisar documentos sobre a História e a Legislação referentes ao nosso país. Nesse mesmo ano passou a integrar o Imperial Corpo de Engenheiros do exército brasileiro, do qual se desligou três anos depois. Voltou à carreira de diplomata e, em 1854, conseguiu editar a *História Geral do Brasil*, sem indicação explícita de autoria, assinada apenas “por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de

de escrever a história do país e, ao mesmo tempo, afirmar o importante papel do Estado como criador e garantidor de nossa nacionalidade (GOMES, 1996, p. 18).

Após um século da criação do Instituto e do início de suas atividades, no ano de 1941, em pleno Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas dá prosseguimento ao projeto empreendido pelo imperador, por meio da criação de uma revista intitulada *Cultura Política* pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁸. A revista tinha propósito e caráter propagandista assumido do governo e a estratégia de veiculá-la em bancas de revista por um preço simbólico fazia com que tivesse maior alcance pela população, popularizando-a com o passar do tempo junto com o então jornal carioca *A Manhã*⁹.

Sorocaba.” Seguiu-se uma série de missões diplomáticas em vários países da América do Sul e, em 1868, em Viena. Representa o Brasil, em 1872 no Congresso Estatístico de São Petersburgo. Em 1877 percorre, no Brasil, o interior das províncias de São Paulo, Goiás e Bahia. É agraciado pelo governo imperial com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro (1874). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupou os cargos de 1º Secretário e de Diretor da *Revista* da entidade. A extensa e bem documentada obra de Varnhagen inclui, entre os mais notáveis de seus escritos, *O descobrimento do Brasil, O Caramuru perante a história, Tratado descritivo do Brasil em 1587, História completa das lutas holandesas no Brasil, Épicos brasileiros, Florilégio da poesia brasileira, Amador Bueno*. Dele escreveu Oliveira Lima: “Francisco Adolfo de Varnhagen foi por certo o mais notório e o mais merecedor dos estudiosos do passado brasileiro; foi um ardente investigador, um infatigável ressuscitador de crônicas esquecidas nas bibliotecas e de documentos enterrados nos arquivos, um valioso corretor de falsidades e ilustrado conhecedor de fatos. O traço dominante da individualidade de Varnhagen é a paixão da investigação histórica à qual subordinou todas as suas manifestações de escritor. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/francisco-adolfo-de-varnhagen/biografia>. Acesso em 14 de janeiro de 2020)

⁸ Órgão governamental criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, durante a vigência do Estado Novo, com o objetivo de difundir a ideologia estadonovista e promover pessoal e politicamente o chefe do governo, bem como as realizações governamentais. Constituiu-se, desta forma, no porta-voz oficial do regime. Foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582, que criou o Departamento Nacional de Informações (DNI). De acordo com o decreto que lhe deu origem, o DIP tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

⁹ O jornal “*A Manhã*”; órgão oficial do Estado Novo, esteve sob a direção de Cassiano Ricardo de maio de 1941 até meados de 1945. Conforme depoimento do próprio Cassiano Ricardo, o jornal pretendia divulgar as diretrizes propostas pelo regime junto a um público o mais diversificado possível. A Constituição de 1937, por exemplo, era exposta de forma didática, aparecendo diariamente nas páginas do matutino. “*A Manhã*”; dispunha de excelente documentação iconográfica e exibia uma paginação extremamente moderna para os padrões jornalísticos da época. Seu corpo de colaboradores contava com intelectuais de grande projeção como Múcio Leão, Afonso Arinos de Melo Franco, Cecília Meireles, José Lins do Rego, Ribeiro Couto, Roquete Pinto, Leopoldo Aires, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Viana, Djacir Menezes, Umberto Peregrino Vinicius de Moraes (crítica cinematográfica), Eurialo Canabrava (crítica de idéias), Gilberto Freyre e outros. O jornal publicava dois tablóides semanais que alcançaram grande repercussão: Autores e livros, sob a direção de Múcio Leão, e Pensamento na América, dirigido por Ribeiro Couto. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducaoCulturaPropaganda/AManha>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

A Revista *Cultura Política* e o jornal *A Manhã* foram peças primordiais para a institucionalização de inúmeros pensamentos dos intelectuais de mais alto renome do país, sendo alguns deles de prestígio já conhecidos, outros até em início de carreira, porém bastante promissores, vale salientar. Esses colaboradores, como eram chamados os intelectuais, tinham como objetivo esclarecer o sentido das profundas transformações pelas quais o país era submetido nos mais variados âmbitos, como, por exemplo na política, economia, artes, letras, ciências e conhecimentos técnicos (GOMES, 1996, p.16).

É certo que as liberdades civis durante o Estado Novo eram cerceadas pelos aparatos constitucionais, que, por sua vez, refletiam a intencionalidade autoritária do projeto alvitado pelo governo e também da mentalidade das elites influentes brasileiras, herdeiras diretas da cultura colonial, que eram bastante atuantes desde antes da década de 1930, contando com nomes importantes como: Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Almir de Andrade e Cassiano Ricardo, último nome este, escolhido por Vargas para ficar à frente do jornal *A Manhã* (GOMES, 1996, p.16) do ano de 1940 até 1944.

É importante também o exercício de reflexão sobre o que queria um historiador, qual seu ofício e, por fim, como seria ele um intelectual, ou seja, quais atributos deveria possuir para merecer tal honorabilidade. Segundo a historiadora, é necessária a realização de uma reflexão sobre o perfil dos “historiadores” da época, buscando compreender sua produção como trabalho historiográfico e quais atributos os aproximavam das características de um intelectual (GOMES, 1996. p. 37).

Para a historiadora, em tese e posicionamento mais universais, seriam historiadores todos aqueles que produziram na área dos “estudos históricos”, distinguindo essas produções das áreas filosóficas e também da literatura. Apesar disso, ela também ressalta a importância da contribuição desses historiadores nas outras esferas de produção intelectual além da história, para as quais acabam contribuindo durante suas trajetórias, como, por exemplo, quando atuam como poetas, romancistas, juristas e jornalistas, sendo essa última ocupação a mais usual entre eles (1996, p. 37-38). É interessante também observarmos a não existência de um tipo rígido de texto considerado histórico específico. Sendo assim, Gomes afirma que:

São enquadrados como trabalho do historiador tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar, e até mesmo a elaboração dos verdadeiros e bons romances históricos. Obras com finalidades distintas – a pesquisa, o ensino e a divulgação mais ampla – constituem um conjunto no qual não se sente hierarquização maior. (GOMES, 1996. p. 38).

Devido à diversidade de campos de atuação e produção dos historiadores daquela época, foi necessária a criação de um termo que pudesse classificar de forma mais abrangente essa classe intelectual – logo, cria-se o chamado “homens de letras” (GOMES, 1996, p.16). A criação dessa classificação nos revela a necessidade de discutir sobre dois conceitos ou noções, como diz Castro, que são a noção de intelectual e a de geração.

Em nosso caso, temos o objetivo de discutir o significado que o conceito de democracia ganhou durante a década de 1930 no Brasil e o papel fundamental exercido pelos intelectuais tanto em seu desenvolvimento quanto também na construção e consolidação de um Estado adequado à realidade brasileira. Sobre tal período o historiador Helder Remígio de Amorim ressalta que: *“Entre as décadas de 1930 e 1960, o Estado brasileiro passou por um processo de constituição por meio do nacional-estadismo. Essa cultura política foi marcada por um Estado controlador e intervencionista que produziu políticas públicas desenvolvimentistas e regulou o mercado”* (2016, p. 21), criando, por exemplo, a ideia de que um Estado democrático a princípio só seria garantido por meio da instalação de um governo centralizado e autoritário.

Para isso, entenderemos o intelectual como um “produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política” (GOMES, 1996, p. 38). Por política, podemos entender como um termo cunhado na atividade social desenvolvida pelos homens adultos da *polis* grega, uma vez que toda a vida social estava ligada às atividades políticas. Tendo em vista esse entendimento, é essencial nos atentarmos ao conceito aristotélico de política, que a define como uma “ciência que estuda o sumo do bem” – sendo assim, o objetivo da política é promover o bem humano e nela estariam englobadas todas as outras ciências. Nessa perspectiva, essa finalidade da política entendida pelo “sumo do bem” seria alcançada e preservada tanto para o indivíduo como para o Estado, mas seria preferível que o Estado a alcançasse, pois poderia ele atingir mais indivíduos. Segundo Silva & Silva, o pensamento de Aristóteles sobre

política almejava que a prática política e a virtude caminhassem juntas, sendo a política uma atividade ética de função pedagógica “Paideia” importantíssima, a de transformar os homens em cidadãos (SILVA & SILVA, 2005, p. 336).

A observação feita acima a respeito do termo “política”, principalmente de seu significado aristotélico, é imprescindível para a compreensão do trabalho dos intelectuais e também de seu envolvimento político no caso brasileiro. Apesar da compreensão pedagógica assumida pelo trabalho intelectual em diversos momentos, é importante trazermos à tona outros significados atribuídos ao conceito de política com tempo. Atualmente, podemos vinculá-lo, por um lado, à ideia de “gestão dos negócios públicos e, por outro, às ações da sociedade civil a fim de ter suas reivindicações atendidas” (SILVA & SILVA, 2005, p. 336). Maquiavel, no entanto, em seu *magnum opus O Príncipe* traz um conceito de política ligado ao Estado, porém, deixando de lado as classes sociais e suas contradições, elemento esse resgatado no século XIX por Karl Marx, que pensa a política a partir das classes sociais e de suas contradições (SILVA & SILVA, 2005, p. 336).

Para a análise do papel do intelectual e da importância de sua produção inserida no contexto político brasileiro, é interessante a observação de que a década de 1930 é bastante promissora em qualidade e quantidade: são obras que retratam o contexto do Brasil por meio de um viés interno, ou seja, “uma produção sobre o Brasil realizada por brasileiros” (GOMES, 1996, p. 37), marcada calorosamente pelo nacionalismo. O reconhecimento e a divulgação dessas ideias produzidas nesse período são devidos, em grande parte, ao papel desempenhado pelos jornais e revistas de “formação de opinião pública”, abrindo espaço para a popularização de outro tipo de jornalismo bastante ligado ao estudo dos problemas brasileiros, que poderíamos classificar como jornalismo crítico do cotidiano, segundo Gomes (1996, p. 47).

Por formarem essencialmente um grupo seletivo, elitista e pequeno em quantidade, entre outros atributos aqui já destacados, esses intelectuais acabavam por criar o que chamamos de redes ou lugares de sociabilidade a fim de manter a participação desses intelectuais sempre em voga. A importante participação dos jornais e revistas se torna relevante justamente por ser o espaço mais comum de sociabilidade e articulação cultural desses intelectuais no Brasil. Dentre essas publicações/lugares, podemos

destacar, segundo Gomes, a *Revista Brasileira*¹⁰ e a Academia Brasileira de Letras (ABL)¹¹:

A *Revista Brasileira* foi o núcleo organizacional do grupo de intelectuais que, no início da estabilização política da República – em 1898 – decide criar a ABL. Feitas a abolição e a República, e ultrapassados os anos entrópicos do militarismo e do jacobinismo, tratava-se de rearticular o campo intelectual em novas bases, mais afastadas dos engajamentos políticos e das questões culturais que assolaram as décadas de 70 e 80 do século passado. A segunda metade dos anos 1890 inaugurava um outro tempo, não sendo casual o sucesso do projeto intelectual que orientou o grupo da revista. Tratava-se de fundar uma associação – no conhecido modelo das academias –, cujo objetivo precípua seria afirmar ‘profissionalmente’ o intelectual, ‘afastando-o’ da política (a dimensão partidária é clara) e propiciando a valorização de ‘um ponto de vista mais realista’, isto é, mais ‘neutro’ e portanto competente. (GOMES, 1996.p. 48).

Para a historiadora, esse afastamento que por ventura a intelectualidade brasileira impôs no início do período republicano era vinculado à imagem incerta da viabilidade do sistema em solo brasileiro, haja vista as realidades culturais, sociais, étnicas e econômicas díspares encontradas por aqui. A desconfiança se dava, pois, na crença de que esse novo sistema não abarcaria a realidade brasileira com êxito, logo o engajamento com a incerteza que por ventura trazia a empreitada republicana não combinava com a postura do intelectual da época, que rebelava-se dessa dimensão partidária política, aliás bastante fervescente devido ao próprio contexto pelo qual passava o país.

Levando em conta as rupturas e reordenamentos ideológicos da política brasileira no início da República, tais eventos também recaem sobre o posicionamento dos intelectuais que formaram novos grupos, novos lugares de sociabilidade, redes de relacionamentos e novos projetos, sejam eles esses intelectuais de orientação republicana ou monarquista, por exemplo, criando uma classificação sobre eles que chamamos de “geração”. Podemos entender a “geração” como um agrupamento de

¹⁰ A primeira publicação conhecida por usar o nome de *Revista Brasileira* apareceu aos 14 de julho de 1855, com o título de *Revista Brasileira, Jornal de Literatura, Teatros e Indústria*, fundada e dirigida pelo Dr. Francisco de Paula Meneses. Anunciava-se como quinzenal, mas só apareceu o n.º 1. A segunda surgiu em 1857, com a denominação de *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Durou até 1861, perfazendo quatro volumes. Disponível em: <http://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>. Acesso em 14 de janeiro de 2020).

¹¹ A Academia Brasileira de Letras é uma instituição cultural inaugurada em 20 de julho de 1897 e sediada no estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a preservação da língua e da literatura nacional. Fundada pelo advogado, jornalista, magistrado, contista e poeta carioca Lúcio de Mendonça. As primeiras notícias relativas à fundação da ABL foram divulgadas a 10 de novembro de 1896, pela *Gazeta de Notícias*, e, no dia imediato, pelo *Jornal do Commercio*. Teriam início as sessões preparatórias: na primeira, às três da tarde de 15 de dezembro, na sala de redação da *Revista Brasileira*, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Machado de Assis foi desde logo aclamado presidente. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/lucio-de-mendonca/biografia/>
<http://www.academia.org.br/academia/fundacao>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

homens de uma mesma faixa de idade, sendo comum a eles certo tipo de pensamento, gostos e valores. Dessa forma, essas gerações se movimentam e se renovam com o tempo, sendo essas renovações articuladas pelas mudanças sociais, ideias que, todavia, caminharam para o progresso (GOMES, 1996, p. 38-39). Essa ideia de renovação do pensamento através do tempo levando em conta as mudanças sociais é confirmada durante o período de estabilização da República, que é, segundo Gomes, “o mais frutífero na produção dos melhores trabalhos intelectuais” (1996, p. 48). Sendo assim, a década de 1930, caracterizada pelo espírito revolucionário, tinha como projeto eliminar os vícios herdados da péssima experiência liberal iniciada ainda no século XIX e que perdurou pelo período da Primeira República.

Dentre esses vícios, podemos destacar que o modelo liberal visava primordialmente valores quantitativos do mundo como ferramenta principal na construção do progresso em detrimento dos valores construídos pelo homem. Atuava também como ferramenta propagandista dos valores e instituições internacionais de essência simplista, ignorando em vários momentos as realidades sociais, políticas e econômicas brasileiras, de forma tal que vetava a construção do tão desejado nacionalismo.

Para Azevedo Amaral¹², por exemplo, que caracterizava como de sentido destrutivo e desorganizador, o liberalismo¹³ da Primeira República acabava por separar o homem de sua terra e de sua cultura e, por fim, o homem da política, premissa essa para ele necessária para o surgimento de um malquisto sentido anarquista (GOMES,

¹² Antônio José Azevedo do Amaral nascido no Rio de Janeiro em 1881, consolidou-se como um dos mais importantes nomes da intelectualidade brasileira em sua geração. Publicou importantes obras como: Patogenia do edema (1902); O Brasil na crise atual (1934); A aventura política no Brasil (1935); Renovação nacional (1936); O Estado autoritário e a realidade nacional (1938); A verdade sobre a Espanha (1938); além de artigos em revistas. Suas principais ideias políticas giravam entorno de questões como: a crítica a experiência liberal brasileira, a defesa da intervenção estatal na economia, defendia a industrialização do país como principal meio de progresso econômico, defendia o modelo corporativista, visando a criação de um Estado autoritário, porém, repudiava os governos totalitaristas e fascistas por suas práticas ferirem os valores da dignidade do homem. Faleceu em 1942. (Texto nosso)

¹³ “O Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área atlântica), embora tenha exercido notável influência nos países que sentiram mais fortemente esta hegemonia cultural (Austrália, América Latina e, em parte, a Índia e o Japão). Com efeito, na era da descolonização, o Liberalismo é a menos exportada ou exportável entre as ideologias nascidas na Europa, como a democracia, o nacionalismo, o socialismo, o catolicismo social, que tiveram um enorme sucesso nos países do Terceiro Mundo. É a única, entre as várias ideologias europeias, que não consegue realizar seu potencial cosmopolita, que é comum também à democracia e ao socialismo. Nisto, talvez, seja possível encontrar, em sentido negativo, um critério para dar uma definição do Liberalismo.” BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. p. 687. Para completar, podemos entender como liberalismo a doutrina baseada na defesa da liberdade individual, nos campos, econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal.

2006, p. 191-194). A chegada dos anos 30 e o novo sentido compreendido a respeito da revolução nessa época firmaram o caráter promissor do republicanismo nas esferas sociais, políticas e intelectuais do país, o esforço da construção de um projeto político empreendido pelo que entenderíamos depois por Estado Novo muniu, segundo Gomes, as instituições do país com as ferramentas necessárias para implementação de um projeto político destinado a abarcar de fato o contexto social como elemento primordial para o crescimento brasileiro. É nesse período que ganha força o discurso sobre o conceito que chamamos de “democracia social”¹⁴, conceito esse que legitima o esforço político dos anos 30 em trazer algo realmente novo (GOMES, 1996, p.189-190). É oportuno frisarmos que, apesar de usarmos Amaral como referência para tecer tal comentário, esse pensamento negativo sobre a experiência liberal e a necessidade de edificação de um novo Estado era comungado quase que por unanimidade pelos intelectuais de sua geração, já citados aqui anteriormente.

Sobre tal espírito e objetivos desses intelectuais, Gomes escreve que:

Este novo sentido de ideal democrático iria sintetizar o cerne do projeto do Estado Novo, conduzindo suas formulações na dupla direção do passado e do futuro revolucionário do país. Neste esforço, o regime concebeu a realidade que devir ser construída a partir de esquemas interpretativos e diagnósticos que afirmavam sua legitimidade diante de um passado tanto recente, quanto remoto. Projetar um novo Estado significava buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem. E isto, por sua vez, significava reescrever a história do país, debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição. (GOMES, 2006, p. 190)

A elaboração de um novo Estado do zero a partir da ideia de “democracia social” era, segundo Gomes, a “tônica do discurso político do pós-37”, discurso esse obviamente construído durante todos os anos 30, principalmente após os erros cometidos em 1934, dos quais, a própria Constituição, que era considerada por muitos como “ecletica ou híbrida”, haja vista que nela predominavam, de forma contraditória aos princípios revolucionários do Novembro de 1930, as ideias liberais-democráticas defendidas pelas oligarquias sulistas brasileiras (GOMES, 1981, p. 71). A chegada do

¹⁴ Essa doutrina, em 1848, representou a linha divisória do liberalismo europeu. Os povos, em particular os trabalhadores e os camponeses que deixavam o campo – num êxodo rural –, interpretando a gênese bíblica (XII), uniam-se para tomar o poder das classes proprietárias em nome da democracia e do socialismo radicais. Considerou-se necessária a intervenção do Estado para apoiar as atividades econômicas, na forma de controles de preços e por meios diretos e indiretos para estimular a atividade econômica. O envolvimento direto do Estado na proteção de assistência aos desempregados e a ação direta e indireta do Estado na obtenção de empregos foram, e são, fatos indiscutíveis na maioria das democracias. A social-democracia é considerada parte do desenvolvimento do socialismo, cujos adeptos, na Europa, são chamados social-democratas. A social-democracia começou, entre as décadas de 50-60, a desenvolver características no âmbito da Internacional Socialista. (Definição retirada a partir do artigo de: BRAGA, Fernando. Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político. Revista de Informação Legislativa a. 34 n. 133 jan./mar. 1997, Brasília, p. 187-190)

chamado Estado Novo, repleto de idas e vindas em seu diálogo com o passado e o presente brasileiro, vislumbrava e representava o progresso brasileiro e a correção de todos erros cometidos no passado. Passado esse, ainda bastante recente.

A construção do programa político estado-novista edificaria uma ordem política baseada nas necessidades e carências do povo brasileiro, fazendo o discurso nacionalista ganhar ainda mais notoriedade e autenticidade com o tempo. Seguindo essa ideia da construção de um novo Estado ligado ao sentido de legitimação de uma democracia social, é interessante ressaltar que no ano de 1926, quatro anos antes da Revolução de 1930, membros da intelectualidade brasileira haviam criado um partido político chamado de Partido Democrático (PD), com o qual pretendiam, segundo Sérgio Miceli, elaborar o que denominavam de “moralização eleitoral”, abarcando nessa proposta itens como voto secreto, verificação dos resultados, medidas que limitassem a manipulação dos coronéis dissidentes da oligarquia brasileira; bem como a modernização do sistema de ensino. Em contrapartida, deixava de fora a participação das massas sociais com a ausência participativa da classe operária (MICELI, 2001, p. 77-81), setor importantíssimo da sociedade para consolidação da “revolução” proposta a partir de 1930. Ali, o novo projeto de Estado brasileiro já dava os indícios da influência de seus intelectuais, mostrando então seu caráter autoritário e centralizador e, ao mesmo tempo, inovador, para qual caminharia o país.

2.3 – A defesa do Estado autoritário e o sentido da democracia em Azevedo Amaral.

Felizmente, porém, o Estado autoritário pode harmonizar-se perfeitamente com o estilo essencial do regime democrático. E podemos ir mais longe afirmando que somente uma forma de governo autoritário é capaz de permitir o desenvolvimento normal da democracia e das suas instituições, de modo a torná-las adequadas às soluções dos problemas cada vez mais complexos que surgem em todos os setores da vida das nações contemporâneas. (AMARAL, 2002, [1938], p. 102).

O novo projeto iniciado nos anos 1930 teve a participação de vários nomes da intelectualidade brasileira da época como, por exemplo, o já citado escritor, jornalista político e médico de formação Antônio José de Azevedo Amaral. Nascido no Rio de Janeiro no ano de 1881, Azevedo Amaral, assim como a maioria dos intelectuais da época, não pertencia a uma família de grandes posses. Filho de um engenheiro que havia trabalhado com o Visconde de Mauá na construção de estradas de ferro durante o século XIX, formou-se em medicina, porém não exerceu tal função, dedicando maior

parte de sua vida ao jornalismo e aos ensaios políticos. Ainda durante o período da Primeira República, foi ligado ao PRP, do qual acabou desligando-se após a Revolução de 1930 e passando a ser fiel defensor do presidente Getúlio Vargas, tanto que ficou posteriormente conhecido como: “O homem do Estado Novo” (LOMBARDI, 2018, p. 49).

Apesar de ser um intelectual ainda pouco lido, porém não desconhecido, Azevedo Amaral, segundo a historiadora Lúcia Lippi Oliveira, poderá impactar o leitor com duas surpresas em sua trajetória literária:

O leitor atual de Azevedo Amaral tem duas surpresas ao se defrontar com seus textos. Uma delas é a de encontrar imbricada em sua filosofia política uma combinação de preocupação científica, de interpretação evolucionista, de racismo e de elitismo. Ele junta num mesmo texto um profundo determinismo econômico com a mais alta exaltação à vontade humana. A outra surpresa se refere à perspicácia de sua análise enquanto comentarista político de sua época. Sua atividade jornalística revela um acurado observador que aponta fatos e fenômenos dos mais relevantes da vida nacional, mesmo que suas interpretações estejam penetradas de teorias hoje consideradas ultrapassadas e não científicas. (OLIVEIRA In. OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 49).

Foi como “O homem do Estado Novo” que Amaral construiu seu nome e a tônica de seus discursos, nos quais a derrubada dos controles políticos oligárquicos brasileiros era, sem dúvida, a tarefa número um do “front” de batalha iniciado nos anos 30. A delicada relação estabelecida entre a Antiga e a Nova República pela Revolução de 1930 se deu, segundo Azevedo Amaral, a partir de um “acentuado colorido conservador”, visto que essa transição deveria ser realizada de maneira mais segura possível, a fim de evitar a chegada de um choque ainda maior e que colocasse em risco a restauração da tão importante “personalidade nacional”.

Alguns anos após a Revolução de outubro de 1930, em artigo da Revista Cultura Política (RCP)¹⁵, durante o Estado Novo, Amaral retoma o passado na edição de julho

¹⁵ Revista Cultura Política: a revista mensal de estudos brasileiro. Abril de 1941 (Ano I, Num. 2), p. 5-6. Rio de Janeiro, 1941. / “Cultura Política circulou de março de 1941 até outubro de 1945. Era uma publicação bem divulgada, vendida nas bancas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme explicitava seu próprio subtítulo, Cultura Política era uma ‘revista de estudos brasileiros’, destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o país. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, a revista funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo. Segundo Cultura Política, os intelectuais tinham um papel de fundamental importância na estruturação da ‘nova ordem’. Formadores da opinião pública, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade. A revista contava com a colaboração da nata da intelectualidade brasileira, abrigando as mais diversas correntes de pensamento. Entre seus colaboradores estavam os próprios ideólogos do regime: além de Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. Mas Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré também colaboraram com artigos.” (Texto retirado do site do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, vinculado à Fundação Getúlio Vargas – FGV).

de 1941, onde em “*A Revolução Brasileira*” procura, ao mesmo tempo, justificar o caráter revolucionário do novo governo brasileiro e a emergência de sua necessidade mesmo com todas as dificuldades que iria encontrar pela frente. Com isso, defende:

Em 1930 o Brasil havia evoluído social e economicamente, de modo a representarem-se condições inteiramente novas e nas quais a associação de elementos da elite que formavam a classe dirigente com as massas da população podia espontaneamente organizar-se, como de fato se verificou nos anos precedentes à revolução e no momento da crise decisiva de Outubro. A possibilidade da ação coordenada dos dirigentes de um movimento revolucionário com o povo deu lugar a que se tornasse viável o preparo moral da revolução. (REVISTA CULTURA POLÍTICA, Vol. 01, num. 05, julho de 1941, p. 136).

Sobre a emergência da necessidade da Revolução de outubro de 1930, nosso intelectual diz que o movimento pode ser entendido como uma insurreição em massa contra o antigo regime (liberal-democrático) que operou com consentimento de quase a unanimidade do povo brasileiro, afirmando sobre tal questão que:

Os que aparentemente se mantiveram indiferentes, e até aqueles que resistiram à revolução, achavam-se intimamente associados às correntes em ação revolucionária por um sentimento comum de aceitação implícita da necessidade de transformação radical em todos os setores da vida brasileira. Encarada por este prisma, a revolução de 1930 destaca-se como a primeira expressão inequívoca da vontade nacional, no sentido de promover a mutação brusca na orientação dos rumos da nacionalidade. (REVISTA CULTURA POLÍTICA, Vol. 01, num. 05, julho de 1941, p. 137).

O advento restaurador alinhado com a ideia de revolução era, para ele, o elemento fundamental que poria fim ao regime adjetivado como demagógico, alicerçado em discursos meramente ufanistas, nos quais tudo que havia no Brasil era grandioso, menos o homem. O homem em toda sua dimensão continuava pequeno e indiferente ao poder do Estado, que, por sua vez, caminhava rumo a “uma espécie de anarquia progressiva” (AMARAL, 2002, [1938], p. 80).

A restauração revolucionária elucidava a realidade nacional e colocava para trás o discurso de inferioridade conferido pela demagogia liberal da República Velha, o sentido de restauração para Azevedo Amaral não está ligado ao significado de retorno, mas sim, de um novo começo. Tratava-se, segundo Gomes (2006, p. 194-195), de “*identificar e construir o verdadeiro espírito da nacionalidade que se concentrava no inconsciente coletivo do povo*”, além de que poderia representar a retirada da sociedade de uma só vez do estado de natureza, organizando-a pela via do poder político (GOMES, 2006, p.194-195). Ainda nesse sentido, Gomes discorre que:

A 'restauração' seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano. (2006, p. 195).

O processo de restauração é, sem dúvida, elemento fundamental para a renovação e a escrita de um novo capítulo da história política brasileira, pois cria consigo uma nova estrutura que colocava o homem em lugar de valor na história e resgatava o sentido da terra. É interessante lembrar que, a partir de então, essas discussões entre os homens eram coordenadas pelo o que poderíamos chamar das “novas elites políticas”, nas quais o processo de renovação se daria justamente pelo comprometimento claro que tinham de comunicar-se com as massas, ação essa, segundo Gomes, mobilizadora da transformação do papel do homem na sociedade, da história e também do trabalho (GOMES, 2006, p. 195).

A questão social durante o Estado Novo torna-se importante, uma vez que ela abre os caminhos para que haja uma rearticulação de elementos fundamentais para o homem, como por exemplo, a sua própria valorização como ser humano e também de seu trabalho e do Estado. Essa ideia funcionava como uma contraposição a tudo que tinha sido idealizado anteriormente a 1930, fazendo com que questões sociais como o bem comum da população e a economia passassem a ser uma questão de extrema importância no cenário político brasileiro. A construção da política do Estado Novo busca uma legitimação por meio da autoridade, porém de maneira completamente diferente da dos regimes anteriores.

O combate à pobreza deixa de ser um problema cultural, por vezes ignorado, e passa a fazer parte um plano maior, gerando discussões nas mais diversas ideologias políticas, fazendo surgir o que hoje conhecemos e definimos como “democracia social”.

Para a autora, a preocupação com o social durante o período do Estado Novo inicia no Brasil uma experiência inédita que é a vivência do conceito de democracia como uma nova ordem política e social, uma ordem que almejava se legitimar por meio do reconhecimento das mais diversas realidades do povo brasileiro, tirando o governo de sua zona de conforto.

Essa ideia fica bastante nítida quando Gomes (2006) discorre que *“como consequência desta transformação maior, construiu-se uma nova filosofia política e social, preocupada em adaptar as instituições ao fluxo histórico e às necessidades políticas particulares das diversas sociedades”*. Com isso, esse movimento de

valorização das pessoas e da realidade brasileira se originava da nova ordem política e filosófica que nascia no início do século XX juntamente com o despertar e a mobilização das grandes massas – o homem passava a ser o grande centro das preocupações, nascendo o que Gomes qualifica como a “nova democracia”, democracia essa que, apesar de autoritária, promovia a ideia de colocar direitos básicos dos homens em primeiro lugar, divergindo, portanto, do totalitarismo fascista, uma vez que o modelo autoritário brasileiro adotado a partir de 1930 não promove o “aniquilamento da personalidade humana” (AMARAL, 2002, [1938], p. 89).

O Estado Novo, tal como idealiza Amaral, veio em suas palavras para:

marcar na nossa história política um acontecimento sem precedente. Pela primeira vez, foi feita uma tentativa de organizar a Nação em linhas traçadas de acordo com um critério realístico e em obediência a um pensamento de dar ao Brasil uma Constituição brasileira (1938, p. 79).

Apesar de construir um discurso caloroso sobre a importância da participação do homem na vida pública, elemento esse trazido do conceito moderno de democracia surgido no século XVIII movido pela renovação política e social promovida pela oposição ao modelo absolutista, com advento da Revolução Francesa, a democracia do combate ao absolutismo seguia por um caminho/significado e valores totalmente opostos aos vivenciados pelos gregos na Antiguidade, quando segundo Silva & Silva, o Estado Moderno não empreendia o mesmo projeto de democracia da polis grega do século V a.C.

Partindo desse sentido, podemos afirmar que o modelo vivenciado pelos gregos se constituía como algo muito mais democrático do que o iniciado pelos Estados Modernos (SILVA & SILVA, 2005, p. 89), uma vez que, segundo Beçak¹⁶, na cidade-estado ateniense, Estado não difere de sociedade. O cidadão é, ao mesmo tempo, criador das leis e a elas está sujeito, havendo uma participação direta na gestão da cidade (BEÇAK, 2013, p. 8), apesar de que não eram todos os gregos que eram considerados cidadãos, algo que de certa forma causa estranhamento em relação ao que conhecemos hoje por democracia, principalmente no tocante à inclusão e à participação do povo, como propunham a maior parte dos intelectuais da década de 1930.

Boa parte do estranhamento ao conceito de democracia estabelecido durante esse período está na relação com o sentido dado a ele por seus defensores. Por ter sido um

¹⁶ Rubens Beçak é mestre e doutor em Direito Constitucional e livre-docente em Teoria Geral do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Associado da USP na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e na Faculdade de Direito. Secretário-geral da Universidade de São Paulo.

período já caracterizado como o de maior e melhor produção de seus intelectuais, a riqueza de informações e sentidos dados ao conceito reproduz o pensamento cultural da época e também suas influências históricas da formação política brasileira, bastante conturbada e controversa em sua formação.

O primeiro desses estranhamentos é a influência dos pensamentos monárquicos ainda intensos no Brasil do início dos anos 1930, segundo logicamente a experiência “execrável” do liberalismo durante a Primeira República, herdando dela quase todos os vícios de nossa política e cultura. Vícios esses que, para a mentalidade da época, segundo o cientista social Edward Lynch¹⁷, não seriam sanados pela introdução dos valores democráticos, chegando até a classificar o período como “nebuloso”, considerando fatos como: (1) não ter produzido uma correspondência entre os marcos formais do advento do regime liberal democrático com sua prática substantiva; (2) a chegada tardia e a visão ingênua quando comparados os instituídos na Europa e América do Norte, o que não permitiria sobrepor, por exemplo, o advento da escravidão e suas consequências (LYNCH, 2013, p. 355-356). Ainda sobre a experiência do regime liberal, Azevedo Amaral confere a tal a responsabilidade desde a Revolução Francesa por desvirtuar e corromper a doutrina democrática e, em consequência, o conceito de autoridade (1938, p. 87).

Ao prefaciar a edição de abril de 1941 da Revista Cultura Política, o intelectual Almir de Andrade (do qual trataremos ainda aqui neste capítulo) tece duras críticas ao Estado liberal, ao qual acusa de tentar separar em dois campos independentes o homem e o cidadão: “*O homem como ser que vive e o cidadão como homem político*”. Assim, separa-os em nível cultural e político, sendo “*a cultura domínio do primeiro, a política domínio do segundo*”, numa concepção fútil e de perigosa abstração entre o homem e as instituições que o cercam, limitando assim suas interações. Para ele, cultura e política são dois domínios indissociáveis, posto que,

encontramos nesses dois domínios ideias e objetivos que se complementam e que se não podem dissociar. A cultura é uma expressão da vida popular. A política é uma forma de organização dessa mesma vida – uma expressão, portanto, de vida organizada. Tudo o que um povo produz pela sua cultura representa suas aspirações e necessidades de vida: a cultura é esse mesmo povo vivendo, criando obras de arte e de pensamento, costumes e tradições, formas de convivência e hábitos sociais. Mas nada disso existe sem a garantia de uma organização capaz de manter a paz, de conciliar interesses, de

¹⁷ Christian Edward Cyril Lynch doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Atualmente é professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), professor de pós-graduação da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

harmonizar tendências, de ajustar as necessidades de cada um às exigências de todos. E essa organização – que defende, que sustenta, que permite o desenvolvimento de uma coletividade através de todos os seus elementos de cultura – é a ordem política. (REVISTA CULTURA POLÍTICA, Vol. 01, num. 02, abril de 1941, p. 6-7)

Em julho de 1941, em artigo da RCP (p. 137), Amaral torna a criticar a experiência liberal e mais uma vez reforça sua inadequação à realidade brasileira, sendo um regime falho e, por isso, incapaz de assegurar institucionalmente o progresso normal e tranquilo da nacionalidade. Sua estreita relação com a classe oligárquica estabelecida pela Constituição brasileira de 1891 acabou gerando um avassalamento da sociedade por uma onda anárquica ditada pelos interesses dessa classe restrita e dominadora da velha política brasileira. Esse domínio acabou criando uma relação perversa descrita por nosso intelectual ao referir-se tanto a respeito do estado-liberal quanto da ideia de democracia trazida por ele. São por meio dessas noções tortuosas que a nação passou a compreender que, para que houvesse ordem e prosperidade, seria necessário se submeter a todos os inconvenientes e males de uma dominação egoísta e desprovida de qualquer ideal.

O conceito de democracia moderna trazido pela ideia de Estado Moderno¹⁸ tal como experienciado no Brasil, por sua vez, constrói um espaço formal, administrativo e burocrático, mantendo o cidadão fora desse espaço, ou com uma participação acanhada quando comparada ao modelo antigo. No modelo atual (liberal), a participação direta do cidadão foi substituída pela eleição de representantes de uma maioria, seriam esses:

“[...] políticos profissionais que tomam decisões sobre a vida de todos os representados. Nesse contexto, o ato de votar termina sendo um mero ritual, um espaço limitado do exercício democrático. Democracia é muito mais do que votar, e esse ato em si não garante para o votante a alcunha de cidadão, nem para o Estado a alcunha de democrático. (SILVA & SILVA, 2005, p. 89).

¹⁸ O Estado Moderno, para o intelectual Deodato de Moraes*, tal como constituído aqui no Brasil, pode ser entendido como a expressão das ideologias criadas pela celebração das elites ou copiadas de elementos estranhos ou alienígenas como costumam referenciar outros intelectuais. O Estado Moderno é interpretado de forma contrária à sua verdadeira função, como descreve Moraes, a de ser instrumento altruísta da vontade popular, o organismo a refletir o bem comum e os interesses gerais. Para ele, o Estado Moderno “*se restringe à impulsão dos interesses dos grupos e dos partidos, reduz ao mínimo indispensável o que é estritamente individual para transformar em fatores fundamentalmente sociais, as potencialidades conscientes ou inconscientes dos seus cidadãos*”. *Professor de pedagogia e psicologia experimental de São Paulo, atuou profissionalmente como técnico de Educação e chefe do 10^o Distrito Educacional da Prefeitura do Distrito Federal, foi fundador da Associação Brasileira de Psicanálise, teve como principais trabalhos publicados: Rumo ao campo: a Escola Social (1919), O melhor meio de divulgar o ensino primário no Brasil (1922), entre outras. MORAIS, Deodato. O Estado e sua moderna concepção. REVISTA CULTURA POLÍTICA, Vol. 01, nº 05, julho de 1941, p. 15-22.

Apesar de ser um postulado fundamental da democracia, o sistema representativo para Azevedo Amaral tal como é experienciado nas democracias, e principalmente de acordo com a realidade brasileira, “*não passa de uma superstição ingênua*” (1938, p. 97). Em tom mais severo, adjectiva-a como promíscua e forçosamente manobrada em prol de benefícios particulares de pequenos grupos, descaracterizando então o verdadeiro intuito do processo eleitoral que, segundo ele,

não passava de um conjunto de formalidades, por meio das quais os designados pelas situações entrincheiradas no poder vinham a tornar-se efetivos ocupantes das cadeiras do Congresso com as aparências de observância dos princípios e regras do sistema representativo. (1938, p. 97)

O combate à ingenuidade política herdada da experiência liberal brasileira só poderia ser alcançado por meio do estímulo à formação de uma consciência política (valendo lembrar que essa consciência política está diretamente ligada ao domínio cultural), tarefa essa em que os intelectuais tomaram para si a responsabilidade de modificá-la. Almir de Andrade, quando escreve na RCP, reitera que

quanto maior é a consciência política de um povo, mais intensamente será ele capaz de afirmar a sua cultura em face do mundo. A indiferença das elites culturais pela política é um índice de debilidade – que tanto pode exprimir uma falta de natureza como um sintoma de decadência”, e, assim, conclui que “um povo que se sente apenas culto, e não ainda politicamente culto, ou não chegou à sua fase adulta, ou já alcançou a decrepitude. (1941, p. 7)

De acordo com Andrade (1941, p. 8), o objetivo desses intelectuais seria promover a restituição política em seu sentido mais verdadeiro e profundo, moldando-a e compreendendo-a como uma expressão superior de organização da própria cultura popular, em toda sua pujança, espontaneidade e realismo, organizando, assim, um futuro melhor para o Brasil, tornando-o mais humano para os dias de amanhã, como escreve.

É pertinente, nesse contexto sobre o qual nos debruçamos aqui, alertarmos que a ideia moderna de democracia e de seus postulados, apesar de todas as críticas por parte dos intelectuais brasileiros daquela época, trouxe um conjunto de outros significados para o seu entendimento. Por ser plural, possibilitou até mesmo que cada nação pudesse ressignificá-lo de acordo com sua realidade e com os objetivos que desejavam alcançar.

No caso do Brasil idealizado por tanto por Azevedo Amaral quanto por Almir de Andrade, a democracia se consolidaria apenas por meio da política nacionalista e autoritária. Somente o plano autoritário sob a tutela e intervenção firme do Estado seria capaz de garantir o progresso social e econômico, empenhado na eliminação das

perversidades da experiência liberal que ainda assombrara o desenvolvimento da democracia brasileira e, conseqüentemente, capaz de reconstruir o Brasil.

Nesse sentido, Gomes nos diz que:

O ‘progresso’ da coletividade advém da tutela política sobre a ordem sociocultural em todos os tempos, o que se pode efetivar pela pura força da autoridade ou por um “acordo tácito” em que a ordem social não exorbita suas limitações e a ordem política não se afasta das “fontes de formação do povo”. Nesse acordo entre a “vontade de poder” e o meio sociocultural no qual o poder se exerce, está tanto a possibilidade de vitalidade social quanto a razão da representatividade da política. (GOMES, 2006, p. 136)

Para a historiadora, o pensamento de Azevedo Amaral acerca da eficácia da política construída na década de 1930 segue na direção de justamente estabelecer um processo de comunicação profundo com as tradições nacionais e os anseios das massas, sentindo esse que garantiria a ascensão social e a legitimidade política brasileira (GOMES, 2006, p. 136). “Nessa perspectiva, o intelectual é visto como aquele capaz de captar, de modo mais direto e imediato, as aspirações do inconsciente coletivo de um povo.” (OLIVEIRA, 1982, p. 34). Podemos entender que, para o intelectual, a democracia estaria presente no novo modelo implementado a partir de 1930 no estabelecimento de um diálogo entre o Estado, através da figura do presidente e a população, bem como no respeito à Constituição.

Outro ponto importante a ser lembrado sobre Azevedo Amaral é que sua dedicação e contribuição ao modelo estado-novista se dava também na profunda admiração que tinha pelo presidente Getúlio Vargas. Para ele, somente alguém com o carisma e a autoridade única empreendida pelo icônico presidente conseguiria equilibrar e legitimar este grandioso projeto (AZEVEDO MARQUES DE SAES, 2008, p. 74-75). Em *O Estado autoritário e a realidade nacional*, o intelectual descreve com bastante apreço a confiança depositada na figura do presidente Vargas:

De tudo que os observadores colocados à distância podem depreender da atividade política do Presidente Getúlio Vargas, há três pontos de capital relevância na interpretação da sua obra de renovação nacional. Um deles e sem dúvida o fundamental é a extraordinária capacidade de análise objetiva dos acontecimentos e dos homens. [...] O outro traço da sua personalidade, a que deveu o Presidente Getúlio Vargas a possibilidade de realizar como orientador da revolução o que pareceria superior ao engenho de um estadista, é a ausência da preocupação de obter efeitos dramáticos imediatos. [...] Finalmente, a circunstância de não ser acessível à ação de sentimentos de ódio e de desejos de vingança concorreu decisivamente para libertar o Presidente de obstáculos, que cerceassem a plenitude dos seus movimentos no sentido de dar as soluções que desejava aos problemas com que entrava em contato. (AMARAL, 2002, [1938], p. 63).

Em 1941 (p. 140), passados alguns anos de *O Estado autoritário e a realidade nacional*, Amaral através da RCP torna a escrever sobre Vargas e sua vitalidade durante o processo revolucionário de Outubro de 1930¹⁹:

Sem o presidente Vargas, a revolução, que é apenas um reflexo da sua personalidade atuando sobre as forças vivas da Nação, teria interrompido o seu curso, deixando o Brasil entregue aos perigos e aos infortúnios, que caracterizam todas as obras inacabadas. O caráter progressivo, dinâmico e o ímpeto permanentemente renovador de uma revolução autêntica como a nossa patenteiam-se no encadeamento ininterrupto de atividades reformadoras, que vão sucessivamente trazendo à luz possibilidades recalçadas da personalidade coletiva do Brasil.

O intelectual também reconhece que, apesar de Vargas ser figura importante em meio a todo o processo de renovação, não foi ele que inventou tudo. Se não fosse a força da população brasileira durante essa jornada, ela não teria se concluído, muito menos poderia ser considerada autêntica. Amaral, ao pensar o novo Estado brasileiro, deixa sempre bem clara sua descrença no modelo liberal-democrático e, dentro do novo curso histórico no qual se edificava o Estado Nacional brasileiro, a autoridade seria questão primordial na orientação da nação (Revista Cultura Política: a revista mensal de estudos brasileiros, Rio de Janeiro, Julho 1941, p. 141-142).

Os elogios a Vargas não eram uma exclusividade de Azevedo Amaral. Na edição de junho de 1941, a Revista Cultura Política (sob sua direção) traz o artigo *Um sentido político*, do intelectual e escritor brasileiro Nelson Werneck Sodré²⁰, no qual, ao tratar

¹⁹ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

²⁰ Nelson Werneck Sodré, nascido em 27 de abril de 1911, no Rio de Janeiro, foi um importante ensaísta, historiador e militar brasileiro. Após a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, tornou-se ajudante de ordens do general José Pessoa, designado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, em março de 1938. Ainda nesse ano, publicou seu primeiro grande livro, *História da literatura brasileira*, uma análise das questões literárias a partir de das relações de propriedade e dos conflitos sociais, alcançando notória relevância no meio intelectual brasileiro. A partir de então, passou a ocupar e colaborar com lugares importantes como o vespertino *Última Hora*, onde escrevia a seção literária e os editoriais (1956). Nesse período, passou a integrar a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército e a colaborar com o jornal nacionalista *O Semanário*. Em 1955, iniciou suas atividades como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, depois de ser preso, entregou-se totalmente à atividade intelectual de escritor e ao exercício do magistério no ISEB, onde passou a chefiar o Departamento de História. Foi nesse período que desenvolveu o único trabalho em parceria de sua carreira, *História nova do Brasil*. Durante o regime militar, Nelson Werneck Sodré perdeu o direito de ensinar – sua atividade passou a ser exclusivamente o estudo e a produção de novos livros. Um dos trabalhos em que continuou se empenhando foi *História militar do Brasil*, editado pela primeira vez em 1965. A última contribuição, e também sua 58ª obra, foi publicada em 1995: *A farsa*

sobre a nova política adotada no Brasil num momento de intensa crise e desorientação, destaca que o presidente Vargas se portava com vigor e determinação política, qualidades essas inatas à sua maneira de ser. Para Sodré, a grande habilidade de Vargas consistia em sua capacidade de articular muito bem suas qualidades, mantendo sempre “o equilíbrio, a sobriedade, a sagacidade, a clareza, o conhecimento dos homens e a objetividade de visão” necessários para a consolidação do novo projeto político brasileiro (WERNECK SODRÉ, 1941, p. 153-154).

Na mesma edição de junho de 1941, a RCP traz também o artigo do cientista, escritor e jornalista Leão Machado com o título *A revolução prossegue*, no qual descreve o panorama social e político brasileiro e as conquistas do governo durante o decorrer de seus dez anos de caminhada. Ao rememorar a Revolução de 14 de outubro de 1930, Machado nos lembra de uma nação desorganizada e profundamente perturbada por uma tormentosa crise econômica que golpeava a principal fonte de riqueza do nosso país. Estávamos, segundo ele, mergulhados numa nação corrompida pela politicagem, que transformou os vastos territórios da administração pública em aparelhamento de proveito e benefício individual ou de grupos restritos tradicionalmente ligados ao poder (REVISTA CULTURA POLÍTICA. Vol. 01, nº 04, junho de 1941. p. 95). Nesse sentido, o intelectual constrói sua crítica a partir de um discurso que elucidava a destreza do governo em lidar com os vícios herdados das experiências políticas passadas, e mostra-se desconfiado com a democracia na forma como havíamos experienciado. Sendo assim, diz:

Encontrou uma nação que, anestesiada pelo palavreiro empolado da demagogia, [...] uma nação que se afogara em rotina política, cristalizara seu pensamento em fórmulas ocas contrárias à realidade, ou distantes dela, e ancorara pesadamente a sua evolução histórica no porto de uma democracia retórica, que oferecia hipocritamente todas as liberdades possíveis e imagináveis, desde que a liberdade política ilusoriamente criada pelo exercício do voto, estivesse alienada no sindicato detentor do poder. Foi essa a herança terrível que a Revolução Brasileira recebeu em 24 de outubro de 1930. (REVISTA CULTURA POLÍTICA. Vol. 01, nº 04, junho de 1941. p. 95)

Foi durante o Estado Novo que as ideias de Amaral alcançaram notável proeminência. Marcadas com os traços comuns à época, suas ideias mergulhavam no autoritarismo e já flertavam com certa resistência em admitir os princípios corporativistas, mesmo que apenas em nível de organização econômica. Sobre tais

do neoliberalismo. Faleceu em Itu no dia 13 de janeiro de 1999. (Texto retirado do site do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, vinculado à Fundação Getúlio Vargas – FGV).

idéias, é necessário frisar que, apesar de suas falas aproximarem-se em diversos momentos do modelo fascista, sempre o nega com veemência, comparando-o até mesmo com o comunismo. Alinhado com a tradição de sua época, outro ponto forte de suas ideias era a fundamentação no cientificismo, muitas vezes de caráter biologizante, a exemplo da eugenia, presente na obra de diferentes intelectuais como Oliveira Viana, Almir de Andrade e tantos outros. Esse cientificismo da época pode ser visto em *O Estado autoritário e a realidade nacional*, quando compara o entendimento de uma nação a um corpo em equilíbrio e denuncia a enfermidade da sociedade (OLIVEIRA, 1982, p. 50).

A analogia entre a sociedade e o organismo é feita sob a ótica de que a sociedade está enferma, já que não desenvolveu segundo a sua tendência natural. Azevedo Amaral, pensador progressista, em suas metáforas biológicas usa a enfermidade para explicar por que a sociedade não caminhou naturalmente para o progresso. (OLIVEIRA, 1982, p. 51).

O caráter biologizante de sua obra aparece inclusive ao defender a personalidade forte construída pelo presidente Vargas que, por sua vez, não era reconhecida apenas por uma questão de afinidade pessoal por parte do nosso intelectual. Para ele, existia um forte traço psicológico no presidente que o diferencia da grande maioria dos brasileiros, característica essa que o permitiu lograr de *“imunidade contra as influências da sedução, da vaidade e a despreocupação daí resultante das gloriolas do sucesso imediatista e efêmero”*, favorecendo então disciplina e energia suficientes para manter-se forte no combate às mazelas da coisa pública (1938, p. 64).

A negação à proximidade com os regimes totalitários comunistas ou fascistas no discurso de Amaral é justificada pelo fato de acreditar que os dois modelos usavam do poder coercitivo do Estado exercendo dominação e controle das classes, o que, por sua vez, eliminava as liberdades do indivíduo, condição essa indispensável ao Estado autoritário brasileiro e que desbancaria toda e qualquer analogia com os princípios fascistas ou totalitários (1938, p. 83). Fazer qualquer associação do Estado autoritário brasileiro com o fascismo seria, em suas palavras, um persistente erro no qual incorreriam aqueles *“cuja atividade cerebral é mais lenta”* (1938, p. 86).

A defesa da tutela do Estado brasileiro²¹ sobre a população se justifica por dois graves problemas: o primeiro deles ligado ao espírito político elitista comum à época e

²¹ Sobre a intervenção do Estado, diz Deodato de Moraes: “O Estado intervém na orientação e distribuição racional dos valores políticos, econômicos, jurídicos, culturais e sociais para melhor aproveitamento das energias produtoras e construtoras do país e mais perfeito equilíbrio da própria democracia. A democracia no Estado Nacional é, por isso, econômica, cultural e socializadora; nasce e se desenvolve dentro do

o segundo, à ignorância e ao despreparo ou até mesmo à ausência da consciência política da população brasileira (OLIVEIRA, 1982, p. 32-33), questão essa nunca antes levada em consideração pelos governos, que aproveitavam-se desonestamente de tal condição para garantir seus interesses pessoais.

Apesar de apresentar justificativas de caráter cientificista e evolucionista²² para emplacar a necessidade do autoritarismo brasileiro, Amaral acreditava que era necessária a intervenção humana para o progresso e funcionamento das leis naturais, intrínsecas à ciência. A consolidação dessa intervenção humana direcionada a caminho do progresso se dava justamente com a chegada do Estado autoritário, que, por sua vez, trabalharia para acelerar o caráter vagaroso do desenvolvimento evolutivo. Podemos entender a recorrência do argumento evolucionista através do que escreve a historiadora Lilia Moritz Schwarcz em *O Espetáculo das raças* (1993) onde a mesma afirma que:

O Estado aparece definido enquanto "um resultado natural e evolutivo" de todo esse processo, organizando os diferentes elementos que até então conviviam em caos: "O poder soberano é a força que pelo direito equilibra, unifica, disciplina e dirige as forças sociais e o indivíduo. Todas essas propriedades fundamentais do Estado. Soberano é a autoridade suprema necessária a uma ordem social na qual tem que viver a nação, a raça ou o povo" (RFDSP, 1930:9). Dispostos de forma paralela, os conceitos de "nação, raça e povo" parecem sinônimos entre si, submetidos à ação de um Estado que surge acima de todo e qualquer conflito: "Quem tudo exerce é o Estado por seus órgãos e poderes. Resultado final de evolução é a forma pela qual a nação, o povo se organiza e harmoniza" (RFDSP, 1930:9). (p. 181)

Nesse ponto, a participação das elites – portadoras de maior desenvolvimento intelectual e, segundo Lippi, chamadas pelo próprio Amaral de “gênios políticos” – poderia se dar na organização e harmonização da realidade, garantindo o pleno funcionamento do Estado e legitimando também sua autoridade. Ainda segundo a

espírito de participação direta das forças vivas e renovadas sob a orientação e direção forte e firme do Chefe Supremo. A doutrina de centralização coordena todas as atividades nacionais dando-lhe uma unidade reconstrutora, sem destruir a espontaneidade das aspirações e sem desprezar as reservas de vitalidade social. O homem padrão, por assim dizer, da realidade ao Estado, torna-se, desta forma, o indivíduo consciente do seu valor como expoente da liberdade racionalizada que se alimenta do trabalho, da cooperação e do sacrifício de todas as forças criadoras e socializantes. Esse homem forma-se e multiplica-se também à luz dos postulados do Estado Nacional. Ele é o guarda vigilante das tradições históricas e culturais da nacionalidade, a concretização dos ideais de soberania e de paz do povo, o defensor inteligente e entusiasta da nova doutrina democrática e dos novos princípios de humanismo social. Revista Cultura Política, Vol. 01, nº 05, julho de 1941. p. 17.

²² Em *O Espetáculo das raças* (1993) a historiadora Lilia Moritz Schwarcz afirma que: “A recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da faculdade de Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional.” (p. 150)

historiadora, Amaral justificava a importância do empenho e participação das elites, uma vez que “*somente os homens especiais têm a capacidade de compreender o verdadeiro rumo do processo de evolução natural e de agir para alterar-lhe o ritmo, produzindo mutações e revoluções*”, indicando ainda que o atributo das elites é algo natural e de caráter orgânico (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 51-52).

Para Azevedo Amaral, poderíamos entender por Estado autoritário uma política que:

[...] baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano. Assim, enquanto o Estado fascista, igualando-se nesse ponto essencial ao Estado comunista, encara os indivíduos como meras unidades a serem utilizadas na organização estatal, como elementos destituídos de iniciativa e de liberdade, o Estado autoritário do tipo instituído entre nós pela Constituição de 10 de Novembro obriga apenas o cidadão a entregar-se à coletividade no que deve e não pode deixar de pertencer a ela, mas deixa-lhe intacta a órbita em que impera soberana a sua consciência pessoal e na qual se concentram os interesses especiais que só a ele dizem respeito. (1938, p. 89-90)

Em *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil* o historiador Evaldo Vieira define o conceito de Estado autoritário de Azevedo Amaral como:

[...] decorrente das condições naturais da plasmagem das sociedades, não envolve o aniquilamento da personalidade humana acarretado pelo totalitarismo fascista. O Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano. Sendo totalitários, o Estado fascista e o Estado comunista distinguem-se do Estado autoritário instituído pela Constituição de 10 de novembro de 1937. (VIEIRA, 1981, p. 85.)

A compreensão do Estado autoritário para Azevedo Amaral e a justificativa do comprometimento com a realidade e o papel revolucionário do Estado Novo podem ser ainda assimiladas por meio da associação entre os conceitos de governo e autoridade. Para ele, o governo autoritário seria um governo dotado de autoridade (OLIVEIRA, 1982, p. 53) no sentido de possuir o direito de ordenar, decidir e de se fazer decidir.

A autoridade²³ proposta pelo Estado Novo seria a de afastar as políticas liberais da democracia que agora se implantara no Brasil, elementos esses importados na cultura

²³ Para Bobbio: “o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo. Sem um ordenamento rigidamente hierárquico, a sociedade vai fatalmente ao encontro do caos e da desagregação. Toda a filosofia política de Hobbes, por exemplo, pode ser interpretada como uma filosofia autoritária da ordem. Mas é uma teoria autoritária singular e de certo modo anômala, porque toma a iniciativa da igualdade entre os homens e deduz a necessidade da obediência incondicional ao soberano através de um processo rigorosamente racional. Geralmente, as doutrinas autoritárias, ao contrário, pelo menos as modernas, são doutrinas anti-racionalistas e

política estrangeira, com suas propagandas de grande efeito e alcance, que se alastravam pela sociedade brasileira e provocavam um imenso afastamento da nossa realidade, afastamento esse responsável pelo fracasso social e econômico brasileiro. Para Amaral, a proximidade e a dependência entre autoridade e governo seriam dois elementos indissociáveis para a organização e exercício de um governo. Somente através dessa união se alcançaria a eficiência do funcionamento do Estado. Amaral ainda vai além e afirma que “*todos os governos são, em maior ou menor escala, autoritários*”, citando como exemplos, os casos francês e norte-americano (OLIVEIRA, 1982, p. 53).

Excessivas vezes, tanto os historiadores como o próprio Azevedo Amaral, destacam a importante contribuição do sentido da tradição como elemento fundamental na elaboração do Estado autoritário e da autoridade, como já discutido aqui ao falarmos no diálogo entre passado e presente. Porém, Lippi nos elucida que a questão histórica concerne à esfera formadora de seu pensamento autoritário. Com isso, ainda segundo a historiadora, atribui ao Estado autoritário as funções de:

[...] coordenação, o reajuste e a intervenção protetora sobre a sociedade. Sua meta é a realização do bem comum, identificada em Azevedo Amaral com o desenvolvimento industrial. Para o autor, a autoridade deve estar submetida às leis. (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 53).

O trecho supracitado torna-se pertinente para entendermos o sentido de democracia para Amaral. Para ele, o sentido da democracia no Estado autoritário estava atrelado justamente à ampla obediência e ao comprometimento rígido com as leis, garantindo a igualdade, justiça e o bem-estar social – com isso, afastando-o de um modelo essencialmente totalitário. Em seu livro *Estado autoritário e a realidade nacional*, Azevedo Amaral defende que:

No Estado autoritário, porém, não há compressão do indivíduo ou cerceamento das suas iniciativas e atividades, por forma a submeter a coletividade nacional à ação arbitrária do poder público em condições praticamente equivalentes a um regime de escravidão. Tanto no plano espiritual como na esfera econômica, a autoridade do Estado do tipo agora adotado no Brasil faz-se sentir sob a forma de coordenação e reajustamento das atividades dos indivíduos e dos grupos sociais, bem como pela intervenção protetora que visa preencher, pela assistência estatal, as deficiências e lacunas verificadas no tocante a assuntos que normalmente devem permanecer na órbita das responsabilidades individuais. (1938, p. 90)

antiigualitárias. Para elas, o ordenamento desejado pela sociedade não é uma organização hierárquica de funções criadas pela razão humana, mas uma organização de hierarquias naturais, sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou impostas inequivocamente pela sua própria força e energia interna. De costume, a ordem hierárquica a preservar é a do passado; ela se fundamenta na desigualdade natural entre os homens.” BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. p. 95-96.

Sobre a compreensão do indivíduo e a garantia de suas liberdades, Amaral (1938) defende que esses seriam preservados por meio da Constituição, provendo então um equilíbrio entre os interesses, sejam de ordem coletiva ou individual, promovendo primordialmente o bem público.

A atual Constituição define com precisão os pontos que acabamos de assinalar, estabelecendo nas questões atinentes à ordem espiritual e à ordem econômica um equilíbrio entre a função estatal e o papel reservado ao indivíduo nesses assuntos. O critério da intervenção do Estado no regime autoritário é promover primacialmente o bem público, mas sem comprimir ou reduzir as iniciativas e liberdades individuais além do ponto em que elas entrem em conflito com o interesse coletivo. Assim, as garantias asseguradas ao indivíduo em matéria de independência intelectual e de livre expansão das suas tendências culturais são amplas e excluem qualquer receio razoável da autoridade estatal vir a tornar-se um instrumento de compressão do espírito e um obstáculo às manifestações espontâneas de todas as expressões da cultura. (AMARAL, 2002, [1938], p. 90-91).

O pensamento autoritário que dominava o Brasil nos pós-30 era acompanhado por uma série de contradições e associações de conceitos, ideias e ideologias que poderiam ser vistas como contraditórias ou até mesmo paradoxais, como classifica a historiadora Ângela de Castro Gomes. Para ela, a possibilidade da associação entre democracia e autoritarismo no caso brasileiro se desenvolveu de maneira bastante particular, tornando sua união possível, pois o entendimento do conceito de democracia estava associado à dimensão social, e não política, assegurando também o funcionamento da democracia, uma vez que continuaria sendo um governo “justo e protetivo” (GOMES, 2005. p. 107). É de conhecimento universal que, para o pleno funcionamento da democracia, faz-se necessária a participação ativa da coletividade na tomada de decisões, porém, existe no diálogo de Amaral uma certa desconfiança a respeito do exercício da coletividade no que concerne à falta de força das massas quando não acompanhadas do apoio das elites.

A representatividade das massas torna-se enfraquecida pelo fato de ela não emanar o poder e a intelectualidade suficientes que emanam das elites. O receio de Azevedo Amaral em relação aos fatos já citados – como a “enfermidade” brasileira e a “ingenuidade” da massa populacional como sinônimo de despreparo – expunha as falhas do sistema democrático. O ápice dessas falhas traduzia-se na questão representativa da democracia, que, por sua vez, expõe o que o Amaral chamada de “expansão do critério majoritário” (2002, [1938], p. 99), ou seja, o prevalecimento do desejo da coletividade, característica essa perversa, em seu ponto de vista.

A perversidade da democracia nesse sentido acontece pelo fato de Azevedo Amaral acreditar que o desejo da coletividade, ou seja, o desejo das massas é uma expressão inconsciente do discurso construído e veiculado pelas elites dirigentes do país. Para ele, o sistema democrático é alicerçado numa fidelidade hierárquica orientada pelo discurso dos notáveis, da realidade nacional e, lógico, do Estado.

Em uma coletividade nacional o que constitui as forças ativas de cujo dinamismo resultam as manifestações características da vida social, econômica, cultural e política não é a totalidade das massas formadoras da população. Nestas, cumpre discriminar os elementos que intervêm direta e ativamente no jogo do dinamismo coletivo e que, na realidade, têm concentradas na sua órbita de atividade as responsabilidades e as iniciativas vinculadas à propulsão e à orientação da nacionalidade. Ao lado dessas forças sociais, reúnem-se outras que, embora tenham também incontestavelmente um papel a representar, não atuam senão como instrumentos de realização dos objetivos dos grupos dirigentes, cujas tendências, ajustando-se em um sistema coordenado sob o ritmo da ideia nacional, imprimem o verdadeiro sentido da vida coletiva. (AMARAL, 2002, [1938], p. 99-100).

Na ótica do intelectual, o pensamento de equidade trazido pelo conceito de democracia constitui-se como um pensamento de caráter ilusório. Em seu entendimento, a igualdade que promana da democracia foi descaracterizada com o tempo e levada para um caminho confuso, desvinculado de seu significado inicial, o de igualdade de oportunidade. Essa desvinculação afirma ainda mais o caráter perverso defendido por Azevedo Amaral, uma vez que não leva em consideração as diferenças visíveis e invisíveis dos valores humanos, criando uma falsa noção de igualdade real de todos os indivíduos (2002, [1938], p. 100), ideia essa perversa e essencialmente preconceituosa, porém, realista em alguns de seus aspectos.

Podemos entender que a verbalização desse caráter perverso realçado pelos valores democráticos possa estar associada diretamente à questão do sistema representativo, pelo sufrágio universal que acaba por contribuir ainda mais para afirmar a noção de falsa igualdade real de todos os indivíduos e negar também as disparidades evidentes das capacidades e responsabilidades na vida nacional, anulando, assim, a autenticidade do processo democrático (AMARAL, 2002, [1938], p. 100). Outro valor enfraquecido por esse entendimento da democracia é o de liberdade de pensamento e expressão que, nessa lógica, seria desigual para os indivíduos.

Diante das contradições vivenciadas pela experiência democrática brasileira, os intelectuais do pós-30, Azevedo Amaral e companhia, passaram a reconhecer o autoritarismo como um meio revolucionário, construindo uma nova ordem e garantindo a unidade nacional. Para esses intelectuais, o autoritarismo caracterizava-se por uma

experiência revolucionária pelo fato de produzir um processo de mudança e reforma das estruturas políticas, sociais e culturais brasileiras.

A ideia de revolução trazida por eles é baseada no sentido assumido por esse conceito após a Revolução Francesa, ao qual é atribuído o significado de “mudança estrutural, convulsiva e insurrecional” (AMARAL, 2002, [1938], p. 100). Esse sentido de revolução encarnado por Amaral traz consigo, segundo Lippi, a possibilidade de apressar o curso natural, desvencilhando-se dos obstáculos que porventura impedem o desenvolvimento e o progresso. Além disso, vem com mais dois pontos importantes: o primeiro seria a proposta estabelecer ou restabelecer uma hierarquia e, o segundo, uma nova ordem, que, por sua vez, não significaria um projeto igualitarista como a chama (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 55). A autoridade defendida pelos pensadores da época é conceito primordial garantidor da unidade nacional, unidade essa perdida no tempo e na decadência dos valores sociais, culturais e políticos que só conseguiriam ser resgatados por um governo centralizado na figura do estadista.

A autoridade e a centralização do poder no pensamento de Azevedo Amaral não se desligam da afirmação que faz sobre o governo iniciado em 37, onde o intelectual o defende de ser sim um governo de essência democrática, onde o amparo da autoridade e da centralização seriam apenas meios de garantir com maior eficiência o restabelecimento da ordem. Apesar das ambiguidades e contradições desse pensamento, em sua obra *O Estado autoritário e a realidade nacional*, ele não só defende a ausência dessa contradição, como a relação harmoniosa entre os conceitos, uma vez que as próprias condições vivenciadas nas sociedades contemporâneas, caracterizadas por ele como “peculiares”, criam arestas para esses tipos de associações e muitas vezes representam em si o caminho da salvação coletiva (AMARAL, 2002, [1938], p. 102).

O alcance da “salvação coletiva” faz-se tarefa árdua e por isso é atribuído aos notáveis persegui-la. Somente eles, segundo Lippi nas palavras de Amaral, poderiam criar uma consciência equilibrando os interesses de nível individual e o coletivo harmonicamente para que se consolide o tão desejado bem comum. São as elites que possuem as ferramentas essenciais para a compreensão e transmissão dos valores sociais para a esfera das instituições políticas (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 60.). Contribui ainda para consolidar sua ideia de democracia, o compartilhamento da doutrina corporativista bastante “amiga” do nazifascismo – do qual tentava dissociar-se a todo tempo.

Para Amaral, a adoção do corporativismo seria um impulso positivo acelerando e harmonizando os interesses individuais e coletivos em prol do alcance do bem comum (OLIVEIRA, 1982, p. 59). No caso brasileiro, a aproximação com o modelo corporativista viria como um meio profilático para questões como a produção e distribuição de riquezas, valendo salientar que sua adoção não serviria a fins de substituição do modelo representativo. Por último e não menos importante, é pertinente lembramos que os partidos políticos eram vistos como uma ameaça ao pleno funcionamento da democracia, sendo então, desnecessárias suas existências (OLIVEIRA, 1982, p. 60-61).

O corporativismo e o princípio de harmonização seriam, para Azevedo Amaral, as ferramentas que consolidariam o fortalecimento do Estado, baseado no princípio germânico de harmonização dos poderes. Essa proposta criaria celeridade para a estruturação, segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, de um poder executivo forte e personalizado conforme nossas “peculiaridades”, estratégia essa que permite a criação de uma nova democracia, agora autoritária, sendo ela agora como uma política nacional (GOMES, 2005. p. 112).

A corporação, por sua vez, garante não só a força necessária para o Estado nacionalista, mas também para a coletividade e para a máquina governamental, orientando as forças vivas nacionais em suas mais legítimas aspirações. Para essa geração de intelectuais, podemos entender o corporativismo como uma *“fórmula evoluída do capitalismo”*, sendo considerado *“um meio termo ideal da descentralização econômica e financeira”*, impedindo em territórios brasileiros o desenvolvimento dos grandes males da época: o liberalismo e o comunismo. *“A corporação, por sua vez, não suprime nem oprime a liberdade individual: limita-a, para melhor defendê-la, assegurando-a contra o arbítrio das organizações fundadas no interesse de grupos constituídos à sombra da anarquia geral sobre a base do interesse privado”*, essa visão expressada pelo intelectual Deodato de Moraes²⁴ pode ser entendida como máxima entre os intelectuais de sua geração. Por meio de sua escrita, podemos compreender a corporação como uma ferramenta de combate da democracia formal, liberal ou

²⁴ Deodato de Moraes foi professor de pedagogia e psicologia experimental na Escola Normal de São Paulo; diplomado em pedagogia científica pelo curso do Prof. Ugo Pizzoli da Universidade de Modena (Itália); em psicotécnica pelo do Prof. Feisard da Sorbone de Paris; sócio fundador da Associação Brasileira de Educação e da Sociedade Brasileira de Psicanálise; tendo publicados, entre outros trabalhos: “Rumos no campo; a Escola Social” (1919), “O melhor meio de divulgar o ensino primário no Brasil” (1922, em colaboração com J. Buchier), “Vida higiênica” (1925), “A Psicanálise na Educação” (1927). Ocupou o cargo de Técnico de Educação e chefe do 10º Distrito Educacional da Prefeitura do Distrito Federal. (Revista Cultura Política, Vol. 01, nº 05, julho de 1941, p. 15)

individualista, responsável pelo favorecimento e ascensão de pequenos grupos tradicionais brasileiros em postos políticos, pondo fim ao “*regime dos malabaristas das palavras vazias e das ideias alienígenas inadaptáveis*”. A corporação, para esses intelectuais, representa a abertura de caminhos para a experiência democrática autêntica, chamada por Moraes de “democracia substantiva”, assegurando, então, à vontade e soberania do povo (MORAIS, 1941, p. 18-20).

2.4 – Almir de Andrade e a Democracia de Hoje.

A defesa do Estado autoritário e corporativista como única via de progresso e desenvolvimento brasileiro também é justificada pelo intelectual brasileiro Almir Bonfim de Andrade²⁵, mais conhecido por Almir de Andrade, que, assim como Azevedo Amaral, tornou-se referência durante a década de 1930 e principalmente durante o período do Estado Novo, ocupando postos importantes e influenciadores do pensamento intelectual, a exemplo do período em que dirigiu a Revista Cultura Política (1941-1945), lugar de sociabilidade esse aproveitado para mostrar a admiração que nutria não só pelo modelo varguista, mas também por Getúlio, do qual se tornou, com os anos, homem de confiança, ocupando diferentes postos ao longo de seu governo.

²⁵ “Almir Bonfim de Andrade nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 5 de novembro de 1911, filho do capitão de mar e guerra Francisco Bonfim de Andrade e de Maria Amália Campos da Paz Bonfim de Andrade. Em 1927, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1928, ainda estudante, começou a colaborar com artigos assinados no Jornal do Brasil, então dirigido por Aníbal Freire (essa colaboração duraria, embora com muitas interrupções, até fins de 1937). Ainda durante o curso universitário colaborou em duas revistas acadêmicas, A Época e a Revista de Estudos Jurídicos. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em setembro de 1931 e, por essa época, tornou-se colaborador do jornal A Razão, de São Paulo, dirigido por Plínio Salgado, futuro chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932. Em 1937, foi professor de psicologia e lógica no curso complementar da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1938 foi contratado para reger a mesma cadeira no Colégio Universitário da Universidade do Brasil, fundada em 1937. Instalada em meados de 1939 a Faculdade Nacional de Filosofia, foi indicado para reger, no currículo de filosofia, a primeira cadeira de psicologia de nível universitário criada no Brasil. Em março de 1941, assumiu a cátedra de direito constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde lecionaria durante três anos. Considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo (1937-1945), ao lado de Francisco Campos, intelectual e político que ocupou a pasta da Justiça de 1937 a 1942, e de Antônio José Azevedo do Amaral, também em março de 1941, a convite de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, da qual foi diretor até outubro de 1945. Revista oficial do regime, publicada pelo DIP, Cultura Política teve como propósito definir e esclarecer os rumos das transformações ocorridas no Brasil durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e congregou em seu quadro de colaboradores a elite intelectual do país, inclusive figuras não comprometidas com o regime, como Graciliano Ramos, Gilberto Freire e Nelson Werneck Sodré. Através de artigos assinados e editoriais, Almir de Andrade buscou interpretar o Estado Novo, com base em um projeto ideológico eminentemente cultural.” (Texto retirado de: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/almir-bonfim-de-andrade> em 10 de setembro de 2019)

A proximidade entre os discursos e obras de Azevedo Amaral e Almir de Andrade são tão visíveis que acabaram por assegurar status de “pilares da ideologia do Estado Nacional” (CHACON, 1982, p. 32) durante a década de 1930 e meados de 1940. Suas produções permitiram uma vasta capacidade de interpretações por parte do novo Estado que se formava, exercendo então significativa influência na construção da imagem política de Vargas e de seu governo. Essa posição alcançada por esses intelectuais era algo bastante valorizado e prestigiado pelo meio intelectual da época, sendo considerada uma grande virtude. Nesse sentido, a historiadora Lúcia Lippi Oliveira descreve que:

Esta multiplicidade de intérpretes e interpretações fundamenta a visão de que, efetivamente, o Estado Novo não produziu uma doutrina oficial única. Seus postulados não se pautaram em cânones doutrinários rígidos e comportaram sempre enfoques distintos dentro do que se pode chamar uma matriz autoritária comum. (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 32.).

Em seu artigo na RCP de agosto de 1941, *Democracia social e econômica*, Almir de Andrade ressalta importância do papel desempenhado pelos intelectuais (pensadores políticos) que se comprometeram para com a renovação real do Estado brasileiro ao afirmar que:

Os pensadores políticos capazes de se importarem hoje à mentalidade dos povos e de edificarem a filosofia social de amanhã não são mais os que andam a catar idéias e a desenvolver raciocínios nos gabinetes: são os que se identificam com a vida, os que fazem do seu pensamento ação, os que constroem os seus sistemas como o operário que levanta um monumento arquitetônico – pedra por pedra, pavimento por pavimento, - e onde cada pá de cimento representa um ensinamento da experiência vivida, onde cada decoração interna exprime uma idéia alimentada pela evidencia de fatos reais. (Vol. 01, nº 06, agosto de 1941, p. 163).

Para Almir de Andrade, o Estado autoritário garantiria para a população a marcha ascendente para a civilização, onde os principais direitos do homem – como ordem, paz, bem-estar e felicidade – seriam efetivamente cumpridos. O Estado atuaria diminuindo as disparidades e o predomínio das pretensões egoístas daqueles que estavam no poder, assim como acontecia durante a Primeira República, a qual critica abertamente e define como um período em que as forças políticas somente atendiam aos seus interesses particulares, criando um sistema injusto em sua essência. Logo, caberia ao Estado, por meio de sua autoridade, corrigir os erros e preservar as condições de igualdade e desenvolvimento (OLIVEIRA, 1982, p. 38-39). Para ele, a “força é o único meio de realizar eficientemente qualquer ideal de ordem, de trabalho, de distribuição de riqueza e de felicidade humana” (ANDRADE, 1940 In. OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 39).

Defensor da democracia autêntica²⁶, vale ressaltar, Almir de Andrade rejeita a política liberal acusando-a de manter somente uma aparência democrática, estando descomprometida com o papel do Estado (provedor da coletividade e do bem-estar social), a importância do indivíduo, de suas necessidades e do direito, desvirtuando a essência verdadeira.

Essas doutrinas e sistemas surgiram, em sua grande maioria, de uma precipitação de generalizar antes de experimentar. O pensamento humano, em todas as épocas, procurou sempre adiantar-se à experiência, estabelecer princípios a priori, antes de colher dados concretos e decisivos capazes de indicar a realidade desses princípios. A vida social ia criando necessidades, que os homens sentiram sem poder definir claramente, mas que os “pensadores” se precipitaram em querer explicar, mediante teorias e sistemas arquitetados no interior dos gabinetes. (ANDRADE, REVISTA CULTURA POLÍTICA, VOL.01, Nº 06, AGOSTO DE 1941, p. 160).

O Estado, para Almir de Andrade, deveria existir em “benefício do homem” (OLIVEIRA, 1982, p.39), salientando que: “Todo regime que esquece do indivíduo é um regime de opressão” (ANDRADE, 1940 In. OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 39). O conceito de democracia, para Almir de Andrade, parte da ideia de desenvolvimento da cultura humana que, por sua vez, teria suas origens no direito romano. Assim como para Amaral, Almir de Andrade acredita que cultura e política são elementos indissociáveis para a experiência política e elevação da consciência intelectual de todos os indivíduos, compreendendo que *“a cultura não mais poderá ser edificada de cima para baixo, da teoria para a prática, do pensamento para ação, como tem sido até aqui. Ela começa hoje a ser construída como tudo o que a natureza faz brotar sobre a terra: de baixo para cima, da prática para a doutrina. da ação para a ideia”* (1941, p. 161). Para ele, a evolução do direito colocaria, nas palavras de Lippi Oliveira, *“a lei do lugar do arbítrio, corresponde a este processo de crescente respeito*

²⁶ Para que possamos entender a ideia de “Democracia autêntica” para Almir de Andrade recorreremos a definição de democracia moderna proposta por Bobbio, segundo ele: “essa teoria nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república. O problema da Democracia, das suas características, de sua importância ou desimportância é, como se vê, antigo. Tão antigo quanto a reflexão sobre as coisas da política, tendo sido reproposto e reformulado em todas as épocas. De tal maneira isto é verdade, que um exame do debate contemporâneo em torno do conceito e do valor da Democracia não pode prescindir de uma referência, ainda que rápida, à tradição.” (BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. p. 319-320.) Dessa definição dada por Bobbio, vamos extrair a sua última ideia a respeito do problema da Democracia, que é a sua reformulação em todas as épocas. Para Almir de Andrade a Democracia Autêntica seria aquela contrária a proposta pelos liberais, vindo a se consolidar por meio de um Estado autoritário e corporativista que acompanhasse a evolução da cultura do homem e valorizasse a realidade nacional.

ao indivíduo”, fazendo com que o indivíduo pudesse ser verdadeiramente compreendido em sua realidade social e cultural.

A nova realidade proposta pela revolução brasileira na visão de Andrade trouxe para o povo a revelação das *“verdadeiras aspirações e de suas lutas por detrás de idealismos ou de falsos princípios”* (1941, p. 162), uma clara menção ao combate das ideias liberais. A nova realidade brasileira permitiu ao povo pensar e expor suas próprias aspirações baseadas em suas experiências sociais e necessidades. Os chefes de Estado, a partir de agora, não mais concentram o poder em suas mãos de forma intransigente como outrora, mantendo assim o poder desses chefes alinhados e coerentes com a realidade social e com o coletivo. Dentro desse contexto de modificações, a discussão sobre a coletividade promoveu uma maior integração entre a sociedade brasileira, trazendo, inclusive, as camadas mais populares como parte do processo de revolução e melhoria de nossa sociedade. Momento esse onde, *“o espírito popular abandona o plano inferior de enquistamento em que sempre se manteve, para erguer-se até o plano intelectual das elites e fecundá-las com a enorme experiência das lutas e sofrimentos humanos que constituem o seu indiscutível patrimônio de conquistas”* (ANDRADE, 1941, p. 162-163).

A prosperidade da sociedade e do Estado, para Almir de Andrade, é comparada a dois termos ou características que, em suas particularidades, mostram as ideias e influências da cultura de sua época. O primeiro deles é o “caráter biologizante”, marca central das obras intelectuais de tal período. Almir de Andrade, assim como, Azevedo Amaral e quase todos os outros intelectuais de sua geração percebem o funcionamento social como um organismo vivo. Já o segundo é mais particular dele, que entende o combate aos vícios da experiência da falsa democracia liberal e a evolução humana como uma “guerra”. Sobre esse entendimento intelectual, reconhece seus prós e contras, a exemplo da geração de desigualdades, mas pondera que atuam derrubando “inesperadamente fortalezas” (1941, p. 164) que parasitaram o Estado brasileiro por tanto tempo. Livrar-se desses parasitas significaria, para ele, vencer a guerra – seria transformação, a grande melhoria, ou pelo menos, o grande passo para realizá-las.

Posto isto, podemos entender que a ideia de democracia pensada por Almir de Andrade pode ser compreendida a partir de dois pontos cruciais. O primeiro deles é o fato de que a democracia seria legitimada pelos valores da cultura nacional e, o segundo, a partir da garantia das leis (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. p. 39.). Para a historiadora, o modo pelo qual Almir de Andrade expressa a legitimidade da

democracia é de tom bastante conservador, no sentido de que estaria fundado “no reino de consenso de valores”.

A democracia estaria expressa no governo submetido às leis, que oferecessem a possibilidade de desenvolvimento da personalidade humana. Assim envolveria ‘um movimento de humanização do Estado’, o ‘reconhecimento da personalidade humana como portadora de qualidades que devem ser amparadas e cultivadas pelo Estado’, e o culto da liberdade dentro dos limites do todo social.” (FCL, pp. 189-190) A liberdade, como condição para a expansão da personalidade humana, ‘tem um sentido maior que as conquistas do indivíduo’. Essa concepção de liberdade, ‘uma liberdade que nasce da luta, do trabalho e do sacrifício’, que ‘não é uma dádiva do céu, mas um fruto do trabalho, que não é uma forma de comodismo, mas um meio de realizar o bem comum’ (FCL, pp. 202-3) seria o fundamento da nova democracia. (OLIVEIRA, 1982, p.40).

Para Almir de Andrade, deveria haver uma delimitação entre o espaço público e o privado para garantir a livre expansão e desenvolvimento do indivíduo, sendo o Estado obrigado a garantir essa delimitação. Os princípios para tal delimitação iriam até onde fosse necessário para o alcance do bem comum. Por meio deste, a democracia funcionaria como um “princípio de equilíbrio, de equidade, de justiça e seria o alvo para o qual se dirigia toda a civilização” (OLIVEIRA, 1982, p.40).

De acordo com Almir de Andrade, apesar da centralização do poder nas mãos do chefe de Estado e da condução autoritária tomada pelo governo a partir de 1930, o Brasil nunca deixou de ser uma democracia. A democracia brasileira apenas foi substituída de um modelo político para constituir-se uma democracia econômica alinhada justamente ao plano de valorização da cultura nacional, no qual “*o poder emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas*” (1941, p. 169). A centralização e a autoridade do governo tornam-se questões fundamentais na luta contra os privilégios institucionalizados na nação brasileira. A democracia agora organizava-se numa base social e econômica, assegurando de forma real e eficaz a todos os homens a igualdade de oportunidade, coisa que a política liberal em sua visão nunca iria conseguir, pois não dialogava com a realidade das condições de trabalho e as lutas do povo pela sua sobrevivência. a compreendendo apenas como uma formalidade política (ANDRADE, 1941, p. 169), reduzindo-a então a “*uma democracia idealizada; uma democracia de doutrina e de sistema, sem eficiência e sem potencial de realização. E talvez ainda mais do que isso: uma democracia deturpada, desviada dos seus verdadeiros fins, pela hipocrisia das ficções eleitorais e das inúteis controvérsias parlamentares*” (1914, p. 169).

Havia, sem dúvidas, um alinhamento entre os discursos produzidos pelos intelectuais de 1930, fortemente ligados a valores como o nacionalismo e a democracia, que, por sua vez, teriam como ponto principal de unidade o povo, o social através da cultura e o progresso econômico, os quais seriam alcançados por meio de um forte incentivo à industrialização. Sobre a industrialização, destaca Celso Furtado que, mais do que ninguém, Azevedo Amaral foi pioneiro em trazê-la para o centro da discussão teórico-ideológica (FURTADO, 2003, p. 38), discussão essa, que, com o tempo, trajou-se essencial para quase todos os intelectuais de sua geração, inclusive o próprio Almir de Andrade, que, em sua ideia de democracia econômica, realça os valores do trabalho e a prosperidade nacional ligada à modernização do setor industrial brasileiro.

No que concerne à edificação de um Brasil moderno, constituía-se comum a todos esses intelectuais uma intensa preocupação com as tradições passadas e como elas poderiam ser utilizadas para afirmar o chamado “espírito brasileiro”, sem que fossem, ao mesmo tempo, assombradas ou influenciadas pelo passado liberal, mas deixando clara a memória de um modelo a não ser seguido. Durante esse processo de construção do futuro nacional, os intelectuais deixam claro que seriam de natureza desigual os meios ou caminhos pelos quais seria alcançada a formação do “espírito brasileiro” e do progresso. Contudo, a manutenção do viés autoritário e conservador continuaria como unidade primordial para a consolidação da ascensão nacional.

Posto isto, é relevante lembrarmos que:

A ideologia política do Estado Novo teve vários e diferentes porta-vozes. Os intelectuais se destacaram neste trabalho de interpretar o regime e se transformaram em doutrinadores da nova ordem. Tal construção ideológica não se pautou por cânones doutrinários rígidos; houve uma divisão de trabalho intelectual, cabendo a cada um deles uma área de especialização. (OLIVEIRA, 1982, p. 48).

Em 1941, ao escrever sobre o futuro da democracia brasileira, cerca de 11 anos após a revolução de 1930, Almir de Andrade classifica como difícil fazer essa descrição antecipadamente, porém afirma que esse panorama será melhor do que o atual (p. 174). Para ele, a democracia brasileira caminharia em uma direção de valores “*mais compreensiva, mais equitativa e justa. Mais útil à vida do homem, à organização de seus meios de trabalho e subsistência, ao equilíbrio da sua vida em comum*”, concluindo ainda que “*a evolução de todas as coisas caminhou sempre para o melhor*” (1941, p. 174). O constante progresso e a caminhada para o melhor estão ligadas ao sucesso que o chefe de Estado brasileiro possui em articular muitos bem os interesses

do povo, respeitando os sentidos de realismo social e político, pontos cruciais para Andrade (1941, p. 174).

A articulação desses sentidos destacados por Andrade é essencial para o avanço da democracia no Brasil, cabendo ao chefe de Estado o dever de articulá-los e alinhá-los aos interesses públicos e aos anseios da população em sua coletividade. Dito isso, nosso intelectual nos lembra que “governar é também aprender” (1941, p. 175), destacando então que a evolução não implicava somente no nível da política, mas também do indivíduo político, destacando então, a primazia da figura de Vargas como um chefe de Estado à frente de seu tempo, preparado, inteligente e habilidoso, passando confiança, força e solidez necessárias para a coordenação e direção do Estado.

Ainda em seu texto de 1941 para a RCP, é possível realizar uma aproximação com Koselleck na forma com a qual Almir de Andrade lida com as experiências passadas, presentes e a relação com o futuro ao descrever a democracia brasileira. Para Koselleck (2006), a forma com a qual as sociedades lidam com as reminiscências históricas, os conceitos e suas experiências pode entrecruzar o passado e o futuro. Para Almir de Andrade, a experiência democrática brasileira, bem como os erros e acertos dos regimes e de seus chefes de Estado ocorridos no passado representam em suas palavras “*um índice seguro da experiência futura*” (1941, p. 175), uma vez que, ao olhar para o passado político brasileiro, teríamos eliminado seguramente as mazelas que assombravam os interesses coletivos de nossa nação, a exemplo da ideologia liberal já compreendida como algo desalinhado e injustável a nossa organização social, e, assim, garantido uma orientação cada vez mais adequada às nossas necessidades.

E se a experiência passada é sempre um índice seguro da experiência futura, é de se esperar que, sob a mesma direção, a democracia brasileira continue progredindo em nosso benefício, dando os passos renovadores que as oportunidades forem indicando e orientando-se no sentido de ajustar cada vez mais a nossa organização social às nossas necessidades e aspirações populares e às grandes diretrizes da evolução social do mundo. (ANDRADE, 1941, p. 175)

Em janeiro de 1943, ao abrir o terceiro volume da Revista Cultura Política com o artigo “*As diretrizes da nova política do Brasil*”, Almir de Andrade já inicia retomando um discurso muito próximo ao que defendeu em 1941 na mesma revista, defendendo que as transformações sociais e as situações políticas são superiores ao arbítrio humano. Nascendo da própria vida, estando acima dos homens de Estado, essas transformações estariam ligadas às necessidades de uma época, de uma cultura e até mesmo ao grau de desenvolvimento do povo. Para ele, cabe ao Estado e aos seus chefes, o trabalho de

interpretar, orientar e buscar as soluções mais justas a fim de dar continuidade ao progresso nacional (1943, p. 7).

Para Almir de Andrade, a centralização do governo e a busca pela autoridade de um líder, um chefe de Estado, é um condição essencial formadora não somente da cultura política brasileira, mas da nossa cultura em si. Na opinião dele, é natural que as sociedades em geral busquem na figura de um determinado indivíduo as condições necessárias para guiá-las, nela depositando a responsabilidade de sentir e interpretar as aspirações populares, coletivas e direcioná-las para o caminho certo, seja pela voz do sentimento ou da razão (1943, p. 8). Sendo assim, diz:

É da essência da todas as grandes evoluções da cultura que elas se cristalizem antes no espírito de um líder e sejam por este planejadas, sugeridas, conduzidas. A natureza humana não age às cegas, em suas criações. Há sempre uma ou várias inteligências individuais que a contemplam, que do alto lhe percebem os contornos, que a definem em suas necessidades e em seus rumos, que a orientam para este ou aquele objetivo. A missão não insubstituível desses intérpretes da consciência coletiva é ser como todos sentem, é pensar o que todos pensam, é lutar pelo que todos aspiram. Nessa identificação profunda com a alma popular é que reside toda a sua força e toda a fecundidade de suas ações. (1943, p. 8)

Assim como Azevedo Amaral, Almir de Andrade não escondia sua admiração pela figura do presidente Vargas. Para ele, Vargas *“representa um esforço de definição e de orientação dos ideais brasileiros”* (1943, p. 9). Junto a ele, sua obra política acabou coincidindo com todas as outras renovações que o Brasil necessitava, como as letras, as artes e os estudos sociais, dando margem para que pudéssemos afirmar que essas renovações só foram possíveis por conta de suas qualidades. Para Andrade, nunca na história política desse país houve um momento de tanta reconstrução e integração de nossa realidade como a partir de 1930: *“A inquietação brasileira procura firmar posição em todos os setores de atividade, interpretar as suas próprias aspirações, buscar formas artísticas, formas literárias e formas sociais capazes de satisfazê-la”* (1943, p. 8-9).

Para Almir de Andrade (1943, p. 9), a ascensão de Getúlio Vargas ao poder representa justamente o reconhecimento da sociedade brasileira da necessidade de um chefe de Estado centralizador e autoritário que marcou a nova fase da vida e do desenvolvimento brasileiro. Diferentemente do que muitos outros chefes de Estado fizeram ao redor do mundo, Vargas não procurou estabelecer no Brasil um sistema político importado de outro país, nem muito menos ele, como indivíduo, se adaptou a qualquer modelo. Muito pelo contrário. Segundo Almir de Andrade, Vargas procurou

enquanto chefe de Estado moldar-se ao caráter brasileiro, sua cultura e suas tendências e, a partir daí, traçar seu plano de governo favorecendo as aspirações coletivas. Podemos concluir que, dessa ideia, nascia o conceito de democracia autoritária que irá ser discutido mais à frente neste trabalho.

Apesar de o caráter autoritário, a partir de 1930, tornar-se cada vez mais presente, para Almir de Andrade (1943, p. 12-13), havia no chefe de Estado brasileiro uma intensa preocupação, ou dilema como chama, no que diz a respeito ao restabelecimento da ordem: fazê-la pela força ou pela justiça? Para nosso intelectual esse era justamente o dilema do cenário político mundial no pós-guerra. Instalava-se, então, a ditadura de uma classe ou a ditadura de um homem? A violência como método de realizações políticas e a força como justificativa do Estado? A posição do Brasil diante dessas difíceis escolhas foi realizada de forma bastante particular a nossa realidade, tendo nosso chefe de Estado afastado-se tanto da política liberal para a qual caminhavam outros países da América, como também do modelo norte-americano que se baseava no fortalecimento do Poder Executivo condicionado ao modelo liberal. Com isso, afirma, não era essa a inspiração e o posicionamento pelos quais ansiava a população brasileira de seu chefe, que logo entende uma tendência bastante particular de nossa nação e não vê outra alternativa a não ser o autoritarismo, que, por sua vez, apesar de se contrapor à utilização da força, enxerga a autoridade *“como um instrumento de realização do bem comum, o serviço prestado à sociedade”*.

Esse critério tem raízes muito mais profundas no nosso caráter nacional; ele simboliza uma atitude política fundamentalmente brasileira. Em todas as épocas de sua história, onde quer que se contrapusessem a justiça e a força, o Brasil se pronunciou sempre pela força da justiça contra a força da violência. O nosso espírito jamais compreendeu a autoridade senão com um instrumento de realização da justiça. E justiça pressupõe sempre igualdade e equanimidade de ação. A justiça, hoje, como há dois mil anos, continua sendo aquela mesma aspiração constante e perene, tão bem definida pelos juristas romanos, aquela vontade firme e inquebrável de dar a cada um o que é seu. (ANDRADE, 1941, p. 12-13)

A tendência autoritária na qual se projeta a nação brasileira a partir de 1930 faz com que Almir de Andrade pense nos vários sentidos que a democracia pode assumir, inclusive a possibilidade de sua união com a autoridade. Para sustentar essa ideia, nosso intelectual rememora em seu artigo um discurso feito pelo presidente Vargas alguns meses antes do exemplar de janeiro de 1943 da RCP. Lá, Andrade traz, a partir das palavras de Vargas, a afirmação de que a palavra democracia pode carregar consigo vários significados, mas que aqui, no Brasil regido pelo novo governo, ela poderia ser

entendida como a verdadeira democracia. Podemos compreender a verdadeira democracia como uma *“forma de governar em benefício do povo como um todo, fundamentando a autoridade nas leis e a segurança no trabalho”* (1943, p. 13). Mais à frente, Andrade diz:

Sob a bandeira da democracia, ou sob qualquer outra bandeira, toda a inquietação humana se tem congregado em torno de uma só aspiração, a busca de fórmulas mais justas de delimitação e satisfação dos interesses comuns. Maior justiça significa mais equidade, maior preocupação com o bem comum, maior limitação do egoísmo e do arbítrio individual, mais firme e inabalável decisão de dar a cada um o que é seu, sem o prejuízo de ninguém. (1943, p. 13)

Carregada de vários significados, a democracia brasileira, segundo Almir de Andrade (1943), estabeleceu importantes relações com questões que ainda não haviam sido discutidas ou até mesmo já haviam, porém, não com a clareza ou dedicação necessárias. Então, em seu artigo, lista e argumenta algumas delas, como a democracia e a justiça social, o repúdio ao arbítrio e à violência, a democracia e o problema da liberdade, o abandono do liberalismo e a possibilidade de uma democracia não liberal. Ao analisar o discurso construído por Almir de Andrade acerca da democracia brasileira, chama bastante atenção sua recorrente preocupação com a questão da justiça social. Ao escrever seu artigo, o intelectual dedica um espaço específico para tratar tal inquietação. Nele, deixa claro que, de todos os valores ou ideais empreendidos pela democracia, a justiça social é *“o que há de mais eterno”* (1943, p. 13), superando, inclusive, o problema da liberdade, questão essa *“exagerada pelos filósofos do liberalismo”* (1943, p. 13), que, muitas vezes de maneira arbitrária, invertiam a lógica.

Apesar de autoritária, a política empreendida a partir de 1930 repudiava com veemência o arbítrio e a violência, lembrando que historicamente o Brasil sempre optou pela justiça, prova de nossa modernização política perante o mundo. Para Almir de Andrade, somente a justiça social consegue transmitir e consolidar os valores conquistados para as gerações futuras de forma duradoura. As conquistas por meio da violência e do arbítrio serviam apenas para satisfazer as ambições efêmeras de uma pequena parte do povo, de uma geração ou até mesmo de um único indivíduo, desconsiderando qualquer ideal de coletividade e bem comum (1943, p. 14).

Outra consequência importante que os governos a partir de 1930 deveriam aprender a lidar, caso quisessem dar continuidade ao plano de desenvolvimento, era o problema da liberdade. Ao lidar com o tema, Andrade utiliza uma comparação bastante peculiar entre a questão da liberdade e o problema da democracia na Grécia Antiga e o

da prática liberal já nos tempos modernos. De acordo com o intelectual, a ideia de que a base de sustentação da democracia é a liberdade nasceu na Grécia Antiga, seria a ideia do “governo do povo pelo povo”. Tal pensamento não deixava espaço algum para a verdadeira discussão: a justiça social. A democracia da antiguidade era tal como o liberalismo experienciado no mundo moderno subtraía os direitos do povo, criando uma falsa ideia democrática onde apenas uma classe determinada era beneficiada. Na Grécia Antiga, a sociedade livre exercia seu direito de superioridade sobre os escravos e, na modernidade, a democracia assegurava os direitos e privilégios hereditários dos mais ricos, como marcos nas lutas do século XVIII. Para Andrade, a liberdade torna-se questão central da democracia nesses dois momentos da História, uma vez que ainda não constituía-se uma como uma realidade para esses povos que sofriam constantemente com a subtração de seus direitos. Somente no Brasil de 1930 que a liberdade tornou-se de fato uma realidade para nós. Apesar de ter sido conquistada e garantida através da trágica experiência liberal, agora a liberdade era uma realidade devidamente assegurada, permitindo então, um novo direcionamento das discussões e das necessidades políticas do homem moderno brasileiro (1943, p. 15-16), sendo assim, diz:

Por outras palavras: para o cidadão do Estado moderno, o problema fundamental é o de obter justiça melhor e mais perfeita do que a que lhe tem sido ministrada, e não o de conquistar uma liberdade, que já lhe foi concedida de graça pela lei, inspirada na doutrina liberal. O que equivale a dizer que o problema da liberdade passa naturalmente para segundo plano, cedendo a primazia ao problema da justiça. (1943, p. 16)

A concretização do problema da liberdade e da justiça social no caso brasileiro permitiu que o governo pudesse pensar na possibilidade de uma democracia não liberal, e que não estivesse associada a regimes de força e violência como nos Estados totalitários. Essa separação já era possível no pensamento político contemporâneo mundial, segundo nosso intelectual, sendo posta em prática pelo presidente Getúlio Vargas, adotando uma atitude política firme e decidida (ANDRADE, 1943, p. 17-18). Posto isso, escreve:

As diretrizes fundamentais que ele estabeleceu, nós não podemos abandonar jamais, quaisquer que sejam as transformações vindouras: porque essas diretrizes consagram, por duas vezes, o critério da justiça, quer quando se opõem aos métodos da força e da violência, quer quando colocam na justiça social o centro de gravidade da vida política e o problema essencial da democracia. (1943, p. 18)

O caráter autoritário brasileiro que incorporou-se durante o início da década de 1930 releva seu sentido mais amplo e sólido com o novo golpe, ou pela instituição do

Estado Nacional de novembro de 1937, como prefere descrever Almir de Andrade sobre o presidente Getúlio Vargas. A chegada do Estado Novo foi decerto sustentada por dois pilares que sustentavam a tônica política daquela década. O primeiro deles é a expansão da ideologia comunista mundo afora e sua possível ingressão no Brasil, esfacelando, com sua ideologia “subversiva”, os princípios nacionais e toda a aparelhagem democrática construída. Por essa razão, Almir de Andrade defende que: *“Mil novecentos e trinta e sete representaria a volta às origens, à tradição da política brasileira, baseada no equilíbrio entre a tolerância e força, tão típica do brasileiro. Tolerância sem fraqueza e força sem arbítrio, exatamente os traços que representariam o espírito do ‘homem cordial’”* (OLIVEIRA, 1982, p.43).

O segundo pilar chama bastante atenção pelo fato de o intelectual alinhado ao momento histórico mundial comparar o advento do Estado Novo aos mesmos motivos que levaram à guerra europeia que já entrava em seu quarto ano. Ao escrever para RCP em dezembro de 1943, Almir de Andrade (p. 9) afirma que essa guerra em que se empenha o mundo é uma guerra que se destina à manutenção dos princípios universais, uma defesa da ordem, da integridade e do respeito ao compromisso que as nações assumem perante a sociedade, repudiando de tal forma o arbítrio e a violência, compreendendo-a como uma luta pela independência, um reconhecimento da realidade presente pelas contingências, o que, por sua vez, reforça ainda mais a defesa do direito e da justiça social, elemento substancial da democracia. Podemos então compreender a democracia como uma luta *“pela equidade e pela justiça social, pela defesa do bem comum, pela igualdade de direitos e de oportunidade para todos os homens, pela adaptação dos critérios de governo às aspirações e às necessidades populares”* (Dezembro de 1943, p. 10).

Capítulo 3 - Democracia, centralização e corporativismo: um projeto de Estado.

“A renovação democrática do conjunto da vida brasileira é o único caminho para erradicar totalmente os vícios autoritários e elitistas que sempre caracterizaram e continuam a caracterizar nossa sociedade.” (COUTINHO, 1980, p. 30)

Introdução ao capítulo.

No presente capítulo, trabalharemos a partir da perspectiva de que a incorporação do caráter autoritário e centralizador do Estado brasileiro a partir de 1930 trouxe consigo outras importantes ideias que acabaram sendo apropriadas pelos intelectuais brasileiros, a exemplo do modelo corporativista²⁷ amplamente difundido como meio de administração eficiente e de garantia do pleno funcionamento do Estado, atuando então com imparcialidade política e afastado dos interesses pessoais que tanto atacavam a democracia em nosso território. Analisaremos aqui a que se deve essa relação complexa de ideias, visto que, apesar das aproximações, havia um esforço considerável desses intelectuais em não vincular sua imagem a tais modelos, já tidos como uma experiência negativa e falida.

A escolha dos personagens que protagonizam este terceiro e último capítulo, fechando nossa dissertação, justifica-se pela aproximação de suas ideias, apesar das possíveis divergências pessoais. Em um primeiro momento, analisaremos Oliveira Viana (1883-1951), em duas de suas obras: *Instituições políticas brasileiras* (1949), que reflete seu pensamento já em um período posterior à década de 1930, e *Populações meridionais do Brasil* (1920), tida como a maior obra de sua carreira, ao refletir e

²⁷ “O corporativismo é uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político. O modelo corporativo se apresenta, pois, como fórmula contraposta ao modelo sindical, que seria o gestor do conflito subjacente à sociedade industrializada ou em vias de desenvolvimento e o transformaria, de quando em quando, em uma eventual relação de força entre trabalho e lucro. O modelo corporativo, pelo contrário, impediria justamente a formação de elementos de conflito, articulando as organizações de categoria em associações entre classes e prefixando normas obrigatórias de conciliação para os dissídios coletivos do trabalho. O modelo corporativo defende a colaboração entre as classes no âmbito das categorias. Sua interpretação da dialética social é otimista, ao passo que as premissas em que se baseia o modelo sindical são conflitantes e pessimistas. No plano político, o modelo corporativo se apresenta como alternativa do modelo representativo democrático. Preconiza a realização de uma democracia orgânica, onde o indivíduo não terá valor como entidade numérica, mas como portador de interesses precisos e identificáveis.” BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. p. 287-288.

discutir com intensa profundidade os problemas sociais brasileiros da colônia ao século XIX.

Em um segundo momento, trabalharemos o conceito de democracia aliado aos princípios do corporativismo experienciado pelo Estado brasileiro a partir das ideias elaboradas e difundidas pelos principais intelectuais que contribuíram com a Aliança Integralista Brasileira (AIB): Plínio Salgado (1895-1975), Gustavo Barroso (1888-1959)²⁸ e Miguel Reale (1910-2006), passando por obras como *O integralismo em marcha* (1936), *O que é integralismo* (1955), *ABC do integralismo* (1936) e *O Estado moderno* (1934). A partir dessas obras, poderemos compreender o desencadeamento das ideias fascistas²⁹ no cenário político e a controvérsia ideológica que despertava em seus

²⁸ “Gustavo Barroso (G. Dodt B.), professor, ensaísta e romancista, nasceu em Fortaleza (CE), em 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 3 de dezembro de 1959. Filho de Antônio Filinto Barroso e de Ana Dodt Barroso. Fez estudos nos externatos São José, Parthenon Cearense e Liceu do Ceará. Coursou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, bacharelando-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Redator do Jornal do Ceará (1908-1909) e do Jornal do Commercio (1911-1913); secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914); diretor da revista Fon-Fon (a partir de 1916); deputado federal pelo Ceará (1915 a 1918); secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Venezuela (1918-1919); inspetor escolar do Distrito Federal (1919 a 1922); fundador e diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922); secretário-geral da Junta de Juriconsultos Americanos (1927); representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações) e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941). Participou do movimento integralista. Embora não concordasse com o rumo dos acontecimentos a partir de 1937, manteve-se fiel à doutrina do integralismo. Estreou na literatura, aos 23 anos, usando o pseudônimo de João do Norte, com o livro *Terra de sol*, ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense. Além dos livros publicados, sua obra ficou dispersa em jornais e revistas de Fortaleza e do Rio de Janeiro, para os quais escreveu artigos, crônicas e contos, além de desenhos e caricaturas. A vasta obra de Gustavo Barroso, de 128 livros, abrange história, folclore, ficção, biografias, memórias, política, arqueologia, museologia, economia, crítica e ensaio, além de dicionário e poesia. Pseudônimos: João do Norte, Nautilus, Jotanne e Cláudio França. A atividade na Academia Brasileira de Letras também foi das mais relevantes. Em 1923, como tesoureiro da instituição, procedeu à adaptação do prédio do Petit Trianon. Exerceu os cargos de tesoureiro, de segundo e primeiro secretário e secretário-geral, de 1923 a 1959; foi presidente da Academia em 1932, 1933, 1949 e 1950.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/gustavo-barroso/biografia>. Acesso em: 22 jan. 2020.

²⁹ Sobre as ideias fascistas, torna-se relevante aqui em nosso trabalho estarmos atentos à questão levantada pelo filósofo político e historiador italiano Norberto Bobbio. Para Bobbio, a ideologia fascista pode se distinguir em sua definição em três usos. O primeiro deles está ligado ao núcleo histórico original, constituído pelo fascismo italiano; o segundo está relacionado à questão da dimensão internacional que o movimento alcançou, tendo como exemplo a sua consolidação no nacional-socialismo na Alemanha; e o terceiro e último significado está definido como “fascismo histórico”, termo que se estende a todos os movimentos ou regimes que compartilharam tanto da ideia fascista italiana como da alemã, compartilhando características ideológicas e/ou critérios de organização e/ou finalidades políticas. Bobbio então define o fascismo como “um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser,

intelectuais, os quais, ao mesmo tempo, sustentavam a ideia corporativista e negavam a clara fascitização de seus pensamentos e propostas políticas.

3.1 – O conservadorismo e autoritarismo do pensamento de Oliveira Viana: um projeto de centralização e corporativização do Estado brasileiro

Nascido na cidade fluminense do Rio Seco de Saquarema, em 20 de junho de 1883, Francisco José de Oliveira Viana, ou Oliveira Viana, como é mais conhecido no meio intelectual, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói em 1906. Nessa mesma instituição, tornou-se professor de Direito Penal exercendo tal função entre os anos de 1932-1940. Ocupou cargos institucionais notáveis como diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); membro do Conselho Consultivo do Estado; consultor jurídico do Ministério do Trabalho; membro da comissão incumbida de elaborar o anteprojeto da Constituição (Comissão do Itamaraty) em 1932; membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, finalmente, a partir de 1940, ministro do Tribunal de Contas da União. Durante o exercício do cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho no governo Vargas, foi um dos responsáveis pela elaboração da nova legislação trabalhista brasileira³⁰.

Suas obras, assim como as de vários outros intelectuais da época, compreendiam uma intensa preocupação com a formação da nacionalidade e de instituições adequadas às peculiaridades brasileiras, abordando temas tradicionais da época, como o problema racial, a construção do nacionalismo e a rejeição ao modelo constitucional de 1891. Sua primeira obra *Populações meridionais do Brasil*, publicada no ano de 1920, consagrou Oliveira Viana nas palavras de Monteiro Lobato, renomado escritor da época que, segundo o historiador José Murilo de Carvalho, era um “antípoda” de Viana, porém, ainda assim, afirma que ele era “o grande orientador de que o Brasil precisava” (CARVALHO, 1991, p. 82). De acordo com o sociólogo Evaldo Vieira, um orientador obcecado pela compreensão política nacional e pela investigação objetiva do meio, com intento na renovação das ideias, reelaboração da cultura e aperfeiçoamento do caráter brasileiro (VIEIRA, 1981, p. 27).

fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais”. 1998. p. 466.

³⁰ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-viana/biografia>. Acesso em: 04 nov. 2018.

Para Bolívar Lamounier, a consagração de Oliveira Viana no meio intelectual brasileiro se concretiza pelo fato de ele assumir uma postura incorporada pelo pensamento autoritário, pensamento esse que iria além da “glorificação da tradição conservadora do Império”, uma vez que esta “proclamava-se detentora monopólica do realismo político e das boas intenções nacionais” (LAMOUNIER, 1978, p. 355). Foi a partir de *Populações meridionais*, que Oliveira Viana consolidou seu nome na história dos intelectuais no Brasil e sua participação na vida política, destacando seu apoio e contribuição ao Estado Novo – período que marcou tanto o apogeu como o ocaso de sua trajetória, agravado por seu apoio à ditadura militar de 1937 (CARVALHO, 1991, p. 83).

“Xingar” Oliveira Viana a partir de então, segundo José Murilo de Carvalho, tornou-se o esporte predileto dos intelectuais liberais e de esquerda da época. Tal como quase todos os intelectuais a ele contemporâneos, Viana foi tachado de “racista, elitista, estatista, corporativista, reacionário, submisso ao pensamento colonialista” (CARVALHO, 1991, p. 83), dentre outras qualidades.

Todavia, até mesmo os inimigos de Viana defendiam sua integridade moral, longe de qualquer inclinação ao poder, dedicando maior parte de sua vida aos estudos e aos livros. Dito isso, Carvalho define Oliveira Viana como um homem de “*hábitos monásticos*”, reforçando que: “Tão perto do poder por tanto tempo, e do poder arbitrário, nunca disto tirou proveito em benefício pessoal. Foi aquilo que acusava os brasileiros de não serem: um homem público, um repúblico, posto que a sua maneira” (CARVALHO, 1991, p. 83).

A produção de seus estudos tem a marca comum à sua época, com forte caráter cientificista do século XIX, baseada nos estudos dos principais nomes nacionais e internacionais de então, sobre os quais Viana se debruçava com frequência, utilizando-
os muitas vezes convenientemente para justificar seus intuítos (VIEIRA, 1981).

Podemos perceber em seus escritos a estreita ligação com o pensamento de dois significativos nomes da época: o historiador alemão Leopold von Ranke e o filósofo e sociólogo francês Émile Durkheim. Do primeiro, originava-se a objetividade de seu pensamento, “os fatos como eles realmente se deram”, objetividade essa nitidamente desacreditada por ele, visto que sua noção histórica empreendia tons bastante modernos para a época, perpassando os valores positivistas (CARVALHO, 1991, p. 84). Já do pensamento durkheimiano, Oliveira Viana retirou quase tudo que concerne às estruturas da organização corporativa das sociedades modernas (VIEIRA, 1981, p. 17).

Movimentado pelos escritos de Durkheim, Viana passa a sonhar com a edificação de um Estado corporativo brasileiro, sendo esse o meio mais seguro de conduzir e garantir a unidade nacional e o progresso do país. As garantias que Viana desejava assegurar estavam ligadas em maior parte aos valores históricos da tradição brasileira. O conhecimento histórico e a valorização das tradições, dentre elas a política, constituíam-se como valores primordiais ao êxito do Estado corporativo brasileiro. Em sua obra *Evolução do povo brasileiro*, “definía a história como mestra da política” (CARVALHO, 1991, p. 85). A crítica ao liberalismo, comum à época, é também valor herdado de Durkheim. A antipatia com o liberalismo é, segundo Evaldo Vieira, explicada por Durkheim em sua obra *Lições de sociologia*, na qual o filósofo francês aponta que os economistas liberais caracterizavam as corporações como sobrevivências do passado, logo, deveriam ser eliminadas (VIEIRA, 1981, p. 18).

Em *Instituições políticas brasileiras* (1999, [1949]), Viana, ao discutir a respeito da estrutura do Estado e a estrutura da sociedade, torna a falar sobre o caráter individualista que empreendera o Estado brasileiro liberal. Em seu entendimento, nenhuma política de Estado brasileira desde 1822 alcançou êxito real. Para ele, o método liberal de “*outorgar ao povo a faculdade de ele mesmo – por um movimento espontâneo de sua livre iniciativa – realizar a mudança, a inovação, a reforma pretendida pela política do Estado*” (p. 442) era falso, principalmente, em países periféricos como o Brasil, que carecia de organização e estruturas institucionais devido a fatores históricos, sociais, culturais, geográficos e também dos valores dogmáticos da doutrina liberal e do estado democrático, uma vez que eles só operariam pela livre iniciativa do povo (p. 445).

Defensor do Estado autoritário e corporativista, Viana também se opõe em suas convicções em alguns momentos. Ele enxerga que as transformações propostas naquele momento poderiam tomar um caminho inautêntico às necessidades e à realidade do país. Algo que o preocupava recorrentemente em relação às transformações eram as influências exógenas, sendo elas “*preparadas pelo Estado, ou forçada por ele, usando da coação, através da lei ou através dos golpes de força*” (1999, [1949], p. 436). Fica evidente, então, que reconhecia o flerte que esse tipo de governo possuía com o totalitarismo, regime ao qual repugnava bastante, pelo fato de subverter a ordem cultural das sociedades em nome de um plano de reformas organizado por um grupo específico em nome do Estado (1999, [1949], p. 436). Essa questão poria em xeque a legitimidade do governo e do poder soberano do Estado.

Um grande espaço de tempo terá de decorrer até que a cultura do grupo dominante imponha seus caracteres, eliminando os da cultura do grupo dominado, através do mecanismo seletivo com que se processa a sua ‘integração’. Esta integração resulta do que Sorokin chama a ‘seletividade da cultura’ – expressa na tendência que cada sistema cultural possui a selecionar certos traços de um outro, com que está em contato, ora positivamente, ora negativamente: - ou incorporando os elementos alheios que lhe são conformes ou consistentes com a sua ‘lógica social’, ou repelindo os elementos que lhe são contrários. Está claro que tudo isto ocorrerá pela força mesma das leis da lógica social e da imitação admiravelmente descritas por Gabriel Tarde nos seus livros tão atuais ainda e não por nenhuma ‘teologia vitalista’ da evolução e do processo – da ‘cultura’ considerada como ‘ser vivo’ ou ‘enteléquia’ das sociedades. (VIANA, 1999, [1949], p. 437)

Ao tratar sobre o problema da reforma e a técnica autoritária assumida pelo governo brasileiro a partir de 1930, Viana (1999, [1949]) já inicia seu percurso indicando que o grande erro ou ilusão cometido pelos reformadores consistiu inicialmente “*em querer que o povo mude – por ação de uma política do Estado – o seu comportamento tradicional da vida pública, dentro dos regimes liberais*” (p. 448), igual como aconteceu na Rússia com a chegada do governo comunista, quando, apesar do advento da Revolução, as estruturas de organização do Estado não mudaram muito, continuando em seu ponto de vista cultural e de estrutura “*uma aglomeração de clãs patriarcais e de comunidades de aldeias*” (p. 449). Assim acontecia nos confins do território brasileiro, dominado pelas antigas oligárquicas detentoras do poder coercitivo através da violência.

Por meio do exemplo da experiência comunista pensada pelo sociólogo Robert Lynd, Viana reconhece que “*cada regime político tem o seu tipo de homem*” (1999, [1949], p. 453), o que nos permite entender, por exemplo, o porquê de Almir de Andrade e Azevedo Amaral proporem um governo onde o Estado se adaptasse aos anseios do povo, como ocorrido no Estado Novo, e não o povo adaptar-se ao Estado, o que geraria um desequilíbrio entre os interesses do indivíduo e os da nação. Ao assumir a ideia de que o povo tem a obrigação de se adaptar, o governo se esquece de que é da natureza humana e de sua cultura resistir às mudanças, especialmente aquelas que vêm de fora, as desconhecidas (VIANA, 1999, p. 455). O ato de reconhecer a cultura e a personalidade humana como peças cruciais permitiu, assim, a legitimação de uma democracia autêntica pela primeira vez na história brasileira. Diferentemente do que se acreditava até então, esse reconhecimento, segundo Viana (1999 [1949], p.458), permitiu, através da experiência russa, provar que o Estado moderno não é superior ao povo como ditavam as doutrinas autoritárias-totalitárias na época.

É possível, nas obras de Oliveira Viana, reunir repetidas vezes referências contrárias à experiência liberal brasileira, adjetivando-a com mais frequência como falha, pois havia cometido o pecado por excesso de cópia de instituições estrangeiras como a federação, o júri popular e a justiça eletiva, como destaca José Murilo de Carvalho (1991, p. 85): “*O fim do liberalismo inauguraria a fase solidarista no Brasil, cumprindo assim uma tendência do mundo moderno*” (VIEIRA, 1981, p. 115). O estrangeirismo político era algo recorrente na velha elite política brasileira anterior à década de 1930. A busca pelo sistema perfeito estava erroneamente atrelada, por essa geração, ao exercício de tentar alcançá-la por meio do elemento exógeno, considerado superior. Para isso, reforçavam a ideia da inferioridade cultural e social do povo brasileiro, que, por sua vez, se refletia também no Estado. Travava-se, então, uma verdadeira luta entre o novo e o velho:

Então abre-se aqui, de novo, o velho problema, que se vem postulando desde o começo da nossa história independente a de todos os nossos reformadores e a que já aludi nos três primeiros capítulos dos *Fundamentos sociais do Estado*: o da substituição – por obra de uma política – de uma tradição social, velha de 400 anos, por uma outra nova, inteiramente nunca praticada pelo nosso povo-massa. (VIANA, 1999 [1949], p. 464)

Boris Fausto (1997, p.23), por exemplo, defende a ideia de que o surgimento dessas tendências autoritárias e antiliberais frequentes no ideário político de 1930 está ligado também aos impactos gerados pela crise de 1929, quando pareciam demonstrar a falência não só do capitalismo, mas do capitalismo do livre mercado e do liberalismo.

Também aqui a crise de 1929 teve um papel importante, reforçando convicções autoritárias. Ela parecia demonstrar a falência do capitalismo, ou pelo menos de certo tipo de capitalismo, associado ao livre mercado e à democracia liberal; tanto mais que, no caso brasileiro como no dos outros países latino-americanos, a democracia liberal correspondia ao liberalismo oligárquico. Não por acaso a marca dominante do sistema político vigente entre 1930 e 1945 foi a ditadura autoritária, informal (Governo Provisório) ou formal (Estado Novo), cortada apenas pelos anos 1934-1937, em que as liberdades democráticas foram sendo suprimidas, após a tentativa de golpe do PCB, em 1935. (FAUSTO, 1997, p. 23)

Imbuídos pela “*mania anglicanizante*” ou “*saxonizante*” e pela criação de um modelo perfeito de homem – “o gentleman”, constituía-se aqui o maior erro de todos no percurso da democracia brasileira, segundo Viana: o de querer a todo custo montar uma democracia do tipo inglesa, ignorando nossa realidade de estrutura e cultura políticas e, principalmente, criando uma influência negativa sobre a construção do nosso mecanismo do Estado e sobre a nossa estrutura constitucional. Para ele, essa mania dos

renovadores nos deixaria indefesos contra nossos próprios males: “*os males justamente que constituem as enfermidades do nosso organismo político*” (1999 [1949], p. 465).

O principal desses males era justamente o fato de a democracia do tipo inglesa não estar preparada para enfrentar e solucionar os problemas gerados pelos “*clãs e seu espírito de faccionismo*” (VIANA, 1999 [1949], p. 465), vivenciados aqui no Brasil pela experiência dos domínios coercitivos impostos por nossa oligarquia historicamente tradicional, criadora e mantenedora dos piores vícios que atormentam a vida política brasileira em todas as suas esferas. O despreparo do modelo inglês de democracia motivou os intelectuais de 1930, segundo Viana, a pensar numa reforma “*fundada em bases realísticas*” que tivesse como objetivo “*organizar um conjunto de instituições específicas, um sistema de freios e contrafreios, que – além dos fins essenciais a toda organização política – tenha também por objeto: a) neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã do nosso organismo político-administrativo; b) quando não seja possível neutralizá-las, reduzir ao mínimo a sua influência e nocividade*” (1999 [1949], p. 466). Dessa maneira, nosso intelectual encerra defendendo que: “*Em última análise, é criar para estes dois complexos fundamentais da nossa vida pública uma atmosfera, um ambiente em que eles se estiolem e se asfixiem. O resto: a liberdade, a democracia, a paz, a tranquilidade pública, o progresso – virá da sè, como consequência natural desta eliminação*” (1999 [1949], p. 466).

O reconhecimento dos problemas da democracia brasileira herdados de catastrófica experiência liberal e das cópias das estruturas políticas estrangeiras despertou em Oliveira Viana o interesse pelo modelo corporativista, pensamento que ele mesmo amadureceu com o passar do tempo. O amadurecimento da ideia de construir no Brasil o Estado corporativista caiu como uma luva para a teoria de Viana, fortalecendo os valores nacionais brasileiros articulados pelo projeto revolucionário iniciado em 1930. Um desses valores seria a preocupação com a “questão social” (VIEIRA, 1981, p. 28) herdada das leituras de Durkheim, que, em seus estudos, procurou solucioná-la. Vale lembrar que a preocupação com a questão social é loco de estudo não só de Oliveira Viana, mas também de Azevedo Amaral e tantos outros, como já discutido anteriormente neste trabalho. O historiador Evaldo Vieira destaca que os anseios de Oliveira Viana em trazer a experiência corporativa ao Brasil estavam ligados, assim como para Durkheim, a motivos morais e não econômicos, acreditando que a “função social somente se mantém com a disciplina moral” (1981, p. 18).

Sua preocupação está diretamente ligada à relação entre as classes protagonistas da discussão social no Estado moderno: os operários e industriais, atuando significativamente no plano social e político do Brasil da década de 1930. Essa disciplina moral defendida pelo filósofo francês serviria como meio de estabilizar as relações egoístas vivenciadas entre as classes, ou seja, o corporativismo seria um esforço em manter o estado de equilíbrio entre os grupos sociais e profissionais. Nesse sentido, Vieira destaca que a corporação assumiria a função de controle da instabilidade social (VIEIRA, 1981, p. 18).

Ao assumir a função de controle das instabilidades sociais, Durkheim viabiliza a aproximação entre corporação e Estado, visto que:

Ela está destinada a tornar-se a base ou uma das bases essenciais de nossa organização política, cedendo-lhe o feitiço de colégio eleitoral, com a finalidade de tornar as assembleias políticas mais representativas da diversidade dos interesses sociais e de suas relações. (VIEIRA, 1981, p. 18)

Ao aproximar os conceitos de corporação aos de corpo estatal, Durkheim acaba por integrar e fortalecer uma série de instituições e políticas institucionais que, por sua vez, tornariam mais fáceis toda a organização da nação em torno de um órgão central, ou seja, o Estado, como destaca Vieira (1981, p. 18).

O fascínio de Oliveira Viana por essas ideias era inegável. Seu conhecimento e domínio profundo sobre elas permitiram, por exemplo, que ele trouxesse para o Brasil os instrumentos ideológicos necessários para conduzir a centralização do governo, promovendo o fim do caudilhismo estrangeiro (CARVALHO, 1991, p. 86) e a legitimação do intervencionismo estatal na sociedade (VIEIRA, 1981, p. 19). É relevante lembrarmos que o Estado corporativo não é um conceito de essência estática, tanto que foi utilizado por posições políticas distintas, a exemplo do salazarismo e do fascismo italiano. Dessa forma, o historiador Evaldo Vieira define por Estado corporativo aquele que nasce dos grupos sociais organizados, as corporações, de modo a tornar-se a expressão dos interesses econômicos dos mesmos e das forças culturais que os orientam (VIEIRA, 1981, p. 21).

Podemos compreender a partir da leitura de *Instituições políticas brasileiras*, ao que Viana nos indica – as primeiras organizações corporativas brasileiras surgiram espontaneamente a partir da evolução da democracia brasileira. As modificações das estruturas sociais e políticas propostas pelo Estado, apesar de recente, nos levaram à organização dos primeiros casos de sindicalização profissional urbana, a exemplo da lei do serviço militar, da legislação trabalhista e da lei de acidentes, leis essas que, para

nosso intelectual, “*modificaram sensivelmente velhas atitudes ou velhas tradições nossas e criaram outras, novas, em substituição*” (VIANA, 1999 [1949], p. 466) Para Viana (1999 [1949], p. 467). Esse caminho que agora trilhava a sociedade brasileira demonstra o gosto que estávamos tomando pela cooperação e pela solidariedade. Com isso, afirma que nós estamos abandonando o atomismo tradicional e caminhamos para o sindicalismo de forma crescente e espontânea e, mais importante ainda, que essas ideias demonstram clara aceitação sem significativa resistência pela sociedade em suas diferentes esferas, construindo e consolidando novos hábitos que dentro de algum tempo se integraram num complexo sistema, promovendo uma total revolução da nossa mentalidade tradicional.

Para se ter uma ideia da extensão positiva que a organização dessas corporações poderia alcançar na visão de Viana, citamos o serviço militar que, em outros tempos, era tido como repulsivo pelas classes urbanas e rurais, formando um “*complexo antimilitarista*”, principalmente no período imperial. Com a criação do serviço militar obrigatório, essa visão passava a tomar um sentido oposto, criando um sentimento de “orgulho pela farda”, orgulho esse que se estendia tanto aos espaços urbanos quanto aos rurais. Sobre a legislação social, Viana nos mostra que, aos poucos, o patronato já a aceita com boa vontade, consolidando hábitos salutareos para nossa integração social e mudança das mentalidades. Para ele, das três experiências relatadas a lei de acidentes é a mais reveladora das modificações que estavam ocorrendo. A lei de acidentes agiu de forma a eliminar um dos costumes mais impróprios no meio de trabalho que é “*o princípio da responsabilidade objetiva – da responsabilidade sem culpa*”, em que o patrão se excluía de sua culpa ou responsabilidade pelo seu empregado (1999 [1949], p. 467).

Apesar da imensa evolução social, Viana destaca que essas leis mascaram um traço comum à experiência política da época: a técnica autoritária, onde seus princípios poderiam ser utilizados de forma direta ou indireta, mas sempre carregando consigo um “*modicum de coação*” (1999 [1949], p. 468). Apesar de contrariar os fundamentos democráticos, é importante lembrar que, para nosso intelectual, a união entre democracia e autoritarismo era sim possível, constituindo-se, inclusive, um meio eficiente de garantir a democracia e seus fundamentos em um país complexo como o Brasil. Sobre tal questão, afirma:

É fora de qualquer dúvida que, sem estes meios de coação *individual* ou mesmo *direta* (*multa, ação executiva, prisão*), estas leis não teriam tido a execução nem a eficiência que tiveram e ainda estão tendo. Estes meios de

compulsão – que pertencem à tecnologia autoritária – é que foram levando, aos poucos, o nosso povo a abandonar os seus velhos costumes, as suas velhas atitudes, os seus velhos comportamentos – e criar outros adequados aos fins da lei nova. E assim desintegração de antigos ‘complexos’ suscetíveis de modificação, ou *modificáveis* – se está processando insensivelmente. (1999 [1949], p. 468)

Esse complexo processo de revolução do Estado brasileiro revelou para Oliveira Viana, ao debruçar-se sobre os estudos do sociólogo norte-americano Mac Iver, uma importante relação de interdependência entre as leis e os costumes, a respeito da qual afirma que *“são os costumes que dão a medida da eficiência da lei”* (1999 [1949], p. 468). Essa afirmação implica diretamente sobre a formação das novas estruturas políticas, reforçando ainda mais o papel do Estado como instrumento primordial dessas mudanças. Passa-se então a exigir dele uma série de condições específicas *“condicionadas à realidade social”* para que a experiência da lei não seja um fracasso anunciado, sendo elas *“a) que se proceda gradativamente – com o espírito de modernização e o senso de objetividade; b) que tenha o apoio ou assentimento nos costumes e tradições do povo-massa”* (VIANA, 1999 [1949], p. 469), ressaltando ainda que o desrespeito a essas duas condições estaria implicando no fracasso *“seguro e inevitável”*. Por meio da ciência social, Viana conclui que *“nenhuma reforma política ou constitucional vingará, aqui, alterar as nossas tradições ou o seu direito-costume”* (1999 [1949], p. 469) sem o respeito a dois princípios básicos: *“a) se não guardar conformidade, ou violar abertamente, a cultura e os sentimentos fundamentais do povo-massa; b) se não contiver um modicum de coação”* (1999 [1949], p. 469).

Ousado para sua época, Oliveira Viana desafia boa parte de sua geração ao defender o afastamento dos modelos ideológicos estrangeiros, principalmente o inglês. O fato da existência e influência dos clãs na organização política brasileira representar um fator negativo para a modernização e funcionamento real de nossa democracia, como podemos perceber anteriormente, não deve ser considerado como motivo de vergonha, em sua visão. Mas sim, como um fator importante da nossa história política, da nossa realidade, sendo ela não somente um produto de uma pessoa ou de um grupo específico – *“não é uma criação de homens maus ou de políticos corrompidos”* –, e sim da nossa coletividade construída durante quatrocentos anos de *“ecologia social e de evolução histórica”* que não podem ser desprezadas pelo surgimento de novas técnicas muitas vezes de caráter simplista (1999 [1949], p. 470).

A existência dos clãs deve ser encarada como uma condição de nossa formação social, logo, *“não há razão para nos envergonharmos dos nossos clãs, da nossa*

politicagem e dos seus 'complexos' políticos: somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos” (VIANA, 1999 [1949], p. 469). Viana nos lembra ainda que o regime de clãs, além de ser um dos mais antigos, é também um dos mais utilizados no mundo, sendo um regime de natureza generalizada, uma vez que podemos encontrá-lo em povos bárbaros e civilizados em diferentes sociedades, em diferentes continentes. Viana afirma que, ao organizar um mapa da distribuição etnográfica dos povos que ainda utilizam o clã como organização social, constataríamos sua presença em quase todo o continente europeu e americano (1999 [1949], p. 470). Isso comprovaria que não somos menos civilizados do que outros povos ao redor do mundo, inclusive do que os ingleses. Sendo assim, diz:

Desta aceitação leal e honesta das peculiaridades da nossa formação social – que tanto nos distingue do padrão inglês e do ‘animal político’ por ele criado – é certo que resultará para as nossas elites dirigentes uma série de atitudes mais sensatas e razoáveis. Estas atitudes sensatas e razoáveis importarão o abandono de um sem-número de idéias feitas, de estereótipos de importação, de preconceitos e aspirações, que vivemos a alimentar, em inteira desconformidade com as nossas realidades culturais. E, com isto, teremos preparado um clima espiritual, que nos permitirá realizar um sistema de reformas orgânicas e realistas das nossas instituições políticas. (1999 [1949], p. 471)

Celso Furtado define o projeto de Oliveira Viana como dotado por um objetivo específico: o de construir o “Estado Nacional” como via de acesso à “civilização” (FURTADO, 2003, p. 36), representando, assim, a modernização. Em sua visão, o povo brasileiro era impregnado por um “determinismo negativo” e outro “positivo”. O negativo seria representado pela ausência do sentido da “coisa pública”, impedindo o surgimento do sentido pleno do Estado de forma natural. O positivo seria marcado pela índole do povo brasileiro, nas palavras de Viana, favoráveis à criação de um Estado forte e centralizado que, entre outras, teria a função de educar o povo para a nacionalidade e para o sentimento público (FURTADO, 2003, p. 36). A condução dessa modernização pelo Estado forte resultaria na constituição de uma sociedade alicerçada em valores comunitários e organizações coletivas (FURTADO, 2003, p. 36), valores esses típicos do corporativismo.

Sobre a modernização, Furtado reconhece em Oliveira Viana mais dois pontos significativos de seu pensamento. O primeiro deles seria o fato de Viana sair em defesa da construção de uma “unidade política, a continuidade administrativa e a supremacia da autoridade central”, acreditando que somente dessa forma pudesse ser garantido com estabilidade à liberdade civil (FURTADO, 2003, p. 36-37), ponto esse a contrariar as características universais da democracia. O segundo estava vinculado à criação de um

aparato ou corpo técnico responsável pela efetivação de políticas públicas alinhadas para suprir as necessidades reais. A ideia de criar os “corpos técnicos” é fruto da influência objetiva de Ranke no discurso de Viana. Para ele, os corpos técnicos representariam a solução para o conflito de interesses que poderia surgir entre as elites dirigentes durante a defesa dos interesses políticos pessoais sobrepondo os coletivos e reais, tornando as ações do governo despolitizadas (FURTADO, 2003, p. 37), garantindo, assim, a eficácia do desenvolvimento de uma nação verdadeiramente moderna.

De modo sumário, o projeto de Oliveira Viana previa, sobretudo, a despolitização das ações de governo, como condição ideal de racionalidade. Estas ações deveriam pautar-se pelas decisões técnicas, de modo a evitar os riscos de um desvirtuamento das decisões de Estado, no contexto dos debates políticos e dos jogos partidários. As formulações políticas fundamentais deveriam ficar a cargo dos detentores do saber racional: elites tecnicamente preparadas, capazes de responder às exigências do desenvolvimento de uma nação moderna. (FURTADO, 2003, p. 36).

Levando em consideração os aspectos modernizadores e a necessidade da centralização para seu alcance, Viana (1999 [1949], p. 477) nos lembra que, no caso brasileiro, cometia-se recorrentemente o erro de se colocar o problema político acima do problema administrativo. Essa separação, ou descentralização, aludia aos resquícios culturais e valores surgidos no período colonial e ainda cultivados no imaginário da sociedade brasileira da década de 1930. Para ele, a descentralização política resultaria “*fatalmente em mandonismo em coronelismo, em regulismo, em satrapismo, em dissocianismo, em separatismo*”, apontando, assim, que a autoridade política seria o único meio viável de solucionar o nosso problema administrativo. Contrário à descentralização administrativa, Viana defende a ideia de “*desconcentração*” administrativa como uma “*solução intermediária*”, porém viável e em acordo com a nossa realidade, uma vez que torna inatingível a nossa unidade nacional, questão essa percebida, mas ignorada, pelos “*velhos administradores do período colonial*”. Como consequência desse relego, mesmo que de maneira não intencional, como destaca Viana ao falar de Rui Barbosa e a Constituição de 1891, acabou por nutrir os vícios oligárquicos (1999 [1949], p. 478) tão descompassados de nossos valores democráticos ou pelo menos daqueles que desejava-se construir.

Por sua vez, esses problemas foram encarados positivamente por Viana, criando um espaço propício para o estabelecimento de seu projeto de centralização baseado na autoridade como meio de reorganização eficiente do Estado brasileiro. Foi influenciado por nomes notórios da intelectualidade internacional e também por modelos e

experiências internacionais específicos, como o norte-americano, de onde tirou a ideia de “desconcentração” administrativa, seguindo a tendência cientificista daquela época em que nosso intelectual construiu seu discurso.

Por ser grande estudioso e conhecedor da realidade brasileira, compreendia que os modelos estrangeiros não eram suficientemente complexos a ponto de garantir a sustentação de nossa democracia e das reformas políticas necessárias para sua consolidação. Por isso, as raízes do pensamento político de Viana se fincavam por intermédio de importantes nomes de nossa intelectualidade nacional. Dentre esses nomes, temos Alberto Torres, Paulino José Soares de Souza, Silvio Romero e o Visconde de Uruguai. Com este último, José Murilo de Carvalho aponta a existência de uma intensa e frutuosa sintonia de ideias, como a preocupação com o estudo do Brasil e a crítica à experiência liberal, já bastante conhecida por nós, quase uma “condição” entre os intelectuais de sua geração. Além das críticas já habituais, Carvalho destaca a preocupação que os dois intelectuais possuíam a respeito da “*concepção da relação entre os polos de centralização e liberdade e opressão*”. Ao comparar os conceitos liberais e conservadores para tais pontos, fica clara a oposição entre as duas ideias. Uruguai, conservador, julgava que para os liberais a opressão viria sempre de cima, ou seja, do governo. Já os conservadores defendiam que a opressão também poderia vir de baixo, como primordialmente acontecia no Brasil, a exemplo dos mandões locais. A centralização do poder como destaca o autor significaria, então, mais controle e menos centralização, menos liberdade (CARVALHO, 1991, p. 86), tal como acontecia com a experiência dos clãs.

Todavia, a centralização excessiva poderia desencadear problemas de ordem econômica e social. Graças ao seu contato com a experiência francesa, Uruguai realiza uma distinção essencial entre a centralização política e administrativa. Distinguidos os conceitos, surgia então a combinação ideal para o caso brasileiro: a adoção da centralização política e a descentralização administrativa (CARVALHO, 1991, p. 86-87), dando força para a justificativa corporativa de Viana e reforçando a presença fundamental do Estado na “*organização funcional da nação*” (VIEIRA, 1981, p. 35), visão essa oposta à dos liberais.

Uruguai influencia Oliveira Viana a enxergar o Estado como o principal elemento de transformação política, principalmente num país como o Brasil que não estava acostumado com a tradição do autogoverno (*self-government*), e como protetor da liberdade, criador do espírito público, moldando a nação, atuando como um

pedagogo (CARVALHO, 1991, p. 87), diferentemente dos ingleses que mantiveram suas antigas tradições baseadas nos elementos de suas nobrezas locais (VIANA, 1999 [1949], p. 480). Outra importante distinção realizada por Uruguai e adotada por Viana consiste na definição de direitos políticos e direitos civis. Uruguai depositava a confiança de os direitos civis serem o meio fundamental da garantia das liberdades, isso porque acreditava nas influências francesas de que poderia plenamente existir um governo centralizado garantindo, ao mesmo tempo, todos os direitos e liberdades dos cidadãos, e até mesmo defendendo-os do próprio governo. A confiança nos direitos civis ou sociais pautava-se justamente no fato de eles serem universais e garantirem a igualdade a todos. Já os direitos políticos eram desiguais, variando de acordo com as capacidades individuais (CARVALHO, 1991, p. 87).

A apropriação desse último pensamento veio muito bem a calhar não só para Viana, mas para vários intelectuais contemporâneos a ele, legitimando o discurso da ingenuidade ou despreparo político de uma parcela significativa da população brasileira e reforçando, assim, a necessidade do Estado centralizador e de seu caráter pedagógico. Influenciado por Mihaïl Manoïlesco, o Estado democrático, para Viana, era visto como sinônimo de desorganização, de anarquia partidária ocasionada pela disputa do poder público que, por sua vez, era geradora de empecilhos para os mecanismos estatais (VIEIRA, 1981, p. 53-54). A garantia dos valores democráticos, para Viana, depositava-se nas leis e no seu cumprimento, o que assegurava os direitos e a igualdade para todos.

Sobre os valores democráticos no pensamento vianiano, torna-se importante lembrar que o “pluralismo não era bem-vindo”, como afirma o historiador Evaldo Vieira. Ele realça que, em *O idealismo da Constituição*, o intelectual cogita a possibilidade de validação do conceito de partido único de Manoïlesco, cuja obra tem o mesmo título, para o Brasil. Apesar do flerte, Viana tece um importante comentário a respeito da impossibilidade de adequação desse conceito no Brasil, haja vista a experiência trágica da conduta histórica dos partidos e políticos ao longo do tempo. Outro ponto de inflexão do conceito de partido único no caso brasileiro seria a fato de ele trazer como condição natural ao seu pleno funcionamento a introdução do totalitarismo, ideia amplamente repudiada pelo intelectual (VIEIRA, 1981, p. 55-56). Apesar do repúdio, Viana fragmenta as ideias e pinça o que lhe é conveniente para a construção de seu discurso modernizador do Estado.

Reconhecendo esse caráter controverso e fragmentador das ideias praticado por Viana, não podemos deixar os “problemas do sufrágio” de fora da discussão a respeito

da organização democrática brasileira desse novo Estado que se formara, tema ao qual ele dedica um capítulo de *Instituições políticas brasileiras*. Inicialmente, Viana (1999 [1949], p. 481) nos insere no assunto, afirmando que havia, durante a década de 1930, uma “prodigalidade excessiva” a respeito do sufrágio universal quando compreendidas e levadas em consideração a nossa realidade e a realidade do nosso povo. Ele ainda deixa claro que esse fenômeno da universalização do sufrágio no caso brasileiro não era de um todo condenável. Dentre todas as técnicas da democracia, a universalização do sufrágio seria “*uma das mais seguras e eficientes – desde que seja aplicada de maneira por cidadãos capazes deste regime, é claro*” (1999 [1949], p. 481). A relação do Brasil com os governos democráticos, em sua visão, pode ser considerada um tanto quanto recente, uma vez que, ao analisarmos nossa tradição histórica, passando tanto pela Colônia quanto pelo Império, sempre fomos governados de forma oligárquica, ou seja, “*o nosso povo-massa, o povo da grass root politics, realmente nunca governou*”, recebendo das classes superiores todas as ordens e das mais variadas naturezas (VIANA, 1999 [1949], p. 482).

A democracia em seus moldes mais modernos, tal como experienciada mundo afora, só chegara ao Brasil pela primeira vez através da República, tendo nosso povo-massa o poder de participar, mesmo que de forma modesta, das eleições diretas através do sufrágio universal, fruto de uma “*mentalidade aristocratizante*” (VIANA, 1999 [1949], p. 482). O fator aristocratizante que dominava a mentalidade da política brasileira confirma ainda mais a visão construída por Viana a respeito da democracia brasileira, incapaz de ser vivenciada de forma autêntica, evidenciado assim sua tese da ingenuidade e despreparo político que seduziam o povo brasileiro. Isso sem contar com o fato da possibilidade levantada por ele de o próprio povo não querer para si a responsabilidade do voto – “*nem nosso povo-massa podia tanto; nem estava à altura de tanto; nem pedira tanto*”:

Em boa verdade, o nosso povo-massa não comporta ainda uma generalização assim tão ampla e inconsiderada desta técnica da democracia que é o *sufrágio universal*. Técnica, aliás, que, na Europa, só o povo inglês se tem mostrado capaz de a desenvolver e realizar plenamente. Realmente, entregar a organização dos poderes públicos *provinciais e federais* – como fizemos na Constituição de 24 e na Constituição de 1891 – ao povo-massa do interior (outra coisa não era o sufrágio estendido a toda a nação, sem distinção de categorias, nem de *status*) foi, sem dúvida, excessivo, porque era exigir muito de um povo destituído de *educação democrática* – como já demonstramos (3). (1999 [1949], p. 482)

Em seus estudos sobre a democracia brasileira, Viana aponta para um fato que lhe chamou bastante atenção a respeito de como outros intelectuais de sua época discutiam o curso da democracia brasileira e o exercício do voto pelo povo: a avaliação feita por muitos deles de que a incapacidade de o povo exercer conscientemente o direito ao sufrágio universal seria uma consequência do analfabetismo que dominava a população brasileira. “*O analfabetismo tem muito pouco que ver com a capacidade política de um povo*”, afirma ele. Ao comparar a realidade brasileira com a inglesa como muitos estimavam, via-se que não era muito diferente: eles, os analfabetos, também estavam lá, possuíam senso político e plena capacidade de exercer seus direitos democráticos, muito mais até do que muitos membros das elites de outros povos civilizados (VIANA, 1999 [1949], p. 483), inclusive a nossa elite brasileira, acostumada a tirar vantagens do despreparo político e democrático de seu povo. De acordo com Viana:

É grande a confusão que os nossos teóricos políticos fazem entre a *capacidade democrática* e *alfabetização* – o que tem levado os nossos governos a gastar rios de dinheiro, não para dar *educação profissional* ao povo – que é o que ele precisa substancialmente; mas para prepará-lo civicamente ‘para a democracia’, para o exercício do ‘sagrado direito do voto’ – preocupação ingênua que se reflete claramente nos programas escolares e nos métodos de ensino. (1999 [1949], p. 483)

Diferentemente do Brasil, onde o sufrágio e a democracia eram um “inconveniente”, pois atingiam toda a população, na Inglaterra sempre foi um privilégio, estando associados às condições de status social e de renda, de forma igualmente diferente do pensamento democrático francês que enxerga o homem em sua totalidade, o que só chega à Inglaterra das “*líricas admirações democráticas*” tardiamente, como diz Viana (1999 [1949], p. 483). O sufrágio universal tal como é aplicado no Brasil, sem levar em consideração a pluralidade de suas estruturas históricas, culturais e até mesmo ecológicas, como defende Viana, serviria somente para o surgimento de novos erros e a insistência em outros. Ele destaca, por exemplo, a necessidade que nossa democracia “*ortodoxamente igualitarista*” possuía de nivelar os direitos “*jus suffragii e o honorum, isto é, entre o direito de eleger e o direito de ser eleito, entre o direito ao voto e o direito aos cargos*” (1999 [1949], p. 484), sem contar com o alto nível de complexidade de organização do nosso regime devido justamente à grande diversidade de realidades e culturas – logo, exigir mais do que se exigia não soaria conforme a nossa democracia, como afirma Viana:

Em nosso país, a democracia é compreendida de maneira diversa. Quase não exige outro predicado ao candidato aos cargos eletivos – mesmo os mais altos

– senão o da maioria. Qualquer outra exigência nos soaria como ‘não conforme à democracia’ – o que prova que, neste ponto, temos da democracia ainda um conceito puramente teórico – e não pragmático, como é o inglês. É que nossa concepção da democracia nos veio diretamente da França e não da Inglaterra – da França de Rousseau, de Robespierre e do Príncipe Egalité. (1999 [1949], p. 485)

De acordo com Viana, essas constatações a respeito dos erros que conduziram a experiência democrática brasileira ao ocaso são facilmente apontadas pela ciência política, fazendo com que se passe a acreditar que não somente esses erros deveriam ser eliminados, mas também acelerados os seus processos de eliminação. Nessa perspectiva, seu alvo principal foi o ataque ao caráter uniformista e igualitarista que insistiam em impor à democracia brasileira, criando uma falsa e perversa noção de participação e proximidade com o governo, que, por sua vez, foi responsável pelo fracasso das experiências democráticas no Brasil desde 1824 (1999 [1949], p. 485-486). Para ele, qualquer pessoa que se debruce sobre o estudo da evolução das ideias políticas brasileiras irá constatar em algum momento esse “*traço invariável*” imposto por nossas elites dirigentes ao povo a respeito do sufrágio universal, porque nunca houve justamente uma preocupação em preparar o eleitor para o voto, nem em educá-lo para a democracia, nem muito menos para organizar-se em instituições. Em seu golpe mais perverso tanto à democracia quanto ao povo, as elites reduziram o direito do voto à escolha de administradores e dirigentes, habituando o povo a “*manejar esta pequenina arma delicada: uma cédula de eleitor*” (1999 [1949], p. 486-487).

Podemos perceber que Viana também aproveita o problema do sufrágio para estimular a organização do povo no entorno das instituições e legitimar seu valor dentro do espectro democrático brasileiro, acenando positivamente para o modelo corporativo como meio eficiente de organização e modernização do nosso Estado e equiparando-o às experiências vivenciadas no mundo moderno. Oliveira Viana, assim como Azevedo Amaral, tem a ideia de aproximar o governo do povo como garantia de maior e melhor produtividade para o país.

Além da aproximação das elites (governo) com o povo, Viana realiza outras importantes adições nesse empreendimento, a exemplo da aproximação e fortalecimento da relação do Estado com importantes instituições: sindicatos e a Igreja. Da experiência sindical o intelectual defende que: “*só agora – com a organização sindical de classes – é que as nossas populações urbanas (e só urbanas) estão começando a praticar numa verdadeira, numa autêntica escola de democracia direta – que é o sindicato de classes*” (1999 [1949], p. 487). A Igreja por sua vez, assumia papel fundamental na construção

do novo Estado, trazendo à tona o conceito de “sentimento do Estado”, segundo Vieira “*utilizado como instrumento destinado a fortalecer no povo brasileiro o sentido da autoridade pública, que, aliás, justifica o centralismo político de Oliveira Viana*” (1981, p. 59).

A inspiração católica no pensamento de Viana era justificada como elemento de construção do sentimento de solidariedade, da democracia social, harmonia, comunidade e integração. Esse conjunto de sentimentos deu aporte para que o intelectual pensasse sobre as bases da previdência social e do sindicalismo (CARVALHO, 1991, p. 89-90), por exemplo. O sindicalismo defendido por Viana tem como finalidade básica a organização do povo e, por isso, é dotado de espírito democrático (VIEIRA, 1981, p. 127). Ainda em *Instituições políticas brasileiras* (1999 [1949], p. 488), ele afirma que seria democraticamente correto apenas os sindicalizados terem o acesso ao sufrágio, uma vez que o sindicato, como uma organização de natureza corporativa, atuaria na defesa dos interesses extrapessoais, integrando o homem em sua comunidade e estimulando-o a pensar em prol do coletivo, garantindo o funcionamento harmônico do nosso Estado.

Justamente por isto é que eu só concederia o direito de sufrágio ao cidadão *sindicalizado*, ao homem do povo que fosse molécula de qualquer associação de interesses extrapessoal – econômico, beneficente, artístico, mesmo esportivo (sindicatos, cooperativas, sociedades, ligas); ao homem do povo de qualquer forma partícipe e integrado numa comunidade de finalidade coletiva extraindividual – embebido, envolvido, impregnado de uma aura qualquer de socialidade. Nunca ao homem desagregado da comunidade, ao homem desmolecularizado, ao homem puramente indivíduo, ao homem átomo – como é normalmente o homem típico do Brasil, saído do individualismo da nossa formação histórica e ecológica. Exibir a prova, o ‘certificado público’ da sua socialidade – eis a condição que devíamos exigir, preliminarmente, a qualquer cidadão para a sua entrada no ‘país legal’ – como eleitor. Sim, de homem envolvido de uma aura de socialidade – de ‘homem socializado’, dentro daquele conceito de Berdiaeff, que é também de Laski: – ‘L’homme n’est pas dans l’univers un atome faisant partie d’un mecanisme indifférent, mais un membre vivant d’une hierarchie organique; il appartient organiquement à des ensembles réels. (VIANA, 1999 [1949], p. 488)

Seguindo essa linha de pensamento, Carvalho conclui que o apoio de Oliveira Viana à ditadura seria justificado pelo fato de que esse tipo de governo, na situação pela qual passava o país, garantiria de forma eficaz a democracia social e também a harmonia, excluindo a ideia da ditadura pela ditadura (CARVALHO, 1991, p. 90), o que afasta, assim, mais uma vez, seu pensamento do viés totalitário, porém aceita a ditadura como “*instrumento eficiente para a superação das distorções institucionais*” (VIEIRA, 1981, p. 81).

Para provar sua ideia, Viana recorre novamente ao pensamento de Azevedo Amaral sobre a possibilidade da coexistência pacífica entre a união dos conceitos de democracia e autoritarismo. Essa coexistência seria alcançada através das corporações, selecionando as classes aptas a assumir atividades políticas para que substituíssem o parlamento eleito pelo sufrágio universal pelas delegações da corporação, caracterizando-se assim, a efetivação do ideal democrático. Nesse sentido, Amaral defende que a “verdadeira democracia se sustenta na introdução da representação classista” (VIEIRA, 1981, p. 81), o que, por sua vez, acabava por garantir importantes direitos ao povo, como os das liberdades civis.

Em *Populações meridionais do Brasil* (2005 [1920], p. 373), Viana, antes mesmo da chegada da década de 1930 e da efervescência da discussão democrática no Brasil alcançada em tal data, já alertava a sua geração a respeito do problema das liberdades tal como pensadas pelos ingleses. Os ingleses, de forma diversa dos brasileiros, estabeleceram uma relação totalmente diferente com o poder central. Para os ingleses, “*o poder central sempre foi o grande inimigo das liberdades individuais*” e, para nós, brasileiros, “*o poder central desempenha, ao contrário, uma função equivalente à da realeza no continente europeu, quando se alia ao povo para desoprimi-lo da compreensão da nobreza feudal*”. Nesse sentido, garantir a liberdade civil ao povo significaria muito mais sobre lutar contra o arbítrio das autoridades públicas sobre o povo, “*principalmente as autoridades locais*”, do que garantir as liberdades da vida privada (VIANA, 1999 [1949], p. 492). A garantia dessa proteção ao povo é, segundo Viana, parte de um empenho das autoridades da Metrópole desde o período colonial, que exerciam um “*poder arbitrário e cruel*” (2005 [1920], p. 373), fazendo com que as liberdades fossem apenas “*compreendidas e sentidas por uma minoria de homens excepcionais pelo talento e pela cultura*” (2005 [1920], p. 374), carecendo o resto da população desse sentimento. No que diz respeito a tal questão, defende, em 1949:

Garantir estes moradores contra a tendência das autoridades *locais* aos desmandos: é este o grito que nos vem do fundo da história, desde o primeiro século colonial. Os documentos dos nossos arquivos e os dos arquivos de ultramar ecoam a todo o momento este grito; as crônicas aqui escritas o recolhem e, nas suas páginas, guardam o seu rumor contínuo e prolongado, que, às vezes, se torna brado e clamor. (VIANA, 1999 [1949], p. 492)

Em *Populações meridionais do Brasil*, deparamo-nos com a seguinte afirmação de Viana: “*Nós brasileiros, conhecemos o sentimento e a vida do homem independente; não conhecemos, nem sentimos, nem podemos conhecer e sentir a vida do homem livre,*

como conhecem e sentem, por exemplo, os anglo-saxões” (2005 [1920], p. 374). Partindo desse princípio, Viana conclui posteriormente em *Instituições políticas brasileiras* que o grande problema na organização de nossa democracia, o “problema fundamental” que devemos nos empenhar em combater é a organização da liberdade civil e individual (VIANA, 1999 [1949], p. 495). Em segundo lugar, vem o combate às reminiscências coloniais: “*A justiça estadual (o juiz “nosso”) e a polícia política (o delegado “nosso”)*”, classificando-as como atos “*mesquinhos e pequeninos interesses da politicalha da província*”” (VIANA, 1999 [1949], p. 495).

À medida que continua a dissertar sobre tais problemas, percebemos em nosso intelectual sua intenção corporativista e autoritária como um caminho eficiente para eliminação desses anacronismos que ainda subsistiam em nossa organização política e democrática. A fim de solucioná-los, Viana vislumbra, apesar de acreditar que nem tão cedo aconteceria, a instituição e organização desses dois problemas fomentando a ideia de uma “*justiça federalizada e da polícia de carreira*”, que, por sua vez, viriam acompanhadas de uma nova magistratura, garantindo a total imparcialidade e a tão sonhada liberdade dos “*coronéis de aldeia, dos partidos do governo e das oligárquicas onipotentes*” (VIANA, 1999 [1949], p. 495), por meio da criação de uma nova ordem pública e política especializada e amplamente preparada para lidar com as mais variadas situações, garantindo sempre ao povo a defesa dos interesses coletivos e públicos em detrimento dos individuais e mesquinhos. A política forte e autoritária serviria como uma ferramenta de aceleração dessa reforma, contendo as elites (e a defesa de seus velhos e infundados pensamentos e convicções) e acabando com as autonomias locais (estados e municípios), garantindo, assim, a defesa de nossa democracia em seu sentido mais amplo e geral, por meio da tutela de um Estado forte, burocrático, centralizado e soberano, adequado e compromissado com a realidade brasileira e livre das líricas inglesas.

Entre nós, essas belas fraquezas e garantias liberais são apenas conquistas literárias de uma minoria aristocrática de oradores, publicistas e pensadores. O nosso povo não batalhou nunca por elas, pelos menos nunca batalhou com aquela intrepidez e galhardia com que os ingleses trabalharam para defendê-las contra a violência e o arbítrio dos seus reis. Sobre nós não caiu nunca, infelizmente, aquela bênção duradoura, *lasting blessing*, de que fala o historiador inglês – e que é uma sucessão de maus governos e de príncipes tirânicos. Sempre vivemos dentro de um ambiente de semiautoritarismos difusos, em que vagueiam, como vencedores, pequenos tiranetes sentimentais, alguns mesmos sem vértebras nem consistência, desfibrados e amorfos. (VIANA, 2005 [1920], p. 376)

Para José Murilo de Carvalho, o Estado pensado por Oliveira Viana de fato causa substancial reviravolta, porém não remodela os valores ligados à ordem familiar patriarcal colonial que dominara o país há séculos. Muito pelo contrário, afirmava que o Estado brasileiro era essencialmente patriarcal e sua tutela/autoridade sobre a “grande família” era de valor para a manutenção de sua harmonia (CARVALHO, 1991, p. 93). Tendo consciência dessas permanências, Viana afirmava que a regência da “grande família” era orquestrada pelo Estado, que passa agora a ter valor democrático, no sentido de que, através das corporações e sindicatos, introduz no meio político todas as classes altas e baixas, ordenando-as em direção ao progresso. Devido aos percalços impostos pela tradição política e histórica brasileira, o intelectual faz sua escolha pelo autoritarismo, modelo este definido como uma “técnica, uma engenharia social”, um instrumento de alcance dos objetivos do Estado, assim como o corporativismo, que funcionava como um agente regulador do mercado (CARVALHO, 1991, p. 95). Além disso, Vieira destaca que o corporativismo representa um instrumento de organização e controle da sociedade, representando na história brasileira a legitimação do crescimento e domínio da burocracia do Estado a partir de 1930 (VIEIRA, 1981, p. 121), ou seja, a expansão e consolidação da Revolução de 1930.

Com o aprimoramento da burocracia e a elevação da relevância do Estado, este passa a ser depositário do poder nacional e protetor dos interesses gerais, atuando como desarticulador do caráter individualista, característica associada ao totalitarismo, regime ao qual Viana repudiava veemente. Nesse sentido, a atuação do Estado por meio do corporativismo e do autoritarismo, visto por ele como uma técnica social, passa a representar a criação do sentimento coletivo do povo brasileiro (VIEIRA, 1981, p. 119), ideia pautada na doutrina social da Igreja, segundo Carvalho (1991, p. 94). Tal ação, conforme Vieira, criaria no Brasil uma educação em massa formadora de uma elite voltada para os interesses nacionais (1981, p. 119).

A centralização e o aumento do grau de coerção do Estado não eliminariam, entretanto, uma tendência inaugurada com a vitória do movimento de trinta, de combinar uma estrutura de poder elitista com uma base de sustentação policlassista, como forma de conferir certo grau de legitimidade ao sistema político em fase de reestruturação. A preocupação da coalizão dirigente com a ampliação e diversificação de suas bases de apoio se revelaria pelo apelo constante e pelo esforço de incorporação das camadas populares urbanas, cujo alicerce seria a legislação trabalhista, incluída como fórmula de o governo viabilizar a criação de suportes externos ao círculo formado pelos grupos dominantes se traduziria, por outro lado, pela repressão a qualquer modalidade de mobilização popular fora do controle social. (DINIZ, 1981, p. 108).

Sobre esse projeto centralizador de cunho bastante particular que paira sobre o Brasil de 1930 e sobre nossa organização social e tradicional, podemos afirmar que, ideologicamente falando, tratava-se de um projeto antiliberal garantido pela Constituição de 1934. Marca também, na história política de nosso país, a vinculação explícita das ideias autoritárias e fascizantes que predominam tanto na sociedade dominante quanto nos intelectuais de tal período (FAUSTO, 1994, p. 142). O historiador ainda defende que:

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas substituem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao “antigo regime”, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto dos governos dos estados, onde são instalados interventores federais. (1994, p. 142).

Com isso, podemos entender que o corporativismo e suas instituições significavam para Oliveira Viana o caminho para a viabilidade da democracia no país, atuando como uma “mediação entre o país real e o país legal, isto é, entre nação e Estado” (1981, p. 132-133). As corporações representam as classes perante o Estado, mediando os conflitos sociais, legitimando o uso da força do Estado sobre o social e sobre a economia com intuito de realizar a “paz nacional”, e proporcionando o surgimento da “democracia corporativa”. Para Viana, o Estado corporativo conduziria ao nascimento da democracia. Em sua visão, a verdadeira democracia brasileira surgiria da ditadura (1981, p. 133), porém essa ditadura se distanciaria totalmente daquela pensada por Plínio Salgado, intelectual cujas ideias eram repudiadas por Oliveira Viana pelo seu teor totalitarista, a exemplo do apelo à mobilização política e do culto à liderança carismática (CARVALHO, 1991, p. 95), e por quase todos os outros intelectuais de sua época. O próprio Azevedo Amaral (1938), já trabalhado aqui nesta dissertação, acenava negativamente à sua figura a quem acusava de capitanear os fascistas brasileiros, que juntos formavam uma “*espécie de guarda pretoriana do governo*”, amparados por ideias extremamente equivocadas e ofensivas ao governo provocadas pelo desconhecimento político generalizado da época (p. 84-85).

3.3 – “O despertar de uma nação”: o autoritarismo e o fascismo tupiniquim da Ação Integralista Brasileira

Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento de Sapucaí, interior de São Paulo, em 22 de janeiro de 1895, filho do coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado,

ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), e da professora Francisca Rennó Cortez. Salgado convive desde a infância em um meio extremamente intelectualizado, recebendo desde pequeno lições sobre os valores do cristianismo e do nacionalismo salvacionista, bem como as proezas dos grandes nomes da época como Caxias e Osório, por influência de seu pai (NASSAR DA SILVA, 1926-1937, p. 10). Crescendo num período crucial da história brasileira, Plínio Salgado presencia as principais transições da época, como a passagem do Brasil Império para o Brasil República iniciada no ano de 1889, a implementação da mão de obra livre após o fim da escravidão em 1888, e a estruturação de uma burocracia jurídico-política republicana (NASSAR DA SILVA, 1926-1937, p. 10).

Jornalista de profissão, iniciou suas atividades no ano de 1916 ainda em sua cidade natal no jornal semanal *Correio de São Bento*, ao mesmo tempo em que se dedicava ao magistério, atividade que permitiu sua aproximação e dedicação ao estudo da filosofia materialista. No ano de 1918, Plínio inicia sua vida na política sendo um dos fundadores do Partido Municipalista, criado para defender as autonomias municipais. Ainda naquele mesmo ano, o intelectual recém-casado perde sua esposa dias após o nascimento de sua primeira filha, evento que o deixa bastante abalado e o redireciona ideologicamente, tomando novos rumos.

A trágica experiência faz com que Plínio rejeite as leituras materialistas, voltando-se para a religião, mais especificamente para as leituras católicas de Raimundo Farias Brito e Jackson de Figueiredo³¹. Essa orientação torna-se sua marca central, presente em toda sua obra, onde repetidas vezes defendeu inclusive que seu discurso seria uma espécie de missão recebida por Deus (PEREIRA GONÇALVES, 2012, p. 51). Paralelamente aos problemas pessoais, o redirecionamento da trajetória de sua obra e de sua vida é influenciado pelo clima ideológico nacionalista marcante vivenciado no mundo no período pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), inflamando ainda mais esse caráter em seu discurso (NASSAR DA SILVA, 2007, p. 10).

Os pontos de rupturas que influenciam a formação do pensamento pliniano são fortes e revelam-se constantemente em sua obra. Para o historiador Dangelis Nassar, são eles os golpes sofridos ao redor do mundo ao Estado liberal, a expansão do livre mercado e da democracia parlamentar, e a maré direitista de cunho nacionalista e autoritário que surge em resposta ao sólido retorno do fantasma comunista em toda

³¹ *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/plinio_salgado.

Europa a partir da Revolução Comunista de 1917 (IGLÉSIAS, 1993, p.225 in. NASSAR, 2007. p. 10). O próprio Plínio vivencia a chegada desse fenômeno ao Brasil com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, quando já residia na capital paulista ocupando o cargo de suplente revisor no jornal *Correio Republicano*, pertencente ao Partido Republicano Paulista. O cargo permite a ele entrar em contato com os principais pensadores e movimentos da época, como o Movimento Modernista e o intelectual Menotti Del Picchia³², com quem construiu intensa amizade ao longo dos anos e por quem foi inserido na nata intelectual paulista dos anos 1920³³.

Guiado pela influência dos pensadores que se formavam naquela época, Plínio Salgado não foge à regra ao tecer fortes críticas aos modelos arcaicos da política brasileira, como a experiência liberal, a qual considerava, como os outros, uma prática equivocada na realidade brasileira. Enxergava também, segundo Nassar, a política oligárquica implantada por Campos Salles como um elemento já bastante desgastado (NASSAR, 2007. p. 11) e individualista, uma vez que representava a defesa dos interesses únicos da oligarquia agrária. O movimento que se experiencia no Brasil a partir de 1920 era o da construção de um novo discurso, da revolução, da renovação e da busca pelas raízes nacionais, como defendia Azevedo Amaral e Oliveira Viana. Surgiam naquele momento novos valores da ordem social, as elites agrárias estavam

³² “Paulo Menotti del Picchia, poeta, jornalista, político, romancista, contista, cronista e ensaísta, nasceu em São Paulo, SP, em 20 de março de 1892, e faleceu na mesma cidade em 23 de agosto de 1988. Foram seus pais Luís del Picchia e Corina del Corso del Picchia. Fez os estudos ginasiais em Campinas, SP, e diplomou-se em Ciências e Letras em Pouso Alegre, MG. cursou depois a Faculdade de Direito de São Paulo, publicando durante o curso seu primeiro livro de poesias, *Poemas do vício e da virtude*, em 1913. Foi agricultor e advogado em Itapira, onde dirigiu o jornal Cidade de Itapira e fundou o jornal político O Grito. Lá escreveu os poemas *Moisés* e *Juca Mulato*, ambos publicados em 1917. Passou a residir em São Paulo, onde foi redator em diversos jornais, entre os quais A Gazeta e o Correio Paulistano. Fundou o jornal A Noite e dirigiu, com Cassiano Ricardo, os mensários São Paulo e Brasil Novo. Colaborou assiduamente no Diário da Noite, onde por muitos anos manteve uma seção diária sob o pseudônimo de Hélios, seção que ele criara, em 1922, no Correio Paulistano, através da qual divulgou as notícias do movimento modernista. Com Graça Aranha, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e outros, foi um dos arautos do movimento, participando da Semana de Arte Moderna de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Com Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e outros, realizou o movimento Verdamarelo; depois, com Cassiano Ricardo e Mota Filho, chefiou o Movimento Cultural da Bandeira. Além de jornalista militante exerceu inúmeros cargos públicos. Foi o primeiro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo; deputado estadual em duas legislaturas, membro da Constituinte do Estado e deputado federal pelo Estado de São Paulo em três legislaturas. Presidiu a Associação dos Escritores Brasileiros, seção de São Paulo. Embora tenha incursionado por vários gêneros literários, é a sua poesia que destaca o sentido nacionalista do modernismo, do qual foi considerado precursor o seu poema *Juca Mulato*. A sua origem estética, no entanto, ainda se prende ao Parnasianismo, o que se percebe em sua poesia pela grandiloquência e floreios verbais. Em 1982, foi proclamado Príncipe dos Poetas Brasileiros, o quarto e último deste título que pertenceu anteriormente a Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Olegário Mariano. Em 1984, recebeu o Prêmio Moinho Santista na categoria poesia.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/menotti-del-picchia/biografia>. Acesso em: 27 jan. 2020

³³ *Ibidem*. p. 10-11.

cansadas e a subversão da ordem tradicional acontece passando as classes operárias e médias urbanas a protagonizar essa renovação.

A renovação da vida brasileira viria então por meio do advento modernizador impulsionado ainda mais pela Primeira Guerra Mundial: a industrialização, descolando a imagem do Brasil da de um país essencialmente rural. Trava-se, a partir de então, um constante conflito do meio intelectual com a história passado/tradição e a construção do discurso futuro mais adequado às condições que haveria de se criar daqui em diante. “Os intelectuais buscam as raízes da nacionalidade, seja no folclore, seja na religiosidade. Historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos, entre outros, buscam executar um estudo aprofundado do real, revelando as razões das vicissitudes do país” (IGLÉSIAS, 1993, p.228 in. NASSAR, 2007. p. 12).

Diante dessa realidade, a historiadora Mônica Pimenta Velloso comenta, em seu artigo *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, que:

Tomados deste sentimento de orgulho e resignação, os intelectuais brasileiros se auto-elegem executores de uma missão: encontrar a identidade nacional, rompendo com um passado de dependência cultural. Verifica-se, portanto, uma mudança radical na forma de conceber o papel do intelectual e da literatura. A ideia corrente é a de que o intelectual deve forçosamente direcionar suas reflexões para os destinos do país, pois o momento é de luta e de engajamento, não se admitindo mais o escapismo e o intimismo. Cabe, então, ao intelectual evitar os temas de cunho pessoal: ele deve deixar de falar de si mesmo para falar da nação brasileira. (VELLOSO, 1993. p. 90)

Torna-se relevante destacar, nesse aspecto, as particularidades e a estranheza da participação de Plínio Salgado em dois movimentos de essência bastante distinta que são o Partido Republicano Paulista, de natureza tradicional, e o Movimento Modernista, incumbido de impulsionar a renovação, “o redescobrimento do Brasil” por meio da arte. A estranheza desaparece ao entendermos que o modernismo possui duas vertentes relevantes. A primeira: a “verde-amarela”, à qual pertenciam Plínio Salgado, seu interlocutor no universo político paulista Menotti Del Picchia e o ensaísta Cassiano Ricardo³⁴. A segunda: “Manifesto Antropofágico”, liderada pelos irmãos Oswald e Mário de Andrade³⁵.

³⁴ “Cassiano Ricardo Leite, poeta, jornalista e ensaísta, nasceu em São José dos Campos, SP, em 26 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de janeiro de 1974. Era filho de Francisco Leite Machado e Minervina Ricardo Leite. Fez os primeiros estudos na sua cidade natal. Aos 16 anos publicava o primeiro livro de poesias, *Dentro da noite*. Iniciou o curso de Direito em São Paulo, concluindo-o no Rio, em 1917. De volta a São Paulo, foi um dos líderes do movimento pela Semana de Arte Moderna de 1922, participando ativamente dos grupos Verde Amarelo e Anta, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Raul Bopp, Cândido Mota Filho e outros. No jornalismo, Cassiano Ricardo trabalhou no Correio Paulistano (de 1923 a 1930), como redator, e dirigiu A Manhã, do Rio de Janeiro (de 1940 a 1944). Em 1924, fundou a Novíssima, revista literária dedicada à causa dos modernistas e ao intercâmbio cultural

Falando especificamente da corrente modernista, os dois grupos que a compõem se assemelham no tocante à defesa da criação de uma arte genuína que compreendesse da forma mais ampla e profunda a realidade e a identidade brasileiras. Porém, no caso do “verde-amarelo”, os elementos alienígenas seriam rechaçados, enquanto que, para o Manifesto Antropofágico, alguns elementos poderiam ser utilizados e ressignificados de acordo com os valores nacionais (VELLOSO, 1983. p. 26 in. NASSAR, 2007. p. 13). Diante desse traço inovador da vida e da cultura brasileiras que se formava, Plínio Salgado firma-se como intelectual de importante relevância já em seus primeiros anos. Seu trabalho pode ser compreendido em duas fases.

A primeira seria a artística (1922-1926) e a segunda, a política (1926-1930) (TRINDADE, 1974 in NASSAR DA SILVA, 2007, p. 14). É durante a transição entre a primeira e a segunda fase de produção de sua obra que Salgado aproxima-se ainda mais dos valores políticos e define aquela que seria sua marca registrada: a defesa da nacionalidade brasileira, que, por sua vez, possuía origens na miscigenação das três raças, o negro, o branco e o índio. Esse último é considerado denominador comum do sangue brasileiro (tupi), unindo, assim, a população de forma étnica, política e sentimental, segundo Nassar (NASSAR, 2007. p. 14). O poeta Olavo Bilac, no ano de

pan-americano. Também foi o criador das revistas Planalto (1930) e Invenção (1962). Em 1937 fundou, com Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho, a Bandeira, movimento político que se contrapunha ao Integralismo. Dirigiu, àquele tempo, o jornal O Anhanguera, que defendia a ideologia da Bandeira, condensada na fórmula: “Por uma democracia social brasileira, contra as ideologias dissolventes e exóticas”. Eleito, em 1950, presidente do Clube da Poesia em São Paulo, foi várias vezes reeleito, tendo instituído, em sua gestão, um curso de Poética e iniciado a publicação da coleção “Novíssimos”, destinada a publicar e apresentar valores representativos daquela fase da poesia brasileira. Entre 1953 e 1954, foi chefe do Escritório Comercial do Brasil em Paris. Poeta de caráter lírico-sentimental em seu primeiro livro, ligado ao Parnasianismo/Symbolismo, em *A flauta de Pan* (1917) adota a posição nacionalista do movimento de 1922, revelando-se um modernista ortodoxo até o início da década de 1940. As obras *Vamos caçar papagaios* (1926), *Borrões de verde e amarelo* (1927) e *Martim Cererê* (1928) estão entre as mais representativas do Modernismo. Com *O sangue das horas* (1943), inicia uma nova e surpreendente fase, passando do imagismo cromático ao lirismo introspectivo-filosófico, que se acentua em *Um dia depois do outro* (1947), obra que a crítica em geral considera o marco divisório da sua carreira literária. Acompanhou de perto as experiências do Concretismo e do Praxismo, movimentos da poesia de vanguarda nas décadas de 1950 e 1960. A sua obra *Jeremias sem-chorar*, de 1964, é bem representativa desta posição de um poeta experimental que veio de bem longe em sua vivência estética e, nesse livro, está em pleno domínio das técnicas gráfico-visuais vanguardistas. Se a sua obra poética é tida como de importância na literatura brasileira contemporânea, a de prosador é também relevante. Historiador e ensaísta, Cassiano Ricardo publicou em 1940 um livro de grande repercussão, *Marcha para Oeste*, em que estuda o movimento das entradas e bandeiras. Cassiano Ricardo pertenceu ao Conselho Federal de Cultura e à Academia Paulista de Letras. Na Academia Brasileira de Letras, teve atuação expressiva. Relator da Comissão de Poesia em 1937, redigiu parecer concedendo a láurea ao livro *Viagem*, de Cecília Meireles. Saiu vitorioso, e *Viagem* foi o primeiro livro da corrente moderna consagrado na Academia. Ao lado de Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima e Múcio Leão, Cassiano Ricardo levou adiante o processo de renovação da Instituição, para garantir o ingresso dos verdadeiros valores.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo/biografia>. Acesso em: 25 jan. 2020.

³⁵ Ibidem. p. 13.

1916, durante viagem à Europa, profere um discurso colocando a literatura como elemento primordial no direcionamento político da nação, porém esse caminho só seria alcançado ao associar-se à questão da mobilização militar. De acordo com Bilac, somente o Exército teria capacidade de restaurar a ordem brasileira, criando, então, um discurso de união entre a literatura e o militarismo (VELLOSO, 1993, p. 90), característica assimilada e construída por Salgado na segunda fase de sua obra, a exemplo de *Literatura e Política*, de 1927, onde se debruça sobre a natureza dos problemas do século XX (NASSAR DA SILVA, 2007, p. 15), consolidando-se com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932. A criação da AIB fora anunciada por ele dois anos antes, em 1930, ao defender ideia da necessidade de “uma revolução do pensamento nacional, da consciência das massas brasileiras”, prometendo fazê-la em breve (SALGADO, 1935, p.19 in NASSAR, 2007. p. 15).

É com a preocupação de formar e engrandecer a vida e o meio intelectual brasileiro que, em 7 de outubro de 1932, Plínio Salgado, cumprindo sua promessa, cria a AIB na cidade de São Paulo. A AIB, seria definida por ele como um movimento do “despertar da nação”. Para isso, compõe um discurso com base na tradição católica cristã, direcionado a solucionar as angústias e problemas que dominavam as esferas sociais, políticas, econômicas e culturais (PEREIRA GONÇALVES, 2012, p. 49-50).

Para o historiador lusitano António Costa Pinto, citado no artigo *A formação do integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado*, de Leandro Pereira Gonçalves, o movimento integralista pode ser considerado como o “mais bem-sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos” (PEREIRA, 2012. p. 50). Os anos 1930 no Brasil representam para os historiadores o período em que houve uma intensa “fascitização” do ideário intelectual e político, influenciado tanto pelos regimes totalitários, antiliberais e conservadores que dominavam o velho continente. A chegada e a instalação desse fenômeno em terras brasileiras, segundo Nassar, foi facilitado pelo clima ideológico do Governo Vargas (NASSAR DA SILVA, 2007, p. 18), auge dos movimentos e ideias da extrema direita.

Já naquela época, existia uma quantidade razoável de partidos ou movimentos ligados ao fascismo em solo brasileiro, porém, a maior parte deles não resistiu ao tempo pela ausência de um líder que somasse a força e o carisma necessários ao funcionamento de um regime totalitário, característica herdada e desempenhada por Plínio Salgado. O êxito de Salgado se transpõe ao ponto de que a AIB acaba por reunir todos esses partidos ou movimentos em seu entorno, aumentando seu poder de

articulação e participação em âmbito nacional (NASSAR DA SILVA, 2007, p. 21). Tanto que em pouco tempo depois da criação e publicação do Manifesto Integralista, nosso intelectual já conquistava admiradores e seguidores em diferentes estados brasileiros.

O crescimento da AIB na esfera nacional não se deve somente à figura de Salgado, mas também às propostas e ao sentido que ele atribui ao movimento. Em *O que é o integralismo*, de 1933, nosso intelectual, logo nas primeiras páginas, esclarece a natureza de seu movimento, a qual classificava como “simples e desembaraçada das malhas da erudição” (SALGADO, 1933. p. 17), renovadora e educativa, um guia para a população num momento de confusão:

Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou as classes ilustradas do País. Êste livro pertence aos operários das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os concursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais. Tôda essa população brasileira, que ferve nos centros urbanos ou se espalha pelos sertões, precisa ter uma consciência nítida do que lhe cumpre fazer e, principalmente, do que estamos fazendo, nós os integralistas, que já somos tantos, das diferentes circunscções da República. (SALGADO, 1933. p. 17-18)

Gustavo Barroso, importante líder integralista, em sua obra *O integralismo em marcha*, também de 1933, elucida a importância da política e da participação das diferentes classes, tecendo nas entrelinhas críticas ao modo individualista e mesquinho da experiência brasileira até então. Barroso ressalta que a política não deve ser usada para obter e conservar posições estratégicas a fim de enganar ou iludir o povo. Para ele, a política deveria ser entendida como uma “ciência de alto valor moral que ensina a dirigir sábia e honestamente os homens, organizando-os com disciplina e justiça em corpos coletivos, orientando-os para o progresso dentro da ordem e da moralidade” (BARROSO, 1933. p. 13). Estabelecido o que é política para os integralistas, Barroso defende que:

[...] a Ação Integralista Brasileira se nos apresenta como um movimento notável e consolador. Notável, se o compararmos com as ideologias ôcas e baratas que teem pululado na nossa vida nacional, baldas do menor vestígio de intelectualidade. Consolador, se o compararmos com a vacuidade de nossos ambientes políticos-sociais, eivados quando muito de superficialismos racionalistas e da famosa cultura jurídica, que Deus haja. (BARROSO, 1933. p. 14)

Barroso continua sua defesa do integralismo, elucidando o valor da verdade e de seu comprometimento com a estruturação do futuro revolucionário em seu sentido renovador para o Brasil e a importância da figura do líder Plínio Salgado:

Ensinamos como se devem encarar os fenômenos políticos-sociais. Formamos uma corrente de ideias que riscará o rumo do Brasil Novo. Somos, afinal, aquele verdadeiro espírito revolucionário que tanto se tem falado desde 1930. [...] No nevoeiro que se estendeu sobre o país após a derrocada do presidencialismo, que viveu pouco mesmo de meio século, o Integralismo é o primeiro farol que brilha, indicando um porto. Preparamos o espírito brasileiro a receber nossas idéias, pondo-o pouco a pouco, pela lavra e pela ação, em estado de compreendê-las. No dia em que esse espírito estiver conosco – o que levará menos tempo do que pensam os inertes e aqueles ricos de espírito a que alude Plínio Salgado – dominaremos o cenário nacional. (BARROSO, 1933. p. 15-16)

Faz-se necessário lembrar que a renovação ou a revolução integralista se daria para Salgado, segundo Nassar, por meio do que ele chama de “um movimento ético-histórico que se dá em dois planos: o plano espiritual e o plano cultural”, não se tratando apenas de um salto ao poder (NASSAR, 2007. p. 14). Algo que chama atenção durante a leitura de Salgado é a dualidade filosófica que mantém entre os conceitos do materialismo e o espiritualismo, afirmando inclusive que “*esses dois conceitos lutaram sempre um contra o outro, em todos os tempos*”. Podemos notar em diversos momentos sua preferência pelo segundo. Para ele, o lado espiritual faria com que o homem transcendesse o seu lado materialista e individual, exaltando e harmonizando valores como a dignidade, a moral, a família, e fazendo florescer a bondade e a solidariedade humana. Ao materialismo, o intelectual atrela condições como “*o orgulho, a vaidade, a rebeldia, a discórdia e a indisciplina*” (SALGADO, 1933. p. 20-22).

O integralismo seria, nas palavras de Salgado, um movimento universal, considerando a integração entre “o homem, a sociedade e as nações de um ponto de vista total, isto é, somando todas as suas expressões, todas as suas tendências” (SALGADO, 1933. p. 25). O homem e sua inserção na sociedade são, para o integralismo, as peças-chave para o funcionamento harmonioso da nação, tanto que, em sua obra, enumera quatro pontos os quais pretende realizar, sendo eles: “o Homem Integral, a Sociedade Integral, a Nação Integral e a Humanidade Integral” (SALGADO, 1955, p. 27).

Os integralistas pretendiam cumprir seus objetivos mediante uso da autoridade. Barroso, ao tratar dessa questão, defende que a autoridade seria atributo crucial para o fim das aventuras, empirismos e extremismos, propiciando à nação a existência de um governo equilibrado, num Estado totalitário que abraça o homem em seus diversos

aspectos (BARROSO, 1936, p. 16-17). Ainda em *O integralismo em marcha*, Barroso atrela à autoridade a fé. Fé que pode ser entendida em seu sentido religioso, mas também de compromisso, compromisso de construir um “Brasil Novo”, distante das obras aventureiras ou do acaso. O cientista político Héglio Trindade classifica essa “fé” como a tradução de projeto ambicioso proposto pelo integralismo de criar “uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro” (TRINDADE, 1981. p. 321-322).

Sobre o sentido de revolução, os integralistas classificavam como fracas aquelas que derramavam sangue, ao contrário das que derramavam ideias. Classificam a guerra, o uso da violência e da força como um mal a ser combatido e que acentuava a desigualdade social, física e política (BARROSO, 1936, p. 30-32), submetendo a massa da população a um único homem que, por sua vez, está acima das leis: o despotismo monárquico. É nesse mesmo plano de negação dos regimes que submetem o povo ao poder de um único homem que Barroso acena negativamente à democracia, classificando-a como o sistema contrário ao que se desenvolvia durante o despotismo monárquico e chamando-a de “novo despotismo”, que faria agora o “indivíduo submetido à massa” e triturado em caprichos e demagogias. Barroso, assim como Salgado, afirma que o regime democrático é uma ameaça eminente tanto em fenômenos como o comunismo e o liberalismo – em ambos o caráter democrático é considerado desorganizador, criando falsa ideia de exercício das liberdades no povo, chegando a compará-lo em dado momento com uma “abençoada anarquia” (BARROSO, 1933. p. 37-38).

Desse modo, escreve Barroso sobre a democracia:

A soberania creada nesse cérebro ao avesso é um fantasma ilusório que devemos afugentar com a luz de novas e mais sadias ideias. Ele se manifesta por uma instituição mentirosa e agonizante – o voto, atribuição, mostrando-nos êsse espetáculo inédito: os governos forçando a soberania popular a ir às urnas com a ameaça de penalidades, tanto a mesma soberania não crê mais em sua falsificada panacéia. (BARROSO, 1933. p. 40)

Plínio Salgado justifica sua descrença na liberal-democracia pelo fato de ela declarar a liberdade humana de modo quase que absoluto. Além das demagogias citadas por Barroso, é criado, através desse pensamento, um Estado fraco, corroído e meramente espectador da batalha econômica, deixando aos poucos a capacidade de controle sobre a justiça social e o equilíbrio da produção e do consumo (SALGADO, 1933. p. 31). Sobre a ideologia pregada pelo Estado liberal e a descrença que os

intelectuais cultivaram a respeito dela por toda a década de 1930, Miguel Reale³⁶, importante jurista, filósofo e escritor brasileiro, defende, em *O Estado moderno* (1934), que “a história do Estado Liberal é, na verdade, a história de um mundo de ficções que se quer impor à realidade” (1934 [1983], p. 60). Em 1935, ao defender o discurso integralista, em *ABC do integralismo*, Miguel Reale classifica a democracia usando as palavras de Mussolini como o “regime que dá ao povo a ilusão intermitente de ser soberano”, em qualquer lugar do mundo, inclusive no Brasil, onde, segundo ele,

³⁶ “Miguel Reale, jurista, filósofo, escritor, nasceu em São Bento do Sapucaí, SP, em 6 de novembro de 1910, e faleceu na cidade de São Paulo em 14 de abril de 2006. Filho do médico italiano Dr. Braz Reale e de D. Felicidade da Rosa Góis Chiarardia Reale. Bacharel em Direito em 1934, quando publicou seu primeiro livro, *O Estado moderno*. Doutor em Direito, em 1941, quando se tornou catedrático de Filosofia do Direito, após concurso realizado em setembro de 1940. Com sua tese *Fundamentos do Direito* (1940), lançou as bases de sua “Teoria Tridimensional do Direito”, que se tornaria mundialmente conhecida. Em 1942, foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado, cargo que exerceu até 1944. Em 1947, foi secretário da Justiça do Estado de São Paulo, quando criou a primeira Assessoria Técnico-Legislativa do país, para racionalização dos serviços legislativos. Em 1949, assumiu a Reitoria da Universidade de São Paulo, instalando os primeiros Institutos Oficiais de Ensino Superior no Interior do Estado, a começar pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Em 1949, fundou o Instituto Brasileiro de Filosofia, do qual foi presidente. Essa entidade congrega todos os pensadores brasileiros e edita a *Revista Brasileira de Filosofia*, com mais de 60 anos de publicação. Em 1951, chefiou a Delegação Brasileira junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, fazendo prevalecer o ponto de vista do Brasil sobre salário mínimo nas plantações, através de votação em plenário, fato raramente acontecido naquela organização. Em 1953, publicou o seu *Curso de Filosofia do Direito*, logo depois vertido para o italiano pelo catedrático da disciplina da Universidade de Bolonha, prof. Luigi Bogolini, hoje na sua 20ª edição. Em 1954, fundou a Sociedade Interamericana de Filosofia, da qual foi duas vezes presidente. Em 1963, foi nomeado novamente secretário da Justiça do Estado de São Paulo, tendo tomado parte ativa na defesa da autonomia do Estado e do regime democrático. Em 1969, foi nomeado pelo presidente Artur da Costa e Silva para a Comissão de Alto Nível que reviu a Constituição de 1967, desse trabalho resultando, em parte, o texto da Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967. Colaborou, em 1972, na elaboração do tratado e documentos relativos à criação da Itaipu Binacional, à qual deu, pela primeira vez, a estrutura de “empresa internacional”. Supervisor da Comissão Elaboradora e Revisora do Código Civil, cujo Anteprojeto se converteu no Projeto nº 634, depois sancionado pelo Presidente da República pela Lei nº 10.402 de 10/01/2002. De 1969 a 1973, foi novamente reitor da Universidade de São Paulo, onde implantou a reforma universitária e deu definitiva estrutura aos *campi* da capital e do interior. Em 1974, foi nomeado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici para o Conselho Federal de Cultura, cargo que exerceu durante 15 anos. Organizador e presidente do II Congresso Brasileiro de Filosofia Jurídica e Social, em São Paulo, em 1986, e dos III e IV Congressos realizados em João Pessoa, em 1988 e 1990. Organizou e presidiu sete Congressos Brasileiros de Filosofia, com publicação dos respectivos *Anais*. O primeiro foi realizado, em São Paulo, em 1950, e o VII e último, em João Pessoa, Paraíba, em 2002, sempre com representantes de todos os estados da federação e vários pensadores estrangeiros. Foi também de sua iniciativa o VIII Congresso Interamericano de Filosofia, que teve lugar em Brasília, em 1972. Participou da criação do Instituto de Filosofia Brasileira, com sede em Lisboa, o qual promove o estudo do pensamento luso-brasileiro, através de colóquios que, em Portugal, têm o nome de Tobias Barreto e, no Brasil, o de Antero de Quental. O Colóquio Tobias Barreto, realizado nas cidades do Porto e Viana do Castelo, em outubro de 1996, foi dedicado ao debate das ideias filosóficas, políticas e pedagógicas de Miguel Reale. A partir de 1998, proferiu conferências sobre o Projeto de Código Civil no Senado Federal, no Superior Tribunal de Justiça, na Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo e, uma vez aprovado o referido código, em dezenas de cidades do País. Colaborou quinzenalmente no jornal *O Estado de São Paulo*, abordando questões filosóficas, jurídicas e sociais.” Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/miguel-reale/biografia>. Acesso em: 25 jan. 2020.

podemos tomá-lo como um caso especial, igual como acontece em todos outros países sul-americanos.

Para ele, a intermitência da soberania é justificada pela natureza desigual da sociedade, a exemplo das famílias de coronéis do interior brasileiro que mantêm forte controle econômico, social e político sobre os menos favorecidos, inclusive sobre os seus votos.

Na sua indiferença ou no seu profundo senso de reconhecimento humano, o caipira ignora o segredo do voto. Vota por amizade, ou então, depois de consultar o vigário que lhe diz ‘qual é o partido que está com Deus, e qual o que está com o demo’. (REALE, 1935. p. 63)

Em *O Estado moderno*, Reale (1934 [1983], p. 45) define a democracia como um regime em que o Estado está nas mãos das elites culturais, que, por sua vez, criam todas as condições necessárias para o livre desenvolvimento das capacidades individuais a fim de alargar o círculo da classe dirigente “à procura do ideal político que é o governo do povo pelo povo”. Para o intelectual, ao pesar a democracia como um conceito pertencente ao universo político, há uma necessidade intrínseca de distinguir as ideias do “mundo do ser do mundo do dever”. Partindo do princípio da existência dessas duas ideias distintas, Reale constatou que a democracia tal como pensada por esses democráticos estava verdadeiramente comprometida, uma vez que reduzia o mundo do dever ao mundo do ser. Para ele, a democracia tal como entendida como o governo do povo pelo povo é apenas uma “expressão mais alta do ideal político, porque significa a humanidade na condição – inatingível talvez – de só obedecer a si mesma. É um rumo permanente, o imperativo do ‘dever ser’ político”.

Ainda de acordo com Reale, a história nos mostra, por meio do pensamento de Pareto e Gaetano Mosca, que “uma ordem social não é possível sem uma classe dominante, uma classe de minoria”. Baseado em tal ideia, nosso intelectual conclui que “os capazes de governar ainda são poucos, eis que uma verdade que só pode ser negada pelos néscios ou pelos homens de má-fé”. Assim, Reale pensa a respeito da possibilidade de existir uma forma de pensar que pudesse conciliar os dois mundos: o do ser e o do dever ser, chegando a dois questionamentos cruciais. Primeiro: “Aceitando como fatalidade, o predomínio de uma classe dirigente?”. Segundo: “Dizendo que a democracia deve ser substituída pela demofilia, isto é, pelo governo das elites circulantes tendo em vista o bem do povo?”. Apesar da relevância dos dois questionamentos, nosso intelectual os rejeita justificando que a demofilia esconde a incompreensão de um fenômeno inevitável da democracia: a participação cada vez mais

ampla do povo nas ações do Estado, e a teoria das classes governantes na maioria dos casos atuam como discurso negativo a respeito do aperfeiçoamento do povo.

Diante desse cenário, Reale defende, porém, com bastante ressalva, que o governo deve estar nas mãos da minoria pelo único fato de reconhecer o despreparo e a incapacidade do povo. À classe dirigente, o intelectual confia o papel não só de governar para o povo, mas sobretudo de propiciar condições reais para ampliar sua participação no governo, prevista pelos democráticos para ser realizada mediante o voto.

Sobre o voto, Salgado o adjectiva como o pivô das democracias. Para ele, o “voto é a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras, iludidas na sua boa fé”. O voto, em seu funcionamento verdadeiro, deveria cumprir o papel de exprimir um interesse real na relação entre o eleitor e o candidato (SALGADO, 1933. p. 31-32), o que acaba por não acontecer devido às desigualdades de natureza social citadas por Reale. Logo entendemos o porquê da intermitência da soberania. Sendo a democracia o regime que exprime a vontade do povo, essa vontade deve ser aprovada nas eleições, sistema considerado uma “comédia” por Reale. Sobre o voto e as eleições, Barroso sustenta que: *“As escolhas são, portanto, o produto de maiorias ocasionais e partidárias, isto é, contrárias ao todo, ignorantes, inconscientes mesmo e iludidas pelos que delas se aproveitam”* (BARROSO, 1933. p. 40). Para garantir o voto consciente numa eleição é preciso reconhecer e conhecer (REALE, 1935, p. 61), porém Salgado (1933) afirma que o sufrágio universal subordina todas as realidades sociais a uma vaga noção do que seria a vontade geral, mascarando e manipulando o indivíduo a tomar posições que não os representam. De ânimo exaltado, Salgado condena o voto como um princípio de imoralidade: “Tudo é mentira”.

A democracia individualista afoga o indivíduo no oceano do sufrágio. O voto, na liberal-democracia, é a vala comum de todas as vontades. Essa grande expressão amorfa, sem caracteres, denomina-se a “vontade geral”, e dela procede, nas democracias, a ilusória “soberania nacional. (SALGADO, 1933, p. 34)

Os caminhos tortuosos e obscuros tomados pela democracia através do tempo mostraram sua face perversa, segundo os intelectuais de 1930, por vários artifícios. O voto é apenas um deles, sendo considerado elemento essencialmente imoral. A origem, porém, desses caminhos já era bastante conhecida para Miguel Reale. De acordo ele, esse problema teve início com a crise vivida pelos estadistas do século XIX que:

convencidos da impossibilidade de efetuar o Estado do homem cívico, concentraram-se com o empirismo político conservando as palavras e

tecendo hinos aos princípios, mas seguindo apenas o que os interesses imediatos exigiam. O Estado ficou sem finalidade. Reduziu-se a um palco onde os indivíduos deviam agir livremente em todas as direções. (1934 [1983], p. 62)

Por meio das palavras de Berdiaff, Reale define a democracia como um conceito *“indiferente à direção e à essência da vontade do povo; não dispõe de nenhum critério nem para julgar a direção do segundo a qual se expressa a vontade popular, nem para definir o valor dessa vontade”* (1934 [1983], p. 62). Ao citar Berdiaff, Reale possibilita entender que essa indiferença à qual se refere foi o que elevou o caráter mesquinho da experiência democrática liberal em nosso país: *“Se causou males no mundo, males maiores produziu no Brasil, na América do Sul”* (REALE, 1934 [1983], p. 90).

Diferentemente de países como a França e a Itália, que possuíam tradições nacionalistas extremamente arraigadas na cultura de seu povo, conseguindo estabelecer contrapesos à ideologia liberal, o Brasil, no período da independência, em que as discussões democráticas chegaram com bastante força em nossa política por meio das ideias liberais, tinha como únicas unidades a terra e a língua. Ou seja, *“não éramos Nação, por que nos faltava a consciência comum de querer, isto é, a capacidade de agir conjuntamente obedecendo as leis”* (REALE, 1934 [1983], p. 91). Tal fato contribuiu decisivamente para a construção da mentalidade autoritária brasileira, tanto por parte dos políticos quanto por parte do povo. O próprio Reale nos lembra que *“a Nação também é uma série de hábitos adquiridos no viver comum”* (REALE, 1934 [1983], p. 91) e, com isso, afirma: *“Tudo exigia autoridade, governo com finalidades firmes para criar nas populações brasileiras o hábito da vida associativa, esse hábito que, no dizer sábio de Begehot, é adquirido no tempo necessário a um povo para esquecer as dificuldades do governo”* (REALE, 1934 [1983], p. 91).

Reale entende que o liberalismo no Brasil pode ser compreendido com um *“ato de passividade ante as forças da terra, um desvio do bandeirismo que é a reação permanente do homem contra as forças da natureza”* (REALE, 1934 [1983], p. 91), tornando-nos mais do que nunca subordinados à terra e ausentes da compreensão dos valores espirituais. A democracia no Brasil existiu apenas como um nome, um pretexto ou um mero instrumento (REALE, 1934 [1983], p. 92) propiciado logicamente pela ideologia liberal. Para nosso intelectual, desde a chegada do liberalismo, a nossa vida tem ocorrido sem finalidade nos restando apenas a aceitar a vida como ela é.

O nosso senso de liberdade, escreve Plínio Salgado, vinha da própria lição das distâncias geográficas. Dispondo de um continente inteiro, o homem do Brasil sentia a possibilidade de locomover-se para onde quisesse, em que

direção entendesse”. “Não havia uma liberdade a conquistar, como na Europa: aqui, ao contrário, havia um conjunto de deveres a criar, pois a liberdade era limitada e se realizava sem esforço na ampliação da terra virgem. (REALE, 1934 [1983], p. 91)

Ainda sobre a trágica herança liberal no Brasil, a qual acusava de ser o “o maior erro de visão da nossa política”, acabou por eliminar o importante processo de formação histórica de nossa nacionalidade, nos jogando num mar de estrangeirismos, como o próprio culto à Constituição formal, totalmente fora de acordo com a nossa realidade (REALE, 1934 [1983], p. 92). Ao citar Oliveira Viana, diz Reale:

Estudando o ‘idealismo na evolução política do Império e da República’, revelou o grande equívoco da nossa história política, tomando ao pé da letra o que os europeus, mais sábios, logo souberam adaptar às lições de experiência. Os brasileiros do litoral quiseram ser liberais como os personagens de romance, as figuras estilizadas dos manuais escolares. E foi um duplo artifício. Forjamos ditadores e governos despóticos no período colonial, para justificarmos a reação da liberdade. Dessarte projetamos sobre a liberdade natural da terra as liberdades arrancadas de bastilhas hipotéticas... (1934 [1983], p. 92)

A fim de justificar as intenções da proposta da democracia integral e diferenciá-la do fenômeno fascista, Reale afirma que a ideia primordial do Estado integral é concretizar a nação como organismo ético, econômico e político, não ficando exclusivamente focado nas questões puramente jurídicas, mas sim almejando abranger a totalidade das suas manifestações, compreendendo as razões de suas estruturas (REALE, 1983, p. 95). A doutrina integralista tem como foco o homem em sua compreensão total como indivíduo – logo, seria desprezado então qualquer princípio que viesse a ferir essa ideia, a exemplo da democracia liberal, uma vez que a soberania atribuída ao indivíduo em seu contexto abrange somente aqueles que possuem dinheiro ou astúcia (REALE, 1983, p. 97). Apesar das semelhanças com o modelo fascista, é unanimidade entre os integralistas a negação dessas semelhanças. Reale destaca dois pontos os quais considera cruciais para solidificar as diferenças ideológicas entre as duas correntes do pensamento político conservador: a primeira é o fato de que, no fascismo, o sindicalismo, o nacionalismo e o estatismo se fundem com sua doutrina (REALE, 1983, p.98) e a segunda é a existência de uma cultura de violência utilizada pelos regimes totalitaristas chamada de “teoria e técnica moderna da violência”, o que, por sua vez, colocava também o pensamento integral longe do hitlerismo e do bolchevismo.

A violência nesse contexto expressa ou pelo menos tenta expressar, para Reale, a ideia de um governo forte, o que, por sua vez, acaba com a tese que pairava sobre o fascismo do uso da violência pela violência. Seria então o tal governo dotado de autoridade, defendido por todos os intelectuais aqui discutidos em nosso trabalho. A fim de comprovar sua ideia, Reale cita o intelectual Otávio de Faria³⁷: “*Separar o direito da força é mais uma das muitas ilusões liberais, mais um atestado de incapacidade e de renúncia democrática*” (1934 [1983], p. 98). Mais à frente, afirma: “*a Democracia indireta de tipo liberal encheu o homem de ilusões, arrancando-lhe a liberdade efetiva*” (1934 [1983], p. 149). Para Reale, a construção da Democracia integral estava ligada à manutenção de um Estado corporativista, porém, reorganizando a realidade brasileira, isso faria com que os problemas causados pela experiência da Democracia liberal pudessem ser corrigidos, a exemplo da abolição das corporações monopolistas e beneficiárias de privilégios, a fim de diminuir a discrepância entre o indivíduo e o governo (1934 [1983], p. 151).

Ao discutir as discrepâncias entre indivíduo e governo, a questão do voto possui, para Reale, significativo valor, uma vez que, assim como os outros intelectuais de sua época, defendia, através do integralismo, o fato de a população brasileira ser desconhecedora ou alheia ao funcionamento do sufrágio, fazendo com que o voto seja exercido de forma inconsciente, de acordo com as circunstâncias locais, ou até mesmo para atender às necessidades de um grupo ou por amizade. O voto, para nosso intelectual, é nada mais do que uma “*expressão cívica ilusória*” (1934 [1983], p. 152), revelando assim o círculo vicioso e corrompido da política democrática liberal brasileira.

A democracia nacional, tal como se organizava, não abrangia a principal ideia proposta pelo conceito de democracia, que é o povo pelo povo. Porém, abria espaço para artifícios trazidos de outros modelos políticos que, apesar das diferenças ideológicas, podiam ser vistos como aliados significativos na visão dos integralistas. Reale então nos chama atenção para um desses artifícios, que é o da organização grupalista ou plano grupalista que foi amplamente utilizado durante as experiências fascistas e soviéticas. Em ambas, nosso intelectual pôde constatar um ganho significativo no processo de organização do Estado e da valorização e integração do

³⁷ Otávio de Faria: crítico, ensaísta, romancista e tradutor, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 15 de outubro de 1908, e faleceu na mesma cidade em 17 de outubro de 1980.

indivíduo, principal intenção do movimento integralista. Com isso, afirma então que “*os grupos profissionais nos dão a segunda dimensão para a estruturação do Estado*” (1934 [1983], p. 152). Essa associação ou até mesmo apropriação de ideias de outros modelos permitiu à AIB ampliar sua compreensão a respeito do conceito de democracia, associando suas ideias corporativistas e conservadoras com o intuito modernizador e trazendo para o cenário político brasileiro uma proposta de renovação.

Nesse sentido, foi fundamental para os integralistas a apropriação de ideias como a “grupalista”, que permitiu a eles, por exemplo, uma intensa aproximação com os grupos profissionais por meio dos sindicatos. Na conjuntura política da época, isso representou, para Reale, uma significativa mudança para o sentido democrático, uma vez que o círculo profissional permitira um sentido mais amplo e complexo à vida democrática, do que quando se atinha apenas às questões determinadas pela geografia (1934 [1983], p. 152), como era de costume nas ideias desenvolvidas por outros intelectuais da época.

A organização dos sindicatos tal como se fizera na época deu força para a criação de duas ordens de relação na vida grupalista e econômica, segundo Reale. A primeira delas definiu-se por “Relações que decorrem da identidade de ofícios” e a segunda por “Relações que decorrem de imediata comunhão de interesses em um dado ramo da produção”. Para ele, essas relações acabam por criar um ambiente favorável à organização e reconhecimento de forças vitais não só para as corporações, mas também como exemplo para organização social e econômica de todo o país, impulsionando até mesmo o despertar da consciência não só de classe, mas também política, fazendo com que saíssem de lá as verdadeiras aspirações populares. Faz-se pertinente lembrar que, no Estado integral, essa representação profissional não deve de maneira alguma ser confundida com a defendida pelo pensamento marxista³⁸. Nele, a representação não é de classes, mas sim “uma representação nacional feita através das profissões organizadas” (1934 [1983], p. 153).

O tipo da estrutura pensada para o Estado integralista despertou, em seus principais pensadores, o que podemos expressar com um pensamento de proporcionalidade diante do reconhecimento de uma desigualdade da população

³⁸ Segundo Reale, na representação dos grupos profissionais marxistas, cada sindicato irá se conservar como sociedade de direito privado empenhada unicamente na luta econômica sem tréguas, não admitindo colaborações entre vários produtores, os trabalhadores da inteligência, do braço e do capital. No fundo, é uma reprodução, no plano grupalista, do fracionamento partidário, segundo o desejo de Deguit, tendo cada classe sindicalizada o programa de servir-se do Estado como instrumento para aniquilar as demais (1934 [1983], p. 153).

brasileira no que diz a respeito à capacidade intelectual e aos grupos em que estão respectivamente inseridos. O que isso queria dizer? Basicamente que nesses novos círculos grupelistas propostos o indivíduo exerceria seu direito a voto de forma proporcional à sua interferência na vida do Estado, fazendo-se, assim, exercer a democracia real. Dito isso, Reale justifica que: “É nestes círculos novos, grupelistas e não mais geográficos, onde o voto representa um interesse e uma aspiração, que a Democracia real tem as suas raízes. Em lugar de iludir o proletariado é preciso lhe dar o lugar que lhe cabe no organismo do Estado, ao lado das outras forças produtoras” (1934 [1983], p. 154). O voto universal, tal como a experiência liberal “demoliberalismo” o introduziu, apenas serviu para reforçar, na visão dos integralistas, que a democracia exercida sem obedecer aos princípios de competência e autoridade só serve para elucidar ainda mais seu caráter desigual, longe das experiências coletivas, das aspirações nacionais e do homem em sua compreensão mais complexa, a integral.

Encaminhando-nos para o final, promoveremos agora o último encontro entre aqueles que foram os expoentes do pensamento integral brasileiro: Miguel Reale e Plínio Salgado. Fechando seu pensamento, Reale, assim como veremos em Salgado um pouco mais a frente, também adota um tom mais sereno promovido pelo amadurecimento de suas ideias e também pelo fim do movimento integral brasileiro. Nosso intelectual reconhece então que seria, em suas palavras, uma tolice a intenção de forjar para o Brasil um sistema político totalmente original. Esse comportamento faria com que, de maneira arbitrária, a nossa nação se afastasse ou até mesmo se isolasse das correntes universais que regem e promovem a reconstrução das estruturas de uma sociedade, sendo então uma “aventura perigosa e inútil” (1934 [1983], p. 163), contrariando as ideias iniciais do integralismo que vimos no começo deste capítulo.

Esse posicionamento mais brando é caracterizado pelo intelectual como fruto de amadurecimento de suas ideias a partir da observação de erros passados, fazendo-o então reconhecer duas importantes questões para o avanço da nação brasileira frente ao resto do mundo. A primeira delas é o reconhecimento da política moderna como elemento essencial às modificações que nos levariam à frente como nação e também à compreensão do indivíduo em toda sua complexidade e das suas relações grupais estabelecidas com o Estado. A segunda delas é a mais comum aos intelectuais da época, ao reconhecerem que a falta de educação e organização constitui-se um problema moral, atrapalhando seu pleno desenvolvimento (1934 [1983], p. 163).

Ao ser comparado com outras nações mundo afora, principalmente as europeias, o Brasil encontrava-se sempre atrás quando o assunto era a organização do país, seja ela econômica, política ou educacional. O motivo? A falta de um governo autoritário que agisse com vigor necessário, sem medir esforços para estabelecer a ordem, assim como havia acontecido nos tais países europeus. No caso brasileiro especificamente, teriam os intelectuais e estadistas um trabalho muito maior, pois aqui não havia um único problema, mas um conjunto deles. A eliminação do demoliberalismo, o projeto de intelectualização política e educacional da população, a valorização da cultura, lidar com a questão geográfica e a economia, questão essa, segundo Reale, que não necessitava apenas de organização, mas sim de uma criação, pondo fim à intensa dependência econômica que tínhamos de outros países quando se tratava de produtos industrializados, principalmente, e mostrando, através dessa estruturação econômica, a força produtiva do país e a capacidade do homem brasileiro.

O Estado autoritário e nacionalista proposto pelos integralistas mostrava bem quem esses intelectuais representavam no campo das ideias. O fascismo que rodeava o discurso nacionalista, os valores cristãos e as duras palavras clamando pelo rigor do Estado davam forma ao que chamamos de democracia autoritária, em que o povo participava de maneira proporcional na vida política e recebia do Estado aquilo lhe era necessário. O Estado, para Reale, deveria agir como um defensor rigoroso das riquezas nacionais, protegendo-as dos interesses bancários, do capitalismo financeiro exacerbado, do liberalismo e dos mandatários políticos legitimados pela tradição familiar e dos interesses individuais em detrimento da coletividade, afastando assim as pseudossoluções que ainda insistiam rodear. Tais questões fizeram com que Reale afirmasse que:

É preciso acabar com a vida artificial dos partidos, iniciando a vida associativa natural dos grupos. Estamos na época das grandes organizações econômicas, e seria um crime contra a pátria e contra a civilização esta nossa política de horizontes que o regionalismo tolo e o egoísmo estreitam. Unidos à terra, temos recebido passivamente as suas influências, porque nos tem faltado a união humana, o tecido robusto das relações associativas. (1934 [1983], p. 167)

Tornando a Plínio para dar fim ao capítulo, o trazemos aqui, assim como Reale, mais sereno e fazendo a defesa do integralismo por meio de seus já conhecidos valores:

Nós, integralistas, tomamos o homem na sua realidade material, intelectual e moral, e por isso, repudiamos tanto a utopia liberalista como a utopia socialista. A liberal-democracia pretende criar o monstro, sem estômago. O socialismo marxista pretende criar o monstro que só possui estômago e o

sexo, em contraposição ao místico liberal e ao molusco marxista, nós afirmamos o homem-integral. (SALGADO, 1933. p. 36)

Podemos concluir que o integralismo pretende, então, aos auspícios de Plínio Salgado, realizar uma “democracia de fins e não uma democracia de meios”. O integralismo surge como “a única força capaz de implantar a ordem, disciplina. A única força capaz de amparar o homem, hoje completamente esquecido...”. E completa: “*Nas democracias o homem está entregue a si mesmo*” (SALGADO, 1933. p. 39-40). Com isso, os integralistas pretendem estabelecer a verdadeira democracia – a corporativista. Em defesa dessa ideia, afirma: “*Só a corporação exprime os legítimos interesses da Nacionalidade, não só porque constitui uma expressão econômica, mas principalmente porque representa uma expressão ética*”, não restando dúvidas que somente “*sobre a base corporativista que o Integralismo construirá a Pátria Brasileira*” (SALGADO, 1933, p. 74).

Em 1939, já perseguido e um tanto quanto isolado no meio político, Plínio Salgado escreve um manifesto direcionado ao então presidente da República, Getúlio Vargas, no qual expressa sua vontade de deixar o país e também suas frustrações com os caminhos tomados pelo país em dado momento. Nessa carta enviada à Secretaria da Segurança Pública em São Paulo, em 10 de abril de 1939, em tom pacificador e reconciliador, Salgado rememora seu compromisso com a construção de um novo Brasil e também seus feitos positivos naquela caminhada e, assim, escreve: “*Ensinei-vos a fé em Deus, o amor à Pátria, o ideal de Unidade Nacional, a prática das virtudes cristãs, o culto dos heróis brasileiros e dos episódios gloriosos da Nação, a renúncia pessoal, o esforço permanente no sentido de à Posteridade um Brasil maior do que aquele que herdamos de nossos antepassados*”. Mais à frente, em outro parágrafo, refere-se ao panorama sombrio que passava o Brasil e o mundo durante a década de 1930 e sobre o “mal” comunista ainda presente na política brasileira:

O panorama sombrio do mundo exige que todos os brasileiros se unam no terreno comum do amor à Pátria. Acima de todos os nossos motivos de amargura, está o Brasil. O Brasil vale todos os sacrifícios pessoais, por maiores que sejam. Por ele nos levantamos contra as ameaças do separatismo e do comunismo. Por ele expusemos a nossa vida durante cinco anos de luta contra os agentes de Moscou. Por ele fomos a todas as praças públicas do país pregar a ideia espiritualista e nacionalista.

Por fim, Salgado dá uma orientação ao povo brasileiro, porém, lógico, lembrando-se de sua trajetória:

Qual orientação, pois, que vos recomendo? A orientação da paz, da ordem, da abstenção de quaisquer agitações. Além dessa norma, recomendo-vos ainda:

trabalhar pelo Brasil. Como trabalhar: cumprindo a vossa, a nossa doutrina. Em que consiste essa doutrina? Em ser bom filho, bom pai, bom esposo, bom profissional, bom cidadão. De que maneira? Cumprindo os preceitos cristãos da vida, isto é, fugindo a todas as seduções desse materialismo utilitarista, arrivista e gozador que dissolve os povos envilecidos pela ausência de Deus. Ensinai o amor do Brasil no seio dos lares, inculcando em vossos filhos, que constituem o Brasil de amanhã, o culto dos heróis nacionais; cumpri vossos deveres cívicos, exteriorizando orgulhosamente a mística da pátria; estudai nosso passado, por só no passado dá nobreza aos povos. Fazei a propaganda pessoal no sentido de que as massas civis amem, respeitem, dignifiquem e elevem o militar do Brasil, porque os paizes que se tornaram indiferentes ao Exército e à sua Marinha, depressa afundaram no abismo da dominação estrangeira; conversai-vos, enfim, vivos e ativos, pacíficos e trabalhadores, ordeiros e vigilantes, calmos e despertos, para tudo dar ao Brasil quando ele vos pedir.

3.4 – Considerações finais

Marcado por suas idas e vindas, contradições e acertos, o período de transição entre as décadas de 1920 e 1930 estabeleceu um marco da produção intelectual na elaboração e discussão dos principais conceitos da política na história brasileira, como por exemplo os da história, da política, do intelectual, do historiador, da democracia, do autoritarismo, do corporativismo e do fascismo. O conjunto de obras concebidas ao longo desse período constitui-se, para Bolívar Lamounier, a realização do que se tornaria depois uma tradição desses intelectuais – a crítica ao modelo constitucional de 1891. É, portanto, segundo ele, “uma tradição do pensamento que se formou em vista da ação política, com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos”, tendo como principal objetivo “persuadir as elites políticas e culturais da época” em torno da proposta de criar um novo modelo de organização político-institucional genuinamente brasileiro (LAMOUNIER, 1981. p. 345), como buscaram nossos intelectuais aqui trabalhados – Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Oliveira Viana, Plínio Salgado e tantos outros.

O autoritarismo que pairava sobre a época justifica-se dentre tantos motivos em decorrência dos movimentos internacionais como a explosão antiliberalista, anticomunista e a onda fascista que crescia pela Europa estendendo-se ao redor do mundo. Essa experiência iniciada ainda na Primeira República representa, para Lamounier, um “importante momento de inflexão na vida intelectual brasileira”, no qual, apesar de todos os adventos “anti” alguma coisa, esses intelectuais deram um passo enorme na difusão e institucionalização acadêmica das ciências sociais no Brasil (LAMOUNIER, 1981. p. 345).

É perceptível nos trabalhos desses intelectuais o forte caráter pessoal preponderando em suas escritas, como por exemplo, o racismo típico da época registrado na Constituição de 1934, na qual se defendia a eugenia, dentre tantas ideias confusas ou até mesmo incabíveis ao entendimento atual. Criou também espaço para o fortalecimento do autoritarismo tanto do Estado quanto de seu representante máximo, questões essas legitimadas por Getúlio Vargas a partir de 1937 ao dar um novo golpe criando o Estado Novo, declaradamente autoritário, simpatizante do modelo fascista, uma vez que é corporativo, quiçá até, em alguns momentos, totalitário em sua essência.

Sofrida durante esse período, a democracia brasileira lutou para sobreviver aos intelectuais e seus projetos de um futuro melhor. É certo, como pudemos perceber neste capítulo, que nenhum dos intelectuais excluiu a importância da experiência democrática em nosso país, porém, duras foram as críticas ao modo pelo qual foi vivenciada. Durante a estruturação do que seria e abrangeria o Estado Novo, Azevedo Amaral deixa claro seu gosto pela autoridade e o empenho no combate aos vícios e elementos alienígenas absorvidos pela cultura brasileira, despertando, assim, atenção para urgência de uma nova ordem política e social que abraçasse as múltiplas e díspares realidades do povo. Ao direcionar o povo como uma preocupação real para o Estado brasileiro, nasceria, para a historiadora Ângela de Castro Gomes, a “nova democracia”, que, por sua vez, podemos compreender, nas palavras de Amaral, como o que chamou de “democracia-autoritária”.

A noção de democracia para esses intelectuais também poderia ser compreendida como um espaço formal, administrativo e burocrático que, por meio do modelo representativo, mantinha o cidadão de fora desse espaço – logo, foi chamada por todos os lados de “demagógica”, “ilusória” e até mesmo “perversa” por alguns. Para Oliveira Viana, os valores democráticos depositavam-se nas leis, que, por sua vez, garantiam a igualdade. Outro consenso ao qual chegam os intelectuais desse período sobre a democracia é que ela poderia ser experienciada por meio do modelo corporativista. O Estado corporativo, tal como foi pensado, para a vivência brasileira, garantiria a igualdade e organizaria harmoniosamente, através das “elites” (únicas capacitadas), as reais necessidades do povo brasileiro, haja vista a ingenuidade cultural e política do povo brasileiro, como é retratada por Miguel Reale (1933) com o caso do “caipira”.

Desafeto dos intelectuais, o sufrágio universal, marco da democracia, é rotulado como afirmador da falsa noção de igualdade real entre os indivíduos. Plínio Salgado

(1933), o mais notório dos acalorados pensadores integralistas, em tom agressivo, chama o voto da “grande mentira” da democracia. Juntos, o voto e a democracia tornar-se-iam instrumento de opressão aos menos favorecidos.

A democracia ou pelo menos alguns de seus valores conseguiriam sobreviver, mesmo em estado de agonia, aos duros golpes desferidos pelo peso das palavras proferidas durante a trajetória narrativa que se constrói durante a década de 1930. A democracia foi reinventada e ressignificada, “corporativista”, “social”, “autoritária”, seja qual for, sempre esteve atrelada ao povo, ao indivíduo e nunca esquecida. Se talvez em algum momento ela abandonou o homem a si mesmo, como exaltou Plínio, o homem por sua vez, não o fez. Mesmo intermitente, a democracia brasileira atravessou o peso do tempo e das palavras, sofreu outros golpes, menores ou maiores, porém, em todas, ressignificou-se constantemente na luta pela sua sobrevivência.

FONTES:

Sites da Internet:

<http://www.academia.org.br/>

<https://bndigital.bn.gov.br/>

<https://cpdoc.fgv.br/>

<https://www12.senado.leg.br/ril>

<https://www.ufpe.br/>

Correspondências:

Carta da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo a Ademar de Barros. São Paulo, 10 de abril de 1939. – (Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)

Cartas entre Rosalina Coelho Lisboa e Getúlio Vargas, de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros sobre: carta-circular enviada a Raimundo Padilha para ser distribuída entre os integralistas; manifesto de Plínio Salgado contendo normas de atuação política para seus adeptos; e solicitando solidariedade ao Governo. Rio de Janeiro, Lisboa (Vol. XXXVI/21, 22a, 22b, 23, 24a, 24b). – De setembro de 1941 – 11 de novembro de 1941. – (Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)

SALGADO, Plínio. Cópia de trecho de carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas criticando os ataques aos integralistas, comentando a dificuldade em chefiar um movimento desbaratado e sugerindo encontro para discutir sobre os problemas do Brasil. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1938.

Revistas:

AMARAL, Azevedo. **A Revolução Brasileira.** Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 01; Num. 05. p. 133-142. Rio de Janeiro, julho de 1941.

AMARAL, Azevedo. **Evolução Política Republicana.** Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 01; Num. 03. p. 154-172. Rio de Janeiro, maio de 1941.

ANDRADE, Almir. **A Bandeira, a democracia e o Estado Nacional.** Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 03, Num. 35. p. 7-14. Rio de Janeiro, dezembro de 1943. ANDRADE, Almir. **As Diretrizes da Nova Política do Brasil.**

Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 03; Num. 23. p. 7-19. Rio de Janeiro, janeiro de 1943.

ANDRADE, Almir. **Evolução dos Estados Sociais**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 04; Num. 36. p. 31-49. Rio de Janeiro, janeiro de 1944.

ANDRADE, Almir. **Democracia Social e Econômica**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 01; Num. 06. p. 160-175. Rio de Janeiro, agosto de 1941.

COSTA, Castro. **O Conceito de Democracia no Estado Nacional**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 03; Num. 32. p. 25-27. Rio de Janeiro, setembro de 1943.

Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 01; Num. 02; Rio de Janeiro, abril de 1941.

FREYRE, Gilberto. **A Propósito do Presidente**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 01; Num. 05. p. 123-125. Rio de Janeiro, julho de 1941.

FURTADO, Celso. **A feição funcional da democracia**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 04; Num. 36. p. 55-58. Rio de Janeiro, janeiro de 1944.

UCHOA, Severino. **A democracia social brasileira**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 04; Num. 36. p. 50-54. Rio de Janeiro, janeiro de 1944.

VARGAS, Getúlio. **A Democracia Brasileira Diante da América e do Mundo**. Cultura Política: a revista mensal e estudos brasileiros. Vol. 01; Num. 06. p. 153-159. Rio de Janeiro, agosto de 1941.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional. E-booksBrasil.org. 2002.

AMORIM, Helder Remígio de. “Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Recife: UFPE, 2016.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. O que é política?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AZEVEDO MARQUES DE SAES, Guillaume. Uma análise do pensamento de Azevedo Amaral com base em suas obras: O Brasil na crise atual e o Estado autoritário e a realidade nacional. Revista Territórios e Fronteiras V.1 N.1 – Jan/Jun 2008.

BARROSO, Gustavo. O Integralismo em marcha. Ed. Civilização Brasileira, S/A. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1936.

BEÇAK, Rubens. Democracia moderna: sua evolução e o papel da deliberação. Revista Informação Legislativa. Ano 50 Número 199 jul./set. 2013.

BLOCH, Marc. Apologia da História – o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.

CASTRO GOMES, Ângela Maria. Confronto e compromisso o processo de constitucionalização (1930-1935). In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Volume 3 (Sociedade e política). São Paulo: Difel, 1981.

CASTRO GOMES, Ângela. História e historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. A Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CUNHA, Diogo, Os Conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar. Revista Política Hoje – Volume 27, Edição Especial, 2018.

DINIZ, Elis. O Estado Novo: Estrutura de poder e relações de classes. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Volume 3 (Sociedade e política). São Paulo: Difel, 1981.

DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

FURTADO, Celso. Os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento. EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (org.). Os Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: EdPUC-Rio, 2006.

LOMBARDI FERNANDES, Maria Fernanda. Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil. Revista Política Hoje - Volume 27, Edição Especial, 2018.

LYNCH, Christian – Um conservadorismo estatista, nacionalismo, democracia cristã e crítica do liberalismo na obra de Oliveira Viana. Revista Política Hoje – Volume 27, Edição Especial, 2018.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASSAR DA SILVA, Dangelis. A interpretação do Brasil na obra de Plínio Salgado (1926-1937). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PEREIRA GONÇALVES, Leandro. A formação do integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 4 n. 8 p. 49-67, jul./dez. 2012.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do Ideário Político. J. G. A. Pocock; Sérgio Miceli Pocock (org.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

REALE, Miguel. ABC do Integralismo. Livraria Joé Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: ____ (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. A Democracia. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2001. v. 1.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político, São Paulo, Alameda, 2010.

SALGADO, Plínio. O que é o integralismo? São Paulo: Editora das Américas, 1955. (1ª. edição 1934)

SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. 4º ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S.A., 1953.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA & SILVA. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. Prismas: revista de historia intelectual, n.4, 2000.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- TRINDADE, Héliog. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974 in. NASSAR DA SILVA, Dangelis. A interpretação do Brasil na obra de Plínio Salgado (1926-1937). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 2007.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.
- VIANNA, Oliveira. Instituições políticas brasileiras. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.
- VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005.
- VIEIRA, Evaldo. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & Companhia. 2.^a ed. São Paulo. Cortez, 1981.